

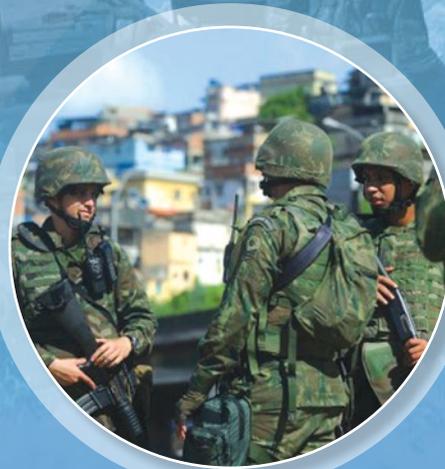


# Âncoras e Fuzis

## Corpo de Fuzileiros Navais



Ano XIII - Nº 45 • dezembro de 2014 • Nº 02 publicada pelo CDDCFN • ISSN 2177-7608



PROJEÇÃO  
ANFÍBIA  
OPERANDO EM  
AMPLO ESPECTRO



NOVO PRODUTO

Seguro de Vida

# FAM Família

Proteção para quem  
você mais ama



Para militares das Forças Armadas, seus cônjuges, filhos e pensionistas, servidores civis do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e seus pensionistas, e funcionários do Banco do Brasil.

- ✓ Coberturas diferenciadas, escolhidas pelo segurado
- ✓ Capital segurado de até R\$ 1 milhão\*
- ✓ 4 sorteios mensais de R\$ 25 mil, cada (bruto de IR)

\* Conforme o tipo de associado e a idade

Mais informações:

Ponto de Atendimento na Freguesia - Rio de Janeiro/RJ (PSTFR)

Estrada Quilombo, s/n.º - Fuzileiros Navais

Freguesia (CNIG/CIASC) - Fone (21) 3386-0335



CONHEÇA AS CONDIÇÕES NO SITE  
[FHE.ORG.BR/FAMFAMILIA](http://FHE.ORG.BR/FAMFAMILIA)



MAPFRE



Fundação  
Habitacional  
do Exército

Este material contém o resumo de suas condições e restrições se aplicam a ele. | Seguro garantido pela MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49, Av. das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo/SP, CEP 04578-000 - Cód. SUSEP: 05665. | Processos SUSEP Vida - Faixa Eldária 15414.900184/2014-29. | \*\*Sorteio vinculado a Título de Capitalização emitido pela MAPFRE Capitalização S.A. CNPJ 09.382.998/0001-00 e Processo SUSEP 15414.000958/2008-71. | Estipulante: Fundação Habitacional do Exército, CNPJ 00.643.742/0001-35. | Consulte a íntegra das Condições Gerais do Seguro e do regulamento de Capitalização nos sites [www.fhe.org.br/famfamilia](http://www.fhe.org.br/famfamilia) ou [www.mapfre.com.br](http://www.mapfre.com.br). O registro deste produto na SUSEP não implica, por parte da autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. | Central de Teletendimento ao Cliente: 0800 61 3040 - Central de Teletendimento aos Surdos: 0800 646 4747 - Ouvidoria: 0800 647 8877.

# Palavras do Comandante do CDDCFN

A revista *Âncoras e Fuzis* é um dos principais instrumentos de difusão da doutrina do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN). Editada e produzida pelo Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais (CDDCFN), aborda temas variados, mas sempre do interesse do CFN, com enfoque, principalmente, nos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav).

Sua edição anterior teve como tema central os Eixos Estruturantes do Corpo de Fuzileiros Navais. Os artigos nela contidos buscaram iluminar como o foco em Operações Anfíbias, a valorização do emprego de GptOpFuzNav e os conceitos de Guerra de Manobra iriam direcionar tanto o desenvolvimento doutrinário quanto a gestão de recursos humanos e de material.

Esta edição da revista, também alinhada a esses Eixos Estruturantes, propõe-se a aprofundar o debate sobre o principal deles: as Operações Anfíbias (OpAnf). Assim, optou-se por abordar o tema, explorando o que há de novo nele.

E existe muito a ser dito.

Desde o fim da Guerra Fria, as principais marinhas do mundo alteraram o foco do emprego de seus Poderes Navais. Antes, em um ambiente internacional bipolarizado, a percepção das ameaças era clara e havia uma premente necessidade de se construir um Poder Naval forte “no mar”. A partir da década de 1990, o antagonismo se desvaneceu, dando lugar ao surgimento de crises internacionais que variavam tanto em intensidade quanto em localização e motivação.

Essa mudança no ambiente fez com que fosse ampliada a capacidade das marinhas de atuarem não apenas “no mar”, mas “a partir do mar”, procurando mitigar ou, mesmo, evitar crises que pudessem ameaçar a estabilidade política e econômica de um mundo cada vez mais globalizado.

Foram essas mudanças que provocaram a modernização das OpAnf, cujo desenvolvimento doutrinário, calcado na característica do Poder Naval de versatilidade, buscou ampliar suas possibilidades de emprego, criando um novo tipo: a Projeção Anfíbia. Essa evolução, já firmada pela recente Doutrina Básica da Marinha, visou a adequar a capacidade de execução de Assalto Anfíbio em litoral hostil para o emprego do Poder Naval, sempre a partir do mar, em todo o amplo espectro das operações militares, muitas vezes em situações pouco bélicas e em ambientes permissivos.

Cumprir ainda destacar que a Projeção Anfíbia constitui um excelente instrumento de Diplomacia Naval que pode, e deve, ser explorada para fortalecer a presença do Poder Naval brasileiro no Atlântico Sul, o que, em última análise, contribuiria, sobremaneira, para a proteção da Amazônia Azul.

Os diversos artigos que compõem essa edição buscam evidenciar as possibilidades visualizadas para o emprego de Projeções Anfíbias. No entanto, além de difundir essa doutrina, a revista *Âncoras e Fuzis* se propõe a fomentar a reflexão sobre o tema, sedimentando conceitos e gerando novos conhecimentos.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

**ADSUMUS! VIVA A MARINHA!**

**NÉLIO DE ALMEIDA**  
Contra-Almirante (FN)  
Comandante do CDDCFN



A Revista *Âncoras e Fuzis*, desde a edição nº 42, passou a adotar o Acordo Ortográfico de 1990, com base no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, editado pela Academia Brasileira de Letras - Decretos números 6.583, 6.584 e 6.585, de 29 de setembro de 2008.

A nossa já consagrada revista *Âncoras e Fuzis*, em sua segunda edição produzida pelo Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais (CDDCFN), traz como tema de capa o assunto "Projeção Anfíbia: operando em amplo espectro". Este novo tema, Projeção Anfíbia, reflete a modernidade, representando um tipo contemporâneo de Operação Anfíbia e servindo como um multiplicador para todo Poder Naval.

Por conseguinte, esta edição da *Âncoras e Fuzis* traz seis artigos que se voltam para tão inovador e importante tema, o qual é de grande valia não só para o nosso Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), mas também para o Brasil. O primeiro deles, introduzindo o assunto, apresentará os motivos que promoveram essa evolução das Operações Anfíbias, na intenção de atender as atuais demandas da sociedade, bem como abordará as perspectivas do presente e do futuro baseadas nas diversas opções de emprego possibilitadas pelas Projeções Anfíbias. O segundo artigo sobre o tema lembra-nos a respeito do apoio do Poder Naval à Política Externa, analisando o emprego da Projeção Anfíbia no entorno estratégico brasileiro e, ainda, demonstrando que a frequência de execução desse tipo de operação tende a aumentar cada vez mais. O terceiro artigo mostra-nos as participações do Brasil em Operações de Paz ocorridas nos países litorais ao Atlântico Sul; exemplifica o possível emprego do Conjugado Anfíbio em Operações de Paz, por meio de Projeções Anfíbias; e destaca a contribuição deste tipo de operação para o fortalecimento do entorno estratégico brasileiro. Nosso quarto artigo traça algumas considerações sobre a possibilidade de emprego da Marinha do Brasil (MB) na defesa dos interesses nacionais no Atlântico Sul em resposta às ameaças existentes nessa região, tais como o terrorismo e a pirataria. O quinto artigo sobre o tema aponta para a importância dos Navios de Propósitos Múltiplos e destaca os projetos, em estudo por nossa Força, estabelecidos pelo Plano de Articulação e Equipamentos da Marinha do Brasil (PAEMB), em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa (END). O último artigo voltado para o tema de capa salienta a necessidade do preparo de nossas tropas para a realização de Operações de Evacuação de Não Combatentes, uma vez que, quanto mais influente for a política externa nacional, maior será o emprego do CFN em operações com caráter de proteção.

Destaca-se, ainda, nesta edição, dois artigos que conversam entre si ao tratarem do emprego de Fuzileiros Navais (FN) a bordo de navios da MB. O primeiro versa sobre Patrulha Naval, enfatizando a participação de militares Fuzileiros que integram os Grupos de Visita e Inspeção (GVI) e os Grupos de Reação a Ameaças Assimétricas (GRAA). O segundo apresenta-nos os Navios-Patrulha Oceânicos incorporados à MB; salientando, entre outros fatos, a participação de FN no guarnecimento do GVI/GRAA.

A revista apresenta também um artigo sobre o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais MARÉ-I, que atuou em ações de Garantia da Lei e da Ordem no Complexo da Maré. Tal artigo mostra-nos como se deu o emprego de pessoal e material de FN durante a operação, deixando-nos o registro de diversas experiências em uma operação real.

O penúltimo artigo elucida como se deu a evacuação de brasileiros na Líbia, em julho deste ano, que ocorreu por meio do Destacamento de Segurança de Embaixada do Brasil na Líbia, uma missão singular para o CFN, diante de um cenário tenso e de grande instabilidade política.

Além desses artigos, o último relata-nos uma interessante experiência: a aplicação de garrafas *pet* em Embarcações de Transporte de Tropa com o intuito de assegurar a flutuabilidade das mesmas. Ao final de nossa revista, ainda há duas novas colunas: *Artigos em Destaque* e *Foi destaque no Âncoras e Fuzis*.

A equipe editorial da *Âncoras e Fuzis* agradece a valorosa contribuição de todos e espera que a edição seja do seu interesse e agrado e, ainda, que os temas sejam esclarecedores e suscitem debates. Aguardamos ansiosos as sugestões e críticas, as quais podem ser enviadas para [difusao@cddcfm.mar.mil.br](mailto:difusao@cddcfm.mar.mil.br), para que possamos, cada vez mais, aprimorar nosso produto e produzir uma revista mais adequada ao nosso LEITOR!

Desejamos a todos uma excelente leitura!

ADSUMUS!

## Distribuição Gratuita

Ano XIII – Número 45 – 2014  
ISSN 2177-7608

Número II publicada pelo CDDCFN

Publicação do Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais, situado na Avenida Rafael Levi Miranda, s/nº, Itacuruçá, Ilha da Marambaia Mangaratiba - RJ - CEP: 23.860-000

Fernando Antonio de Siqueira Ribeiro  
Almirante de Esquadra (FN)  
Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais

Nélio de Almeida  
Contra-Almirante (FN)  
Comandante do CDDCFN

Renato Rangel Ferreira  
Capitão de Mar e Guerra (FN)  
Imediato do CDDCFN

**Editor-Chefe**  
Renato Rangel Ferreira  
Capitão de Mar e Guerra (FN)  
[renato@cddcfm.mar.mil.br](mailto:renato@cddcfm.mar.mil.br)

**Editor-Adjunto**  
Cintia Sanguinetti Guimarães  
Primeiro-Tenente (RM2-T)  
[cintia@cddcfm.mar.mil.br](mailto:cintia@cddcfm.mar.mil.br)

**Editor-Assistente**  
Adriana Guimarães Aloiza  
Primeiro-Tenente (RM2-T)  
[adriana@cddcfm.mar.mil.br](mailto:adriana@cddcfm.mar.mil.br)

**Revisão**  
1º T (RM2-T) Adriana Guimarães Aloiza

**Revisão Bibliográfica**  
1º T (RM2-T) Linda Mara Gomes de F. Castro Menezes

**Projeto Gráfico**  
Agência 2A Comunicação



# Sumário

Palavras do Comandante do CDDCFN	03	A Projeção Anfíbia como instrumento para as Operações de Paz no Atlântico Sul	19	Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais - MARÉ I	45
Editorial	04	A Projeção Anfíbia e o combate às novas ameaças no Atlântico Sul	24	A evacuação da Embaixada Brasileira na Líbia	50
Expediente	04	Navios de Propósitos Múltiplos: vetor anfíbio do futuro	33	Garrafas PET: base de flutuação de embarcações da Marinha do Brasil	53
Sumário	05	Operação de Evacuação de Não Combatentes: uma possibilidade de Projeção Anfíbia	36	Artigos em Destaque	54
Cartas do Leitores	06	O emprego de Fuzileiros Navais a bordo de navios em Patrulha Naval	39	Foi destaque no <i>Âncoras Fuzis</i>	58
Projeção Anfíbia: reforçando a presença do Poder Naval no Atlântico Sul	09	Navios-Patrulha Oceânicos: reforçando a presença do Poder Naval brasileiro no Atlântico Sul	41	Decida nº 45: posição de retardamento	59
A Projeção Anfíbia no apoio à política externa: construindo parcerias no Atlântico Sul	16			Decida nº 45: possível solução (proposta pelo autor)	60
				Decida nº 45: resposta selecionada (enviada pelo leitor)	61
				Decida nº 46	62

# Cartas dos Leitores

“*A*presento meus cumprimentos ao Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais (CDDCFN) pela primeira edição, sob sua responsabilidade, da revista *Âncoras e Fuzis*.

*Marcando essa nova fase do periódico, a escolha do tema, de relevância estratégica para o futuro do CFN, trouxe-nos à reflexão o assunto sobre o qual se calcará a doutrina, o preparo e o emprego de nossa Força até 2030.*

*A abordagem sobre os Eixos Estruturantes do CFN destacou-se pela coesão de ideias e conceitos nos cinco primeiros artigos da revista, por meio dos quais se apresentou, em alto nível de discussão, o que são os Eixos Estruturantes do CFN, passando-se então à explanação detalhada sobre cada um deles: as Operações Anfíbias, a organização em Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais e a Guerra de Manobra, culminando com uma visão do preparo do Fuzileiro Naval para essa Nova Singradura.*

*Não obstante o elevado nível da matéria de capa, a publicação encontrou oportunidade para abarcar uma diversidade de público. A matéria sobre o “Sistema Astros CFN” traz um estudo atual para nossos Artilheiros, ao passo que os textos sobre o “Reconhecimento Blindado” e “O Emprego de blindados nas OMAU” apresentam assuntos do interesse aos integrantes de nossa recém-criada arma de Blindados, assim como a matéria sobre o “Treinamento de Tiro para Snipers” se torna relevante para os Elementos de Operações Especiais.*

*Além de abarcar várias especialidades, essa edição da *Âncoras e Fuzis* nitidamente se preocupou em envolver todos os círculos da carreira do Fuzileiro Naval nas discussões doutrinárias. O “Caso UNIFIL” permite que todos os nossos Fuzileiros Navais, desde o SD-FN até o Tenente, que se preparam ou almejam fazer parte daquela missão de paz, possam ter conhecimento sobre a relevância da missão no contexto internacional. “O TFM na formação do Oficial FN” é afeto não só aos jovens Oficiais, mas também a todas as nossas Praças que trabalham com a preparação física dos militares do CFN. O tema “Emprego de cães do GptFNRJ” abarca nossos CB / SD-FN que atuam como cinófilos.*

*Não negligenciando a importância do preparo intelectual e da formação do caráter do pessoal do CFN, os artigos sobre o “Programa de Leitura Profissional” denotam a importância do aprimoramento e aprofundamento nos assuntos afetos ao nosso labor. A ética ganhou brilho especial com a abordagem sobre “A chave do sucesso nos campos de batalha do século XXI” e o espírito de corpo e a liderança ganharam peso pela importância do tema no ensaio sobre “A Rede de Tenentes”.*

*Desta forma, o CDDCFN nos brinda com uma revista de excelente apuro gráfico e conteúdo sólido, fazendo-nos ansiar pelo próximo número do periódico.*

*Bravo Zulu.”*

CMG (FN) Pedro Luiz Gueiros **Taulois**

Comandante do Batalhão Naval

Cartas

“*Li com muito interesse a Edição 44 da revista Âncoras e Fuzis, particularmente o artigo sobre o Programa de Leitura Profissional, redigido pelo então CF (FN) Osmar com seu habitual brilhantismo.*

*Sem nada discordar dos argumentos e ideias apresentados pelo autor, gostaria de ressaltar a importância do estudo da História Militar por meio da Leitura Profissional.*

*Citando o Guia de Estudos Estratégicos da EGN, embora a Guerra seja “permeada de entendimentos e aplicações baseadas em conhecimentos científicos”, não é possível ao Comandante pautar suas decisões unicamente na ciência. Necessita ele de uma gama de conhecimentos que lhe permita identificar situações afins, erros e acertos, causas e consequências. Uma dedicada leitura profissional proporcionará a todos tais conhecimentos e, além de agradável companheira nas horas de leitura, será ela, na névoa da guerra, a melhor conselheira.”*

*CMG (FN) Cláudio Lopes de Araujo Leite*

*Chefe do Departamento de Doutrina do CGCFN*

“*De uma forma geral, penso que o último número de nossa Âncoras e Fuzis trouxe temas relevantes e que foram apresentados de forma concisa e direta, transformando a leitura em uma experiência agradável.*

*Destaco, no entanto, os textos que abordam os Eixos Estruturantes do CFN. Penso que a publicação destes textos incentiva a discussão do assunto entre os militares do CFN, permitindo, assim, que haja um nivelamento de conhecimentos sobre o tema e a consequente assimilação de seus conceitos principais.”*

*CF (FN) Luiz Guilherme Dias Guadagnino*

*Chefe da Divisão de Assuntos Internacionais do CGCFN*

“*Parabenizo a todos que contribuíram com seus conhecimentos, trazendo-nos artigos fundamentais para nosso engrandecimento profissional. Tais artigos nos estimulam a manter a chama sagrada do elevado profissionalismo que nosso CFN possui. Cada vez mais aprendo. Estou incentivando os militares deste Batalhão a lerem alguns artigos para futuras apresentações aqui.*

*Adsumus e Bravo Zulu a todos! ”*

*CF (FN) Márcio Rossini Batista Barreira*

*Comandante do Batalhão de Operações Ribeirinhas*

“*Prezados Senhores Responsáveis pela revista Âncoras e Fuzis, gostaria de felicitá-los pelo tema escolhido para a edição nº 44 e, além disso, enaltecer o excelente trabalho dos oficiais que nos brindaram com seus textos, em particular, aqueles que enfocaram os Eixos Estruturantes do Corpo de Fuzileiros Navais.*

*Em uma época em que o Estado demanda o Poder Militar para atividades de emprego limitado da Força, época essa associada a uma reduzida capacidade de realizar adestramento essencial, em função da escassez de meios e recursos, é extremamente pertinente produzir embasamento teórico que nos permita manter nossa orientação doutrinária fundamental.*

*Oportunamente, deixo aqui minha opinião, ratificando o enfocado pelo CC (FN) Rubin, a respeito da consolidação do emprego dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) organizados por Componentes. Em que pese sua maior adaptabilidade aos conflitos de maior intensidade, seu emprego é bastante viável em condições de menor grau de violência.*

*Nesse sentido, servindo presentemente no CmdoTrDbq, como Oficial de Operações, pude verificar “in loco”, nas operações reais RIO-IX, MARÉ e COPA, ocorridas no último semestre, o grau de consolidação da organização dos GptOpFuzNav em nossos planejamentos e execução. Tal condição tem, mesmo em ações de emprego limitado de Força, gerado respostas rápidas e oportunas aos desafios encontrados em cada um dos cenários impostos.*

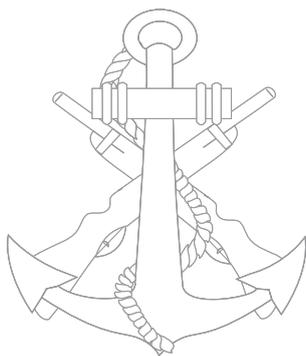
*Percebe-se, de forma clara, que a estruturação dos GptOpFuzNav por Componentes, estando os mesmos balanceadamente constituídos, tem facilitado em demasia a execução, permitindo manter a flexibilidade e versatilidade exigidas pelas condições operacionais locais.*

*Nunca desviando do foco principal de nossa existência, que são as Operações Anfíbias, é, além de tudo, producente organizar GptOpFuzNav por Componentes, mesmo em outras operações que não as típicas da Guerra Naval, mantendo-nos habituados a condições que serão efetivadas em eventuais momentos de maior complexidade.*

*Mais uma vez, felicito-os pelo excelente trabalho. Adsumus!*”

*CF (FN) Henrique de Castro Pinto Homem*

*Oficial de Operações do Comando da Tropa de Desembarque*



# Projeção Anfíbia: reforçando a presença do Poder Naval no Atlântico Sul

*A Marinha do Brasil será uma Força moderna [...] (BRASIL, 2008)*

## Introdução

Projeção Anfíbia é modernidade. A trajetória da evolução do Poder Naval passa, obrigatoriamente, pela incorporação das possibilidades representadas por este contemporâneo tipo de Operação Anfíbia (OpAnf).

Para poder introduzir esse novo tema, o artigo irá, inicialmente, olhar para o passado, em busca das razões que levaram à ocorrência dessa evolução das OpAnf, a qual visa a atender demandas contemporâneas da sociedade e das nações. Em seguida, voltar-se-á para o presente e o futuro, apresentando o desenvolvimento doutrinário que levou os estrategistas navais a realçarem sua importância, baseados no leque de opções de emprego que as Projeções Anfíbias representam, além de servirem como um multiplicador para todo Poder Naval. Por fim, neste contexto, destacará a importância do papel que este vetor representa para a consolidação da presença da Marinha do Brasil (MB) no Atlântico Sul e, conseqüentemente, para a proteção da Amazônia Azul.

## Evolução das Operações Anfíbias

As Operações de Desembarque remontam há milênios. O fato, tornado claro por Julian Corbett, de que “os homens vivem sobre a terra e não sobre o mar” e que é em terra que grandes questões são resolvidas tem, ao longo da história, estabelecido esta perene conexão entre a guerra no mar e em terra, que, muitas vezes, materializa-se com o desembarque de forças para combater no litoral (CORBETT, 2004).

Apesar desta longa existência, foi na primeira metade do séc. XX que as Operações de Desembarque sofreram sua mais marcante transformação. Esse desenvolvimento doutrinário ocorreu com o propósito de atender uma demanda estratégica, visualizada ainda na década de 1920, que estabelecia que, no contexto de uma guerra no Pacífico, as Forças Navais norte-americanas teriam de apoiar sua campanha na sucessiva conquista de ilhas oceânicas para o estabelecimento de bases navais avançadas.

Partindo dessa premissa, o *United States Marine Corps* (USMC) desenvolveu a doutrina, concebeu meios adequados e organizou e adestrou suas forças para a execução da então recém-denominada

Operação Anfíbia. Esse processo evolutivo, que atingiu seu ápice nas próprias águas do Oceano Pacífico, durante a Segunda Guerra Mundial (2ªGM), consagrou a OpAnf como uma eficiente opção de emprego do Poder Naval contra litoral fortemente defendido.

Durante a Guerra Fria, a ameaça representada pela escalada das capacidades militares vigentes confirmou a importância desse tipo de operação de guerra naval, particularmente de seu tipo mais cinético – o Assalto Anfíbio.

O término da Guerra Fria, no entanto, refreou a corrida armamentista e fez desvanecer as grandes ameaças. A possibilidade iminente de uma guerra mundial foi sendo substituída pela realidade da ocorrência de inúmeras crises de menor envergadura. Essas crises passaram a representar uma nova ameaça à segurança e à estabilidade das relações internacionais, não tanto pelas suas intensidades, mas por sua crescente frequência.

Não tardou para que as principais nações percebessem a necessidade de alterar o foco do emprego de parcela considerável de seus Poderes Navais. Do combate “no mar”, contra uma esquadra inimiga que não mais se apresentava como ameaça concreta, as marinhas desses países passaram a privilegiar o combate “a partir do mar”, projetando-se sobre o litoral para lidar com a realidade das crises.

Para tanto, tiveram de flexibilizar o próprio conceito de OpAnf. Este deixava de ser apenas uma ferramenta de combate, para forçar a entrada do Poder Naval em litorais claramente hostis, para ser também uma opção menos bélica, apta a levar soluções às crises que se desenvolviam em ambientes apenas potencialmente hostis, ou mesmo permissivos, projetando uma força que se apresentava não mais para combater, e sim para colaborar ou mediar conflitos.

Foi neste contexto que surgiu a Projeção Anfíbia: filha legítima da nova ordem mundial instalada.

## Desenvolvimento Doutrinário

Os quadros 1 e 2 demonstram o desenvolvimento doutrinário operado por importantes Forças Armadas do mundo para acomodar esta mudança no perfil operacional das OpAnf.

QUADRO 1 - DEFINIÇÃO DE OPERAÇÃO ANFÍBIA

ANO	OUTROS PAÍSES	BRASIL
1951	Uma expedição no exterior envolvendo um <b>desembarque contra a oposição inimiga</b> (ESTADOS UNIDOS, 1951).	-
1979	-	A OpAnf refere-se normalmente ao ataque lançado do mar, por Força Naval e Força de Desembarque, sobre <b>litoral inimigo defendido</b> (BRASIL, 1979).
1989	OpAnf é um ataque lançado a partir do mar por Forças Navais e Anfíbias, embarcadas em navios ou embarcações envolvendo o desembarque em <b>litoral hostil</b> (ESTADOS UNIDOS, 1989).	-
1992	OpAnf é um ataque lançado a partir do mar por Forças Navais e Anfíbias, embarcadas em navios ou embarcações envolvendo o desembarque em litoral hostil ou <b>potencialmente hostil</b> (ESTADOS UNIDOS, 1992).	-
1997	-	A OpAnf refere-se, normalmente, a um ataque lançado do mar por uma Força-Tarefa Anfíbia, sobre litoral <b>hostil ou potencialmente hostil</b> (BRASIL, 1997).
2001	OpAnf é uma operação militar lançada a partir do mar por uma Força Anfíbia, embarcada em navios ou embarcações com o principal propósito de introduzir uma Força de Desembarque em terra <b>para cumprir uma missão determinada</b> (ESTADOS UNIDOS, 2001).	-
2004	-	A OpAnf é uma operação militar lançada do mar, normalmente por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre litoral <b>hostil ou potencialmente hostil</b> (BRASIL, 2004).
2009	OpAnf é uma operação militar lançada a partir do mar por uma Força Anfíbia, embarcada em navios ou embarcações com o principal propósito de introduzir uma Força de Desembarque em terra <b>para cumprir uma missão determinada</b> (ESTADOS UNIDOS, 2009a).	-
2009	OpAnf é uma operação militar lançada a partir do mar por uma Força Naval e Força de Desembarque embarcadas em navios, embarcações de desembarque ou aeronaves de asa rotativa, com o principal propósito de projetar taticamente a ForDbq em terra, em um ambiente que pode variar <b>de permissivo a hostil</b> (AUSTRÁLIA, 2009).	-
2010	Uma operação militar lançada a partir do mar por uma Força Naval e Força de Desembarque embarcadas em navios ou embarcações, com o principal propósito de projetar taticamente a ForDbq em terra, em um <b>ambiente que pode variar de permissivo a hostil</b> (ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE, 2010).	-
2014	OpAnf é uma operação militar lançada a partir do mar por uma Força Anfíbia para conduzir Operações de Força de Desembarque <b>em litorais</b> (ESTADOS UNIDOS, 2014).	A OpAnf é uma operação naval lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre região litorânea <b>hostil ou potencialmente hostil</b> , com o efeito desejado de introduzir uma Força de Desembarque (ForDbq) em terra para cumprir missões designadas (BRASIL, 2014a).

Fonte: o autor (2014)

O QUADRO 1 apresenta a evolução da própria definição de OpAnf, comparando sua evolução no exterior e na MB. A definição inicial, que data de 1951, visualizava o emprego do Poder Naval apenas contra litorais com oposição inimiga. Esta definição atendeu às demandas operacionais das marinhas até o início dos anos 1990. A partir de então, a definição foi flexibilizada para abranger também a possibilidade de desembarque em ambientes potencialmente hostis, na definição de 1992. Desde 2001, passou-se a considerar o

desembarque em litorais permissivos e – como a diferenciação da situação militar do litoral (se hostil, potencialmente hostil ou permissivo) deixou de ter importância, uma vez que as OpAnf passaram a ocorrer nos três ambientes – a definição contemporânea, nos EUA, na OTAN e na Austrália, deixou de fazer menção a este fato. Com relação à MB, a definição evoluiu apenas uma vez, em 1997, para abranger somente os litorais potencialmente hostis. A definição de 2014 não incluiu os litorais permissivos.

QUADRO 2 - TIPOS DE OPERAÇÃO ANFÍBIA

ANO	OUTROS PAÍSES	BRASIL
1979	-	Tipos de OpAnf: desembarque, incursão e retirada (BRASIL, 1979).
1989 1992	As OpAnf tradicionais são: assalto, demonstração, incursão e retirada. As <b>OpAnf não tradicionais</b> são: conflitos de baixa intensidade, resposta militar antecipada, [...], operações relacionadas (ESTADOS UNIDOS, 1989).	-
1997	-	Esta operação comporta quatro modalidades: o assalto anfíbio; a incursão anfíbia; a demonstração anfíbia; e a retirada anfíbia (BRASIL, 1997).
2001	Tipos de OpAnf: assalto, retirada, demonstração, incursão e <b>outras operações anfíbias em ambientes permissivos, incerto ou hostis</b> (ESTADOS UNIDOS, 2001).	-
2004	-	Esta operação comporta quatro modalidades: o assalto anfíbio; a incursão anfíbia; a demonstração anfíbia; e a retirada anfíbia (BRASIL, 2004).
2009	As OpAnf ocorrem em todo o espectro das Operações Militares e são categorizadas em 5 tipos: assalto, retirada, demonstração, incursão e <b>apoio anfíbio a outras operações</b> (ESTADOS UNIDOS, 2009a).	-
	São os seguintes os tipos de OpAnf, em ordem de probabilidade de ocorrência: <b>Engajamento Anfíbio e Resposta a Crises</b> ; incursão; assalto; retirada; e demonstração (ESTADOS UNIDOS, 2009b).	-
2014	Os cinco tipos de Operação Anfíbia são: Incursão Anfíbia; Demonstração Anfíbia; Assalto Anfíbio; Retirada Anfíbia; e <b>Apoio de Força Anfíbia para resposta a crises e outras operações</b> (ESTADOS UNIDOS, 2014).	Esta operação comporta geralmente as modalidades: assalto anfíbio, incursão anfíbia, demonstração anfíbia, retirada anfíbia e <b>projeção anfíbia</b> (BRASIL, 2014a).

Fonte: o autor (2014)

O QUADRO 2 aponta a evolução da denominação conferida ao quinto tipo de OpAnf. Desde a 2ªGM até 1989, a doutrina previa a ocorrência de apenas quatro tipos de OpAnf: assalto, incursão, retirada e demonstração. Em 1989, a doutrina norte-americana passou a citar as OpAnf ditas não tradicionais, que abrangiam os conflitos de baixa intensidade, respostas militares antecipadas e outras operações relacionadas. Em 2001, é citado, pela primeira vez, um quinto tipo, ainda sem nome próprio, referido apenas como “outras” OpAnf. A edição de 2009 do manual IP3-02: *Amphibious Operations* buscou corrigir o lapso, denominando este tipo de: “Apoio Anfíbio a outras OpAnf”. Ainda em 2009, no contexto do chamado “Renascimento Anfíbio”, o artigo de referência “Operações Anfíbias no Século XXI” apresentou um nome abrangente, que buscava apontar todo o espectro de ações abrangidas: “engajamento anfíbio e mitigação de crises” (ESTADOS UNIDOS, 2009b). Neste ano de 2014, a MB passou a considerar o quinto tipo de OpAnf, denominando-a de Projeção Anfíbia, e os americanos criaram uma nova denominação para ela: Apoio de Força Anfíbia para Resposta a Crises e a Outras Operações.

A coleção de citações apresentada nos quadros, apesar de abranger documentos doutrinários de outros países, tem um foco maior nas evoluções apontadas pela doutrina do USMC. A razão para tanto é simples: foram esses fuzileiros navais que, na primeira metade do século passado, conceberam todo o corpo doutrinário, ainda hoje vigente, para as OpAnf. Doutrina esta presente não apenas na MB, mas também nas principais marinhas ocidentais. Acrescente-se que, além de terem concebido a teoria, eles testaram sua prática e validaram sua eficiência aplicando-a inúmeras vezes em combate. Agora, são esses mesmos fuzileiros navais que operam a flexibilização de seu conceito.

Essa mudança teve início, em 1992, com a publicação do documento conceitual denominado: “... *From the Sea*” (“... A Partir do Mar”). Nele, a Marinha norte-americana preparava-se para o século XXI. A Guerra Fria estava terminando, o que justificava esse novo direcionamento estratégico, que mudava o foco das operações navais, do alto-mar para os litorais, onde as crises seriam combatidas (ESTADOS UNIDOS, 1992).

Em 1996, um novo documento – *Operational Maneuver From the Sea* (Manobra Operacional a Partir do Mar) – detalhava como as Forças Anfíbias deveriam usar o mar como espaço de manobra para realizar OpAnf, que poderia variar desde uma ajuda humanitária até o combate violento contra uma nova superpotência (ESTADOS UNIDOS, 1996).

Após os atentados terroristas de 11 de setembro, o USMC envolveu-se profundamente com Operações Terrestres, sem caráter naval, no Iraque e Afeganistão. Próximo ao final da primeira década deste século, esse emprego como um “Segundo Exército” alertou seus estrategistas para a necessidade de voltar às suas raízes e recuperar o seu caráter naval perdido.

É nesse contexto que, em 2009, é lançado o documento “Operações Anfíbias no Século XXI”, o qual busca estimular o chamado “Renascimento Anfíbio” do USMC. Nele, destaca-se a aplicabilidade das Forças Anfíbias para missões em todo o amplo Espectro das Operações Militares (EOM), que se estendem desde o engajamento, a operação, a segurança, as atividades de dissuasão até às respostas a crises e limitadas operações de contingência e, se necessário, às principais operações e campanhas (ESTADOS UNIDOS, 2009).

Nos últimos anos, o *Marine Corps Warfighting Laboratory*, por meio do experimento *Expeditionary Warrior* (EW), um jogo de guerra anual, formula e testa conceitos que subsidiam o desenvolvimento doutrinário do USMC. O foco das edições de 2011-12 foi o chamado Renascimento Anfíbio. Assim, o propósito dessas EW foi o de explorar o conceito de Entrada Forçada para sobrepujar os desafios das estratégias de defesa de costa embasadas no conceito de “Antiaceeso e Negação de Área” (A2/AD - em sua sigla em inglês) (ESTADOS UNIDOS, 2014).

As edições da EW 2013-2015 estão examinando a visão de futuro das Operações Marítimas, com emprego de força para agir rápido e preparar a escalada da resposta a ameaças ou crises dentro de todo o EOM. São esses experimentos que geram os objetivos de adestramento para os grandes exercícios anfíbios que o USMC tem realizado nesta década.

Um exemplo destes exercícios é a *Bold Alligator* (BA), uma OpAnf de grande envergadura, envolvendo meios navais e de fuzileiros navais, dos EUA e de outros países, que realiza, simultaneamente e a partir do mar, uma série de ações que abrangem todo o EOM e que não possuem uma frente linear definida. Em 2014, a BA está explorando os seguintes temas: engajamento anfíbio (operação que busca estreitar laços, compartilhar informações e ampliar a confiança mútua entre as Forças Armadas de países de interesse); operação de reforço de embaixada; quatro Incursões Anfíbias independentes (sendo uma delas de longo alcance, com alvo a 220 milhas da costa); duas Operações de Ajuda Humanitária; duas Operações de Apoio Militar à Saída (*Military Assisted Departure* - um tipo de Operação de Evacuação de Não Combatentes de pequena envergadura); e conquista de uma Zona de Desembarque.

Um fato curioso é que essa mesma flexibilização, aqui apontada nos EW, BA e documentos doutrinários, está abrangendo outras Forças Armadas, como o próprio Exército Brasileiro (EB). Em sua recente *Doutrina Militar Terrestre* (BRASIL, 2014b), introduziu-se o conceito de “Operações no Amplo Espectro”, que visa a “obter e manter resultados decisivos nas operações, mediante a combinação de Operações Ofensivas, Defensivas, de Pacificação e de Apoio a Órgãos Governamentais, simultânea ou sucessivamente, prevenindo ameaças, gerenciando crises e solucionando conflitos armados, em situações de Guerra e de Não Guerra” (ver Figura 1) (BRASIL, 2014b).

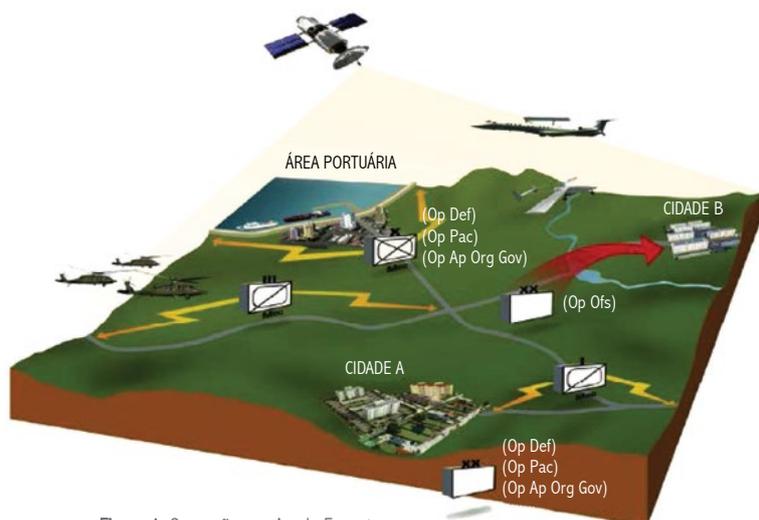


Figura 1: Operações no Amplo Espectro  
Fonte: BRASIL (2014b)

Uma característica marcante da Projeção Anfíbia, assim como de todas as operações que ocorrem em todo o EOM, é que ela pode transitar entre os extremos do espectro. Assim, uma operação pode ser iniciada como uma atividade benigna, passar a uma atividade de emprego limitado da força e terminar como uma Operação de Guerra Naval.

Essa mesma característica foi percebida por Eric Grove, um importante estrategista naval britânico, que em 1990 representou as funções do Poder Naval relacionadas ao uso do mar em um diagrama (ver Figura 2), contendo um triângulo e três círculos. Os lados do triângulo e cada círculo representavam um grupo de atividades: na base do triângulo, a função militar do Poder Naval relaciona-se com o círculo da confrontação leste-oeste; o lado da esquerda representa a função diplomática e os interesses nacionais; e o outro lado, a função constabular e as atividades de imposição da lei e da ordem. Por fim, Grove ensina:

*Algumas vezes um evento naval em particular encontra-se em apenas um círculo, outras vezes, na interseção de dois, ou até dos três, círculos. A localização precisa de qualquer ponto é mais uma questão de interpretação do que uma clara e precisa definição, mas o diagrama com os três círculos é interessante pelas suas implicações para o futuro [...].* (GROVE, 1990).

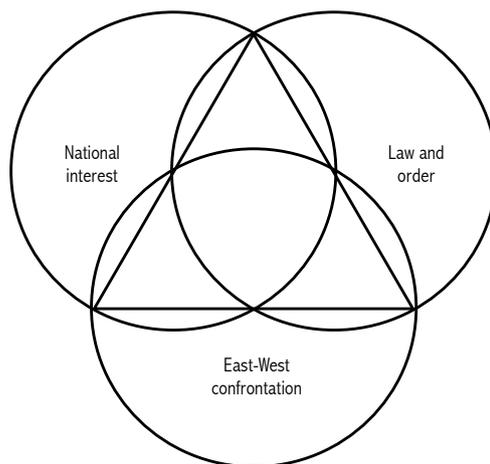


Figura 2: Triângulo do uso do mar de Eric Grove  
Fonte: GROVE (1990)

Essa possibilidade de operações de natureza distinta ocorrerem simultaneamente está prevista no conceito de “Operações no Amplo Espectro” do EB e na Doutrina Marítima Britânica:

*Na prática, a maioria das operações realizadas por Forças Navais incorporam aspectos de cada uma dessas funções [combate, segurança marítima e engajamento internacional]. Elas são intimamente inter-relacionadas e podem ser realizadas simultânea ou consecutivamente, com pouca ou nenhuma mudança física na estrutura da força. A diferença entre segurança marítima e operações de combate, por exemplo, pode, ocasionalmente, ser extremamente difícil de distinguir. Mas este é justamente um dos mais valiosos recursos das Forças Navais; elas oferecem opções para os tomadores de decisão para escalar ou desescalar crises simplesmente alterando sua postura.* (REINO UNIDO, 2011).

Finalizando esta abordagem doutrinária do tema, cita-se o estrategista naval britânico Geoffrey Till (2009), renomado pensador que aponta a direção geral do futuro das marinhas:

*Haverá um foco contínuo no litoral. [...] Apesar da percepção comum, a maioria das atividades navais têm ocorrido no litoral. Isto é provável que continue a ocorrer, ou até mesmo aumentar, pelo menos por enquanto. Parte da razão para isso é que muitos dos problemas do mundo se manifestam nas regiões litorâneas onde o acesso e apoio do mar está disponível. [...] As características clássicas do Poder Naval (mobilidade, garantia de acesso, alcance, flexibilidade, controlabilidade) continuarão a ser adequadas para a realização de diversificadas e politizadas operações no litoral. [...]*

*É provável que a variedade e diversidade de tarefas navais aumentem. [...] as forças marítimas estão enfrentando um conjunto de situações novas, muito mais politizadas, complexas e confusas, nas quais elas podem ser chamadas a oferecer quase tudo, desde bombas até bebês. [...] As marinhas, portanto, precisam se diversificar, para incluir em seu repertório uma faixa adicional de funções constabulares e de estabilização que exigem novas atitudes e novos conjuntos de habilidades. [...]*

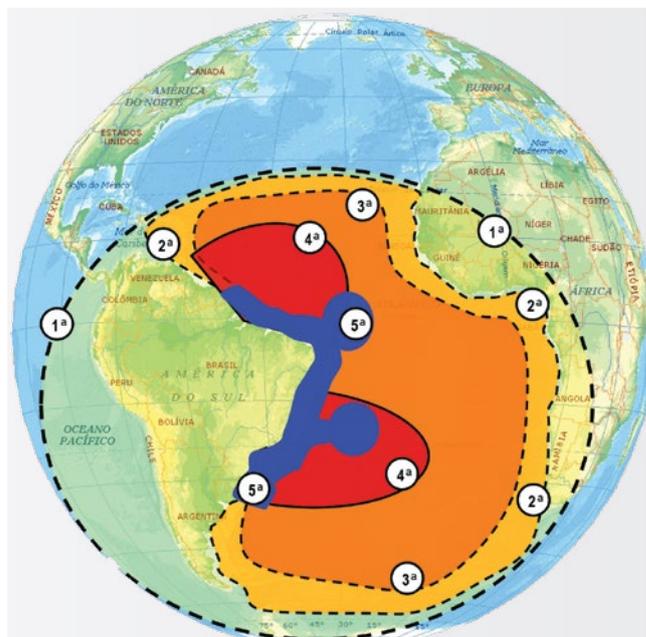
*As marinhas que se envolvem em operações expedicionárias geralmente o fazem na expectativa de que elas contribuirão para a estabilidade internacional, e suas atividades são normalmente dirigidas contra governos ou contra outras forças que parecem ameaçar essa estabilidade. No entanto, desastres físicos e humanitários, tais como ciclones, terremotos e guerras civis podem também ameaçar a boa ordem. As operações humanitárias para restaurar a boa ordem a partir do mar, impedindo ou aliviando o desconforto tornaram-se muito comuns. Essas operações [no litoral] incluem: a) ataques baseados no mar contra as forças da desordem. Operações contra pirataria ou centros de tráficos de escravos passaram a ser uma atividade naval comum; b) operações de ajuda humanitária na sequência de catástrofes naturais; c) operações de evacuação de não combatentes; e d) missões humanitárias proativas em que as forças navais chegam a lugares carentes antes de um desastre, esperando com isso aliviar suas potenciais consequências. [...]*

## Projeção Anfíbia: protegendo a Amazônia Azul

A defesa da Amazônia Azul é o grande desafio da Marinha do Brasil.

Como esta defesa poderá ser conduzida?

Certamente ela não ocorrerá de dentro da própria Amazônia Azul. Sua defesa deve iniciar o mais distante possível. As principais marinhas do mundo protegem seus litorais com um arranjo de sistemas de armas dispostos em camadas sucessivas e complementares entre si, de acordo com o conceito de A2/AD. A camada mais externa e, portanto, a de maior alcance é a da Diplomacia Naval (ver Figura 3) (MONTEIRO, 2010; FERREIRA, 2014).



- 1ª Camada - Diplomacia Naval (construção de parcerias, mostrar bandeira), Projeção de Poder sobre Terra (Ajuda Humanitária, Operações de Paz) e Segurança Marítima (Combate às Novas Ameaças como a pirataria e narcotráfico);
- 2ª Camada - Consciência Situacional Marítima;
- 3ª Camada - Negação do Uso do Mar (emprego de submarinos) e Projeção de Poder sobre Terra (negação do uso de ilhas oceânicas);
- 4ª Camada - Controle de Área Marítima e Projeção de Poder Sobre Terra ("controle de ilhas oceânicas e de áreas terrestres que controlam áreas de trânsito ou onde estão localizadas as bases inimigas"). Esta camada protege as duas áreas do litoral que continuarão a merecer atenção especial, do ponto de vista da necessidade de controlar o acesso marítimo ao Brasil: a faixa que vai de Santos a Vitória e a área em torno da foz do rio Amazonas; e
- 5ª Camada - Controle de Área Marítima e Segurança Marítima.

Figura 3: Esboço de um sistema de defesa em camadas do litoral brasileiro  
Fonte: FERREIRA (2014)

De acordo com a DBM, entende-se por Diplomacia Naval a capacidade de "influenciar a opinião pública e as elites dirigentes do país-alvo, reforçar laços de amizade, garantir acordos e alianças e demonstrar intenções em áreas de interesse, contribuindo para a adoção de ações favoráveis e dissuadindo as desfavoráveis". Em relação às formas de emprego do Poder Naval nesta atividade sobressaem-se, entre outras: operações executadas em razão de compromissos internacionais; cooperação na formação de marinhas amigas; Operações Humanitárias; Ações Cívico-Sociais e Operações de Evacuação de Não Combatentes (BRASIL, 2014).

Nessa camada, o Poder Naval precisa atuar no litoral de países de interesse contribuindo para a boa ordem no mar e a partir do mar. Cabe o registro de que a costa atlântica da África apresenta características singulares: existência de estados com estruturas político-econômicas débeis, contingente demográfico elevado, coexistência de conflitos étnico-culturais latentes, propensão ao rápido alastramento de pandemias devido às condições sanitárias, densidade populacional, forças armadas com pouca capacidade de proteção externa, ameaças terroristas e pirataria, entre outras (FERREIRA, 2010).

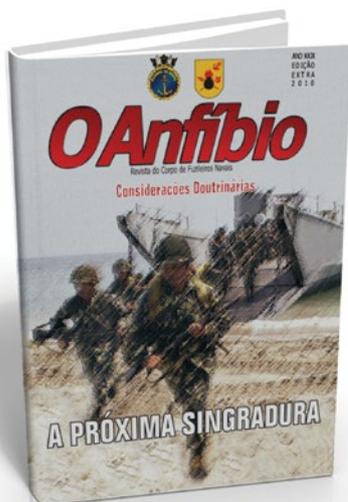


Figura 4: Capa da revista *O Anfíbio*, edição extra  
Fonte: *O Anfíbio* (2010)

Conforme descrito em *A Próxima Singradura*, edição extra de *O Anfíbio*, a:

*[...] segurança da Amazônia Azul decorrerá da propagação da influência do Poder Naval brasileiro pelo Atlântico Sul, suas adjacências e ilhas oceânicas. A presença crível do Poder Naval deverá ser percebida não apenas no mar, mas também nos litorais de nosso entorno estratégico. Nessa presença, uma força que avance sobre terra, a partir de bordo, seja para combater, seja para oferecer apoio humanitário, será uma ferramenta imprescindível no balanço de poder da futura esfera de influência da Marinha do Brasil.* (MONTEIRO, 2010).

É neste contexto que se insere a Projeção Anfíbia.

A nova edição da DBM (2014a) inseriu essa importante atualização doutrinária. Ela flexibilizou, em certa medida, o conceito de OpAnf, incorporando a ideia, já mundialmente consagrada há décadas, de que a “projeção de tropa anfíbia em terra é o que caracteriza a operação anfíbia contemporânea, não importando o grau de hostilidade do ambiente, nem o tipo de missão a ser cumprida”.

Esse novo conceito de emprego de força vai ao encontro das principais demandas operacionais apontadas tanto por outros países, quando pela doutrina do EB e por estrategistas navais com embasadas visões de futuro. Assim, a Projeção Anfíbia agrega ao Poder Naval brasileiro uma multiplicidade de capacidades necessárias ao fortalecimento da presença da MB no Atlântico Sul. Entre essas capacidades destacam-se a prevenção de conflitos e a distensão de crises de diversas naturezas.

Cabe o registro de que a otimização do emprego do Conjugado Anfíbio passa pela obtenção de Navios de Propósitos Múltiplos (NPM), capazes de realizar diversificadas tarefas no mar e a partir do mar, como as operações de ajuda humanitária, as de evacuação de não combatentes, as ações de defesa civil, além de servir como Navio de Comando e Controle ou Navio de Recolhimento e Tratamento de Baixas. Ademais, é exatamente essa capacidade de realizar Projeções Anfíbias que tem feito importantes marinhas do mundo incorporar este tipo de navio a suas esquadras.

Dessa forma, ao dar corpo à camada mais externa do sistema defensivo do litoral brasileiro, o Conjugado Anfíbio, com capacidade de realizar Projeções Anfíbias no entorno estratégico nacional, deverá se consolidar como um importante instrumento para a defesa da Amazônia Azul.

## Conclusão

A Projeção Anfíbia, ao flexibilizar o conceito de OpAnf, incorporou modernidade às capacidades do Poder Naval, coadunando-o às demandas contemporâneas do mundo pós-Guerra Fria e pós-11 de setembro e à própria Visão de Futuro da MB. O Espaço de Batalha moderno, seja no mar, seja em terra, tende a ser não linear. As forças que atuarão nele têm de estar aptas a operar em todo o EOM.

O breve histórico das OpAnf apresentado buscou demonstrar que sua evolução foi fruto da busca pelo equilíbrio entre demandas estratégicas dinâmicas e capacidades operacionais. Foi assim no período entre guerras, quando se formulou a base para os Assaltos Anfíbios às ilhas do Pacífico. Foi assim também no pós-Guerra Fria, quando a resposta às crises demandou uma forma de OpAnf menos bélica e mais politizada.

O acompanhamento do desenvolvimento doutrinário procurou destacar que essa evolução foi paulatinamente enquadrada no corpo doutrinário de importantes países. Realçou-se, também, que a Projeção Anfíbia está alinhada tanto com a colocação, pelo EB, do conceito de “Operações no Amplo Espectro” no centro de sua doutrina, quanto com a perspectiva de futuro de importantes pensadores navais.

Por fim, o artigo apresentou a importante ligação entre o ganho representado por este desenvolvimento doutrinário e a modernização do Poder Naval sendo, nos moldes apresentados, imprescindível para a defesa dos interesses nacionais na imensa Amazônia Azul.

## Referências

AUSTRÁLIA. Department of Defence. **ADDP 3.2: Amphibious Operations**. Edition 2. Austrália, 2009.

BRASIL. Comando da Marinha. **EMA-300: Plano Estratégico da Marinha (PEM)**, Brasília, D.F., 2008.

\_\_\_\_\_. **EMA-305: Doutrina básica da Marinha**. Brasília, D.F., v. I, 2014a.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. Publicação **EMA-305: Doutrina básica da Marinha**. Brasília, D.F., 2004.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. Publicação EB20-MF-10.102. **Doutrina Militar Terrestre**. Brasília, D.F., 2014b.

BRASIL. Ministério da Marinha. **Doutrina básica da Marinha**. Brasília, D.F., 1979.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Brasília, D.F., 1981.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Brasília, D.F., 1983.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Brasília, D.F., 1997.

CORBETT, Julian Stafford. **Principles of maritime strategy**. Mineola: Dover Publications, 2004.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. **From the sea: preparing the naval service for the 21st century**. Washington, D.C., 1992.

\_\_\_\_\_. **Forward ... From the sea**. Washington, D.C., 1994a.

ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. **JP 1-02: Dictionary of Military and Associated Terms**. Washington, D.C., 1994b.

\_\_\_\_\_. Washington, D.C., 2010.

\_\_\_\_\_. **JP 3-02: Joint Doctrine for Amphibious Operations**. Washington, D.C., 1992.

\_\_\_\_\_. Washington, D.C., 2001.

\_\_\_\_\_. Washington, D.C., 2009a.

\_\_\_\_\_. **JP 3-02.1: Joint Doctrine for Landing Force Operations**. Washington, D.C., 1989.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **Amphibious Manual 1: Training**. Washington, D.C., 1951

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **Amphibious Operations in the 21st Century**. Washington, D.C., 2009b.

\_\_\_\_\_. **Expeditionary Warrior 2014: Final Report**. Washington, D.C., 2014.

FERREIRA, Renato Rangel. Amazônia Azul: espaço de batalha para os combatentes anfíbios. **O Anfibio**, Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 23, p. 95-104, 2004.

\_\_\_\_\_. A Amazônia Azul e o Atlântico Sul e Tropical. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, p. 127-139, abr./jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Operações Anfíbias no Século XXI: tarefas básicas do Poder Naval para a proteção da Amazônia Azul. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, jan./jun. 2014.

GROVE, Eric. **The future of sea power**. Annapolis: Naval Institute Press, 1990.

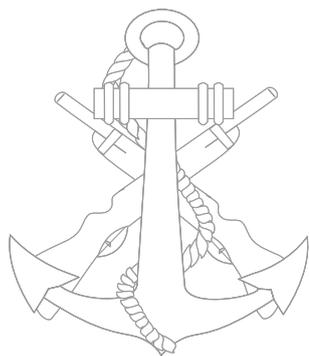
MONTEIRO, Alvaro Augusto Dias. A próxima singradura. **O Anfibio**, Rio de Janeiro, ano XXIX, p. 9-65, out. 2010a. Edição extra.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **AAP-6: NATO Glossary of Terms and Definitions: english and french**. [S.l.], 2010.

REINO UNIDO. Ministry of Defence. The Development, Concepts and Doctrine Centre **Joint doctrine publication O-10: British maritime doctrine**. 3. ed. Londres: TSO, 2011.

TILL, Geoffrey. **Seapower: a guide for the Twenty-First Century**. 2. ed. Londres: Frank Cass Publishers, 2009.





# A Projeção Anfíbia no apoio à política externa: construindo parcerias no Atlântico Sul

*Desde o tempo de paz, ressalta-se o íntimo relacionamento existente entre os assuntos de Defesa e de Relações Exteriores do País. Nesse contexto, o Poder Naval constitui um eficaz instrumento da Política Externa do Estado. Quando convenientemente empregado, é capaz de influenciar a opinião pública e as elites dirigentes do país-alvo, reforçar laços de amizade, garantir acordos e alianças e demonstrar intenções em áreas de interesse, contribuindo para a adoção de ações favoráveis e dissuadindo as desfavoráveis. (BRASIL, 2014)*

## Introdução

O papel do Poder Naval em apoio à Política Externa é assunto tão importante quanto desconhecido do público em geral. Ao cidadão comum, interessado por narrativas de batalhas, como *Trafalgar* e *Midway*, ou emocionado com os *Blockbusters* que mostram, com efeitos especiais e alguma fantasia, Pearl Harbor e Iwo Jima, pouco interessa qualquer papel das Forças Navais que não envolva desembarques anfíbios, bombardeios ou ataques aéreos. Tal desinteresse, perdoável aos amadores, não pode ser admitido no meio militar, no acadêmico nem no diplomata. É imperativo que estes profissionais conheçam o emprego político e diplomático dos navios, pois o país que renuncia ao apoio do Poder Naval à Política Externa limita seu Poder Naval e debilita sua Política Externa.

Este artigo tem por finalidade lembrar esse importante papel das Marinhas e analisar o emprego, no entorno estratégico brasileiro, da Projeção Anfíbia<sup>1</sup>, modalidade de Operação Anfíbia (OpAnf) que se caracteriza pelo emprego das capacidades intrínsecas do Conjugado Anfíbio<sup>2</sup> para introduzir em área de interesse, a partir do mar, meios para cumprir tarefas diversas em apoio a operações de guerra naval ou relacionadas, entre outras contingências, com a prevenção de conflitos e a distensão de crises (BRASIL, 2014).

<sup>1</sup> Embora a Projeção Anfíbia seja a modalidade de OpAnf mais recentemente definida e incorporada em nossos manuais, observa-se que, em termos de probabilidade de emprego, é a primeira, ocorrendo com maior frequência do que as quatro demais. Ver GAVIÃO (2010) com a ressalva de que o autor, à época, empregou os termos "Engajamento Anfíbio e Reação a Crises", pois a expressão Projeção Anfíbia ainda não havia sido normatizada.

<sup>2</sup> Conjugado Anfíbio: Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais embarcado em uma Força Naval, juntamente com os meios aeronavais adjudicados, em condições de cumprir missões relacionadas às tarefas básicas do Poder Naval (BRASIL, 2013).



Figura 1: O Conjugado Anfíbio

Fonte: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais

## O emprego político do Poder Naval

Desde o início da civilização, os navios são inequívocos símbolos de grandeza e poder. Tucídides, no século V a.C., já relatava que "eles (os navios) navegavam ao longo da costa ante os olhares das demais cidades e mostravam o poder de Atenas" (apud TILL, 2004).

A diplomacia naval é, portanto, tão antiga quanto as Marinhas. Os navios levam consigo a bandeira do país que representam. Sua existência demonstra o poder de seu Estado; e sua presença em determinado local, o interesse naquela região.

Tal fato é tão verdadeiro hoje, como o era na Grécia de Tucídides. Entre 1946 e 1991, em cerca de 250 crises ocorridas, a Marinha dos EUA foi empregada em 80% das ocasiões (KIDD, apud GOMES, 1992, p. 4). Em crises ou não, o professor Geoffrey Till (2004, p. 264) relata que, apenas em 1997, a *US Navy* mostrou a bandeira norte-americana 1.629 vezes, ao visitar portos estrangeiros em 99 diferentes países.

O escopo deste artigo não permite uma análise profunda do emprego político do Poder Naval. Vale, todavia, lembrar que a adequação do Poder Naval, como instrumento de apoio à política externa, ocorre em virtude de suas características intrínsecas (ver figura 2) e do conceito da liberdade dos mares (LUTTWAK, 1974), temas que serão detalhados adiante.

As características do Poder Naval permitem aos navios e forças deslocarem-se rapidamente (dependendo de sua capacidade de prontidão) e permanecerem por longos períodos em regiões de interesse. Com sua versatilidade e flexibilidade, podem tanto realizar uma de-

monstração de força para intimidar um rival, assim como, após capear seu armamento e, em seguida, descobrir mesas, taças e aparelhagem de som, receber a comunidade local, embaixadores e Chefes de Estado para uma agradável recepção.



Figura 2: As características do Poder Naval  
Fonte: Doutrina Básica da Marinha (BRASIL, 2014)

Outro fator fundamental, para o apoio das Forças Navais à Política Externa, é o conceito de liberdade dos oceanos – fora os mares territoriais dos países (admitidos, de modo geral, como 12 milhas a partir do litoral) – a enormidade dos oceanos oferece gigantesco espaço para deslocamento, evolução e organização das forças navais. Uma Força-Tarefa pode aproximar-se ou afastar-se como desejar ou, até mesmo, por convite, atracar em portos estrangeiros, levando consigo o Estado que representa.

Como afirma a Doutrina Básica da Marinha (DBM):

*Quando provenientes de uma Marinha com capacidade de projeção, [as Forças Navais] podem levar os interesses de estado a todos os países costeiros, em decorrência do conceito da liberdade de navegação nos mares e pelas características intrínsecas do Poder Naval.* (BRASIL, 2014).

## A Marinha do Brasil e o seu Entorno Estratégico

Mas será a teoria aplicável à prática, no caso brasileiro? Onde e como o Poder Naval pode contribuir para a diplomacia brasileira?

A Política de Defesa Nacional (BRASIL, 2005) responde a tal questão e, assim, define o Entorno Estratégico brasileiro:

*A América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica. Ao norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção a essa região.* (BRASIL, 2005).

Nas regiões citadas, dos mais de 40 países existentes, apenas Bolívia e Paraguai não possuem litoral. Ainda assim, esses dois importantes vizinhos dividem com o Brasil fronteiras com extensos rios navegáveis, com destaque para o Rio Paraguai. Em todo o nosso entorno estratégico, portanto, o Poder Naval possui a capacidade de estreitar os laços com as nações amigas, ampliar a cooperação e fazer presente a bandeira de nosso país, sempre que necessário.

Embora o Poder Naval brasileiro, nesse entorno estratégico, possa ser contestado em relação a poder de combate por atores não regionais dotados de maiores recursos materiais e econômicos (FERREIRA, 2010, p. 128), a presença de nossos navios pode proporcionar expressivos resultados políticos e diplomáticos, por meio da ampliação dos laços de amizade, confiança e credibilidade decorrentes das afinidades culturais e interesses afins pelo desenvolvimento e segurança regionais. A presença naval brasileira, assim, insere-se em um conjunto de iniciativas diplomáticas que inclui a Cúpula América do Sul-África, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e a Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), que visam à construção do que foi denominado, pelo Ministro da Defesa, de “cinturão de boa vontade” do Atlântico Sul (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014, p. 216).

Essa construção de parcerias atende ainda às Diretrizes de nossa Estratégia Nacional de Defesa, que estabelece o seguinte: “as Forças Armadas devem estar organizadas sob a égide do trinômio monitoramento/controlar, mobilidade e presença” (BRASIL, 2008). Pelo exercício do citado trinômio, o Brasil fortalece os laços diplomáticos, acompanha *in loco* os assuntos de interesse no seu entorno estratégico e efetiva seu apoio a outros países, contribuindo para a estabilidade da região e para evitar o crescimento de perturbações locais que, se não eliminadas, podem vir a evoluir e trazer graves prejuízos a nosso país, como os delitos transnacionais e a pirataria.

## O Conjugado Anfíbio, a Projeção Anfíbia e o Poder Naval

Vimos como a flexibilidade e a versatilidade permitem a uma Força Naval graduar o emprego da força e possibilitam a adoção da configuração mais apropriada a cada situação e missão com que venha a se deparar.

O Conjugado Anfíbio, já definido neste artigo, proporciona grande incremento a essas duas características. A presença de um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais embarcado, dotado de capacidade intrínseca de planejamento, combate e apoio logístico, somada aos recursos aeronavais e meios para desembarque aéreo ou por superfície, amplia a capacidade de uma Força Naval projetar seu poder em terra e influenciar as ações que lá acontecem.

Esta projeção de poder em terra é intimamente ligada à vocação anfíbia do Corpo de Fuzileiros Navais. Nem sempre ocorrerá, contudo, por meio das quatro modalidades “tradicionais” de OpAnf<sup>3</sup>. As Marinhas atuais têm realizado, com frequência crescente, OpAnf de menor envergadura, não necessariamente desenvolvidas em ambiente

<sup>3</sup> Este termo foi empregado para designar as quatro modalidades de OpAnf normatizadas anteriormente à publicação da nova Doutrina Básica da Marinha: Assalto Anfíbio, Incursão Anfíbia, Demonstração Anfíbia e Retirada Anfíbia.

hostil. Normalmente, tais OpAnf abrangem desembarques para “prover ajuda humanitária, para evacuar nacionais, proteger populações, realizar tarefas especiais ou até para combater as assimétricas novas ameaças” (FERREIRA, 2010, p. 135).

Em consequência, a última edição de nossa DBM atualizou os conceitos relacionados às OpAnf e trouxe a doutrina ao encontro da realidade, ao definir a Projeção Anfíbia. Justifica-se plenamente, no entender deste autor, o acréscimo desta quinta OpAnf à nossa doutrina, por sua importância nas operações navais modernas e porque, ainda que uma Projeção Anfíbia venha a ocorrer em um ambiente onde não exista a ameaça real ou latente de força adversa, a execução de tal operação exige especificidades de planejamento, adestramento e material somente encontradas nos Conjugados Anfíbios.

A importância da Projeção Anfíbia entre as operações modernas pode ser exemplificada pela publicação doutrinária norte-americana *Expeditionary Force 21* (2014), cujo prefácio, redigido pelo Comandante-Geral do *United States Marine Corps (USMC)*, General John E. Amos, assim inicia:

*A última década deixa claro que Capacidade de Reação e Versatilidade – marcas registradas institucionais do USMC – estão sempre em demanda. Mesmo enquanto combatíamos o inimigo no Iraque e Afeganistão, U.S. Marines foram os primeiros a responder aos tsunamis no Oceano Índico e Japão, aos terremotos no Paquistão e Haiti e ao Tufão nas Filipinas. Como a Força Pronta Expedicionária da Nação, estamos e continuaremos a estar profundamente engajados ao redor do globo<sup>4</sup>.*

## Conclusão

Como vimos, o emprego político e diplomático do Poder Naval é tema conhecido e estudado desde a antiguidade. As Forças Navais, em decorrência de suas características intrínsecas e da liberdade dos oce-

<sup>4</sup> “The past decade makes clear that responsiveness and versatility – the institutional trademarks of the Marine Corps – are always in demand. Even as we took the fight to the enemy in Iraq and Afghanistan, U.S. Marines were the “first responders” to the tsunamis in the Indian Ocean and Japan, earthquakes in Pakistan and Haiti and the typhoon in the Philippines. As the Nation’s Expeditionary Force in Readiness, we are and will continue to be heavily engaged around the world.”

## Referências

- ABDENUR, Adriana; SOUZA NETO, Danilo. O Atlântico e a Cooperação de Defesa entre o Brasil e a África. In: NASSER, Reginaldo; MORAES, Rodrigo (Org.). **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico**: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: IPEA, 2014.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. **Política de Defesa Nacional**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm)>. Acesso em: 18 ago. 2014.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 6.703, de 18 dez. 2008. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2008.
- BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-0-1**: Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais, Rio de Janeiro, 2013.
- \_\_\_\_\_. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**: Doutrina Básica da Marinha. Brasília, 2014.
- ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **Expeditionary Force 21**. Washington, DC, 2014.
- FERREIRA, Renato Rangel. A Amazônia Azul e o Atlântico Sul e Tropical. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v.130, n.04/06, p. 127-139, abr./jun., 2010.

anos, são excepcionais instrumentos de um Estado para incrementar relações de confiança e amizade, dissuadir intenções hostis e incentivar as que lhes são favoráveis.

Tais conceitos teóricos encontram plena comprovação na análise do caso prático brasileiro, país em cujo entorno estratégico, conforme definido nos mais elevados documentos de política de estado, encontram-se o Atlântico Sul, a Antártica e diversos países com os quais podemos e devemos estreitar, de modo crescente, os laços de cooperação e confiança, por intermédio de nossa Marinha.

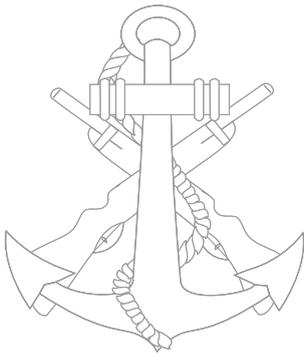
Dentro das Forças Navais, assume papel relevante o Conjugado Anfíbio, pela flexibilidade e versatilidade que proporciona, em especial no tocante a ações que visam a projetar o poder dessa Força com a finalidade de influenciar os acontecimentos que ocorrem em terra.

Em decorrência do crescente papel do emprego de tropa de Fuzileiros Navais a partir do mar, em operações distintas das quatro modalidades de OpAnf clássicas, como em Operações de Assistência Humanitária, de combate a delitos transnacionais e engajamento com nações amigas, fez-se necessária uma atualização das definições tradicionais de OpAnf, o que ocorreu em nossa última revisão da DBM, que passou a incorporar o conceito de Projeção Anfíbia.

Os fatos e argumentos expostos neste artigo demonstram que a frequência da execução de operações de Projeção Anfíbia pelo Brasil tende a seguir o padrão internacional, isto é, trata-se da modalidade de OpAnf mais rotineiramente executada.

A atual revisão da DBM incorporou a Projeção Anfíbia à nossa Doutrina. Cabe agora, então, discutirmos e aperfeiçoarmos essas novas ideias e conceitos e compreendermos suas consequências sobre o nosso material, capacitação de recursos humanos, planejamento e operações, de modo a alcançarmos, em grau cada vez maior, aquela que é considerada por Sun Tzu a glória suprema: conquistar seus objetivos sem precisar desembainhar a espada, ou, como a Doutrina Marítima Britânica se expressa: “A principal importância de uma Marinha está nos eventos que deixam de ocorrer por causa de sua influência” (REINO UNIDO, 2011, p. 2-21).

- GAVIÃO, Luiz Octávio. As Operações Anfíbias no Século XXI. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v.130, n.01/03, p. 155-179, jan./mar., 2010.
- GOMES, Napoleão Bonaparte. **O emprego político do Poder Naval segundo Luttwak**. Rio de Janeiro: EGN, 1992. 12 f. Ensaio apresentado na Escola de Guerra Naval para o Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM), Rio de Janeiro, 1992.
- KIDD, Isaac C. For the Alliance sea power is an anchor of stability in an instable world. **Sea Power**, Arlington-EUA, v. 35, n. 1, p. 32-38, jan. 1992
- LUTTWAK, Edward N. **The political uses of sea power**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1974. 79
- REINO UNIDO. Ministry of Defence. The Development, Concepts and Doctrine Centre. **Joint doctrine publication 0-10**: British Maritime Doctrine. Shrinham, 2011.
- TILL, Geoffrey. **Seapower**: a guide for the Twenty-First Century. Londres: Frank Cass Publishers, 2004.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **O Emprego Político do Poder Naval**. [S.l.:s.n.], [197-].



# A Projeção Anfíbia como instrumento para as Operações de Paz no Atlântico Sul

[...] o Brasil deverá aperfeiçoar o preparo das Forças Armadas para desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais [...] (BRASIL, 2008)

## Introdução

A Política Nacional de Defesa (PDN), promulgada em 2005, corroborada pela Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada em 2008, estabelece que para ampliar a projeção do país no concerto das nações e reafirmar seu compromisso com a paz e segurança internacionais, o Brasil deverá ampliar sua participação, seja nas Operações de Paz sob égide da Organização das Nações Unidas (ONU), seja nas de organismos multilaterais do seu entorno, de acordo com os interesses nacionais (BRASIL, 2005, 2008).

Por sua vez, a Doutrina Básica da Marinha (DBM), recentemente revisada em 2014, afirma que, desde o tempo de paz, ressalta-se o íntimo relacionamento existente entre os assuntos de Defesa e de Relações Exteriores do País. Desta maneira, a Marinha do Brasil (MB) possui papel de grande relevância, uma vez que o Poder Naval constitui um eficaz instrumento da Política Externa do Estado, destacando-se, nesse contexto, as Operações de Paz sob a égide de organismos internacionais (BRASIL, 2014).

Neste sentido, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), como parcela intrínseca da Marinha, acompanhando atentamente a evolução doutrinária da Força, incluiu na nova DBM um quinto tipo de Operação Anfíbia (OpAnf), denominada Projeção Anfíbia<sup>1</sup>. Como observa Lage (2013), essa nova modalidade extrapola o conceito das OpAnf clássicas, ao passo que enquadra qualquer projeção de tropa de Fuzileiros Navais, vindas do mar para terra, em litoral hostil ou permissivo, sem levar em conta o valor do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais a ser empregado.

<sup>1</sup> A Projeção Anfíbia utiliza-se das capacidades intrínsecas do Conjugado Anfíbio para introduzir em área de interesse, a partir do mar, meios para cumprir tarefas diversas em apoio a operações de guerra naval ou relacionadas, dentre outras contingências, como a prevenção de conflitos e a distensão de crises. É, também, apropriada para a condução de atividades de emprego limitado da força e benignas, tais como as Operações de Paz e Humanitárias, dentre outras (BRASIL, 2014).

A execução de Projeções Anfíbias em países da África Atlântica, no contexto das Operações de Paz, constitui um excelente instrumento da Diplomacia Naval. Cabe, então, ao CFN contribuir para conferir credibilidade à presença do Poder Naval no Atlântico Sul, estreitando laços de cooperação com nações amigas e ocupando o mar do nosso entorno estratégico (FERREIRA, 2013).

Assim, considerando a relevância deste novo conceito e seus desdobramentos para a Marinha do Brasil, particularmente para o CFN, este artigo se propõe a: citar a participação do Brasil nas eventuais Operações de Paz que tenham ocorrido nos países lindeiros ao Atlântico Sul; exemplificar o possível emprego do Conjugado Anfíbio em Operações de Paz, por meio de Projeções Anfíbias; e destacar a contribuição que este tipo de operação poderia trazer para o fortalecimento de parcerias no nosso Entorno Estratégico.

## O Brasil e as Operações de Paz no Atlântico Sul

O Brasil, como Estado-Membro fundador das Nações Unidas, participa das missões de paz da ONU desde 1947, quando observadores militares brasileiros foram enviados à região dos Bálcãs para a *United Nations Special Committee on the Balkans* (UNSCOB). O primeiro envio de tropas aconteceu 10 anos depois, com a participação brasileira na Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I), criada para monitorar o cessar-fogo entre as forças israelenses e egípcias e garantir a retirada das tropas britânicas e francesas da área do canal de Suez (FONTOURA, 2011).

Ao todo, o Brasil já participou de mais de 30 missões das Nações Unidas, tendo enviado mais de 27 mil militares ao exterior. Atualmente, de acordo com a ONU<sup>2</sup>, ocupando a 21ª posição no *ranking* de países contribuintes de tropas, há 1685 brasileiros, entre tropas, observadores militares e policiais, espalhados em 9 missões de paz das 17 atualmente dirigidas pelo Departamento de Operações de Manutenção de Paz da ONU (Ver Figura 1 e Quadro 1). Vale salientar que, em duas delas, em que o Brasil contribui com contingentes, o país ocupa posições de destaque, liderando o Componente Militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)

<sup>2</sup> Informação extraída do documento *Troop and Police Contributors* da Organização das Nações Unidas.

e o Comando do Componente Naval da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), isso sem se esquecer de mencionar a recente liderança do Componente Militar da Missão de Paz da ONU no Congo (MONUSCO), a convite das Nações Unidas.

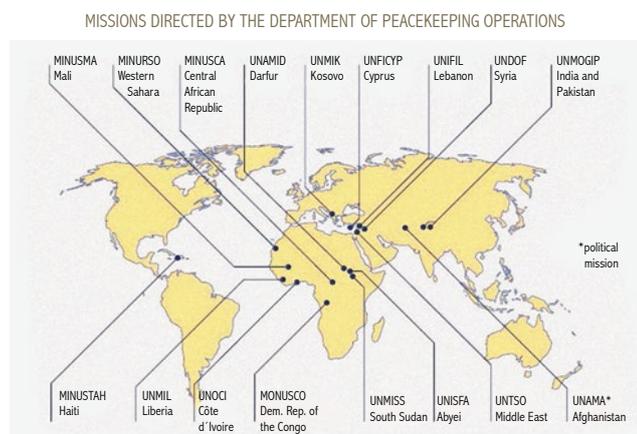


Figura 1: Missões de Paz dirigidas pelo Departamento de Operações de Manutenção de Paz da ONU

Fonte: Informação extraída do documento *United Nations Peacekeeping Operations da Organização das Nações Unidas - 2014*.

Conforme evidenciado na PDN (BRASIL, 2005), a América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. No entanto, buscando aprofundar seus laços de cooperação, o país visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica ao sul e o mar do Caribe ao norte. Neste sentido, o Brasil atribui prioridade aos países da América do Sul e da África, em especial aos da África Ocidental e aos de língua portuguesa.

O quadro a seguir apresenta, de maneira resumida, a participação brasileira nas Operações de Manutenção de Paz (OMP) da ONU, segundo a classificação por geração, com destaque para aquelas relacionadas ao entorno estratégico do país. Ao analisá-lo, nota-se que a partir da segunda geração de OMP, o Brasil atuou em todas as missões realizadas nos países-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP<sup>3</sup>), até mesmo antes de seu surgimento, como nos

<sup>3</sup> A CPLP, integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, foi estabelecida em julho de 1996, em Lisboa. Na sequência de sua independência, em 2002, Timor-Leste tornou-se o oitavo Estado-Membro da Comunidade.

casos de Angola (UNAVEM I, UNAVEM II) e Moçambique (ONUMOZ), assim como nas missões em países da América Latina. Essa tendência prossegue nas OMP de terceira geração, confirmando o interesse contínuo do Brasil na aproximação com a África e com as Américas Central e do Sul. Além disso, merece registro a presença brasileira na Ásia, por meio de sua participação ativa nas sucessivas missões da ONU no Timor Leste, reforçando, mais uma vez, seu compromisso com a CPLP.

## O Emprego do Conjugado Anfíbio em Operações de Paz

A exploração das características de mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade, típicas do Poder Naval, favorecida pela liberdade de navegação, pela disponibilidade de pontos de apoio logístico fixo e pela incorporação de apoio logístico móvel, permitem ao Conjugado Anfíbio seu emprego apropriado no âmbito das operações de paz em países costeiros. Como exemplos, podemos citar: a Operação *United Shield* durante a retirada de tropas da ONU da Somália, em 1995; a Força Multinacional da ONU para o Timor Leste, em 1999; e a Força Multinacional Interina para o Haiti, em 2004.

### Operação *United Shield* na retirada de tropas da ONU da Somália

Em 4 de novembro de 1994, o Conselho de Segurança, através da Resolução nº 954, decide pela extensão final do mandato da *United Nations Operation in Somalia II* (UNOSOM II), estabelecendo que a retirada gradual das Forças da ONU fosse realizada até 31 de março de 1995, contando para tal com o apoio de uma força-tarefa multinacional na condução da Operação *United Shield*.



Figura 2: Fuzileiros Navais na proteção do perímetro do Aeroporto e do Porto de Mogadíscio

Fonte: sítio MilitaryPhotos.net (<http://www.militaryphotos.net/>)

## QUADRO 1 - BRASIL NAS MISSÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS POR GERAÇÃO

Geração de OMP	Missão de Paz
Primeira	UNEF I (Israel – Egito), ONUC (Congo), UNSF (Nova Guiné Ocidental), UNFICYP (Chipre), DOMREP (República Dominicana) e UNIPOM (Índia – Paquistão)
Segunda	UNAVEM I (Angola), ONUCA (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua), UNAVEM II (Angola), ONUSAL (El Salvador), UNPROFOR (Ex-Iugoslávia), ONUMOZ (Moçambique), UNOMUR (Uganda-Ruanda), UNOMIL (Libéria)
Terceira	UNAVEM III (Angola), UNCRO (Croácia), UNPREDEP (Macedônia), UNTAES (Eslavônia Oriental), UNMOP (Croácia e República Federal da Iugoslávia), MINUGUA (Guatemala), MONUA (Angola), UNTAET (Timor Leste), UNMISSET (Timor Leste), UNMIL (Libéria), UNOCI (Costa do Marfim), MINUSTAH (Haiti), UNMIS (Sudão), UNMIN (Nepal), MINURCAT (Chade e República Centro Africana), UNMIT (Timor Leste)
Atualmente	MINURSO (Saara Ocidental), MINUSTAH (Haiti), MONUSCO (Congo), UNFICYP (Chipre), UNIFIL (Líbano), UNISFA (Abey), UNMIL (Libéria), UNMISS (Sudão do Sul), UNOCI (Costa do Marfim)

Fonte: Fontoura (2011) - Atualização e adaptação do autor

Com a deterioração da situação política na Somália e com a redução dos contingentes militares da UNOSOM II, durante a fase final de seu retraimento, as forças de paz da ONU passaram a estar em situação de perigo inaceitável. Assim, em 28 de fevereiro de 1995, no contexto da Operação *United Shield*, cerca de 1.800 fuzileiros navais americanos e 350 italianos foram empregados para garantir rapidamente a ocupação do Aeroporto Internacional de Mogadíscio e do porto da cidade, para salvaguardar a retirada de 2.500 capacetes azuis do Paquistão e de Bangladesh.

### Força Multinacional da ONU para o Timor Leste

Em 11 de junho de 1999, o Conselho de Segurança, através da Resolução nº 1246, autorizou a criação da Missão das Nações Unidas no Timor Leste (UNAMET), para supervisionar a realização de uma consulta popular por meio da qual os leste-timorenses decidiriam o futuro do território, ou seja, a integração à República Indonésia ou a separação total como país independente. No dia 30 de agosto de 1999, 98% dos eleitores exerceram o seu direito, sagrando-se vencedora a causa pró-independência com 78,5% dos votos.

Com o anúncio do resultado, as milícias pró-integração, por vezes com o apoio de elementos das forças de segurança indonésias, lançaram uma campanha de violência, saques e incêndios criminosos em todo o território.

A ONU respondeu rapidamente à crise humanitária no Timor Leste, adotando, em 15 de setembro de 1999, a Resolução nº 1264 do Conselho de Segurança, com a criação de uma Força Multinacional liderada pela Austrália, denominada INTERFET (*International Forces for East Timor*), que sob os auspícios do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas foi encarregada de restaurar a paz e a segurança naquele país. As tropas da INTERFET desembarcaram na capital Dili em 20 de setembro de 1999, o que forçou as milícias pró-Indonésia a fugir para o lado ocidental da ilha. A velocidade com que o Conselho de Segurança aprovou uma resolução, autorizando uma coalizão de tropas e a sua implantação, não tem paralelo na história da ONU. Demorou apenas cinco dias, a partir da aprovação da resolução, para que tropas de 22 países fossem reunidas.



Figura 3: VtrBld M-113 australiana desembarca junto a Suai (130 km a sudoeste da capital Dili)  
Fonte: Ministério da Defesa da Austrália

### A Força Multinacional Interina para o Haiti

Em fevereiro de 2004, conflitos armados eclodiram em Gonaíves, cidade ao norte do país, espalhando-se por outras cidades nos dias subsequentes. Gradualmente, os insurgentes assumiram o controle do norte do Haiti. Apesar dos esforços diplomáticos, a oposição armada ameaçou marchar sobre a capital Porto Príncipe.

O Presidente Aristide deixou o país em 29 de fevereiro e asilou-se na República Centro Africana, assumindo, interinamente, Bonifácio Alexandre, então presidente da Suprema Corte. Bonifácio requisitou, de imediato, assistência das Nações Unidas para apoiar uma transição política pacífica e manter a segurança interna. Atendendo ao pedido haitiano, o Conselho de Segurança, por meio da Resolução nº 1529, de 29 de fevereiro de 2004, aprovou o envio da Força Multinacional Interina (MIF), composta por EUA (1800), França (530), Chile (330) e Canadá (150), que, prontamente, iniciou seu desdobramento, sob a liderança dos Estados Unidos da América.

Além das Unidades de fuzileiros navais americanos da MAGTF-8 (*Marine Air Ground Task Force – 8*) que conduziram a Operação *Secure Tomorrow*, Ivan Debono (2004) destaca o emprego dos fuzileiros navais franceses na denominada Operação *Carbet*, com uma Companhia do 41º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais, que desembarcou na capital Porto Príncipe, e com o 33º Regimento de Infantaria de Fuzileiros Navais, que desembarcou nas regiões de *Cap Haïtien* e *Fort Liberté*, ao norte.



Figuras 4 e 5: Descarga de material no Haiti, por ED, a partir do NDCC Champlain durante a Operação *Carbet* da Marinha francesa  
Fontes: sítios Net-Marine/ Flottille Amphibie  
(<http://www.netmarine.net>; <http://flottille.amphibie.free.fr>)

Em 1 de junho de 2004, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) assumiu a autoridade exercida pela MIF naquele país caribenho.

## A contribuição para o fortalecimento de parcerias no Atlântico Sul

*Se negligenciarmos nossas responsabilidades comuns, outros países podem ficar tentados a assumi-las de maneira que sejam prejudiciais aos nossos interesses como países pacíficos e em desenvolvimento. (AMORIM, 2014)*

É fato reconhecido pela comunidade internacional que o Brasil tem posição destacada no Atlântico Sul graças à sua dimensão de país continental, à sua economia, à capacidade de liderar processos de integração regional com base em preceitos de paz e cooperação e, especialmente, à sua efetiva e crescente presença nas suas águas jurisdicionais, com horizonte favorável para estendê-la junto às nações amigas do continente africano (COSTA, 2012).

Mesmo antes da Estratégia Nacional de Defesa, o Brasil já vinha buscando participar ativamente das operações de paz da ONU. Neste aspecto, ressalta-se que o país, desde 1996, aderiu ao Acordo Prévio sobre Disponibilização de Tropas (UNSAS - *United Nations Stand-by Arrangements System*), comprometendo-se a manter duas unidades capazes de formar batalhões de proteção, sendo um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil e um Batalhão

de Infantaria de Força de Paz do Exército Brasileiro, além de Unidades Médicas Nível II (UNMD), todas capazes de serem empregadas em prazo de 30 dias após seu acionamento oficial (BRAGA, 2010).

Além do Sistema UNSAS, o mesmo mecanismo utilizado pelo Conselho de Segurança para a autorização de realização de uma Operação de Paz sob a égide da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da União Africana (UA) serve também para quaisquer organizações regionais, estando fundamentado no Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas, que dá ênfase à resolução dos conflitos por meio de medidas de caráter regional.

Nos fóruns em que o Brasil tem participação, nota-se um crescente interesse em ampliar a contribuição do país nos temas relacionados à paz mundial. Neste contexto, em sua palestra, por ocasião do centenário da Escola de Guerra Naval, proferida em 24 de fevereiro de 2014, versando sobre o tema “Grande Estratégia e Poder Naval em um Mundo em Fluxo”, o Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim (2014), destacou que temos um interesse claro na paz mundial e devemos contribuir para preservá-la. Além da proteção de seus interesses, dever fundamental, o Brasil possui também a vocação de ser um país “provedor da paz”.



Figura 6: Força de Paz Cruz del Sur  
Fonte: Estado-Maior Conjunto do Chile (CHILE, 2014)

No âmbito sul-americano, recentemente, o Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, declarou que o Brasil está estudando participar da Força de Paz *Cruz del Sur*, também conhecida como “Brigada *Cruz del Sur*”, uma iniciativa criada por Chile e Argentina, podendo se tornar assim uma “Brigada ABC” – núcleo, quem sabe, segundo o Ministro, de uma futura “Brigada da UNASUL” (AMORIM, 2013).

A atuação da Força de Paz *Cruz del Sur* é requisitada pelo Conselho de Segurança da ONU e, após o aval dos países envolvidos, deve estar prontamente em ação em um período de 30 a 90 dias. Quanto à sua permanência na missão, é estimado um período de seis meses, podendo ser prolongado conforme as necessidades da operação em questão. Seu sistema de funcionamento baseia-se no conceito do sistema UNSAS (CHILE, 2014).

Na CPLP, o Brasil já participa, desde 2000, de exercícios de Operações de Paz e de Ajuda Humanitária, conhecidos como Operação Felino, a qual reúne representantes dos oito países membros da Comunidade, sendo cinco Estados africanos. A mais recente edição da Felino foi realizada no Brasil, em 2013, com exercícios militares no litoral do Estado do Espírito Santo, contando com a participação de, aproximadamente, 1.000 militares da CPLP.



Figura 7: CLANf da Marinha do Brasil durante a Operação Felino 2013  
Fonte: Ministério da Defesa

Outro fórum dentro do nosso entorno estratégico, a ser explorado nesse contexto, é a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul<sup>4</sup> (ZOPACAS). No caso da ZOPACAS, em 2007, durante a VI Reunião Ministerial, sediada em Angola, foi adotado o “Plano de Ação de Luanda”, por meio do qual os países-membros se comprometem a intensificar a cooperação em matéria de paz, estabilidade e segurança, inclusive no que diz respeito à prevenção de conflitos e à construção da paz. Esse Plano prevê o aprimoramento da coordenação entre as organizações regionais atuantes no contexto da ZOPACAS – como a OEA, a UA, a Comunidade Econômica dos Estados da África e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral – no que diz respeito ao recurso do Capítulo VIII da Carta da ONU; a possibilidade de exercícios combinados; e a criação de um Grupo de Trabalho sobre Operações de Manutenção da Paz (ECOSTEGUY, 2011).



Figura 8: Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul  
Fonte: sítio Defesa Net (<http://www.defesanel.com.br>)

No contexto do fórum do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), também há espaço para cooperação em matéria de manutenção da paz e segurança na África. Desde 2008, as Marinhas desses três países conduzem o exercício combinado denominado IBSAMAR. No contexto das Operações de Paz, o Grupo de Trabalho de Defesa do IBAS manifestou o compromisso mediante a realização de exercícios combinados e estreitamento dos laços entre os Centros Conjuntos de Operações de Paz dos três países. Um primeiro passo já foi dado, com os Centros congêneres da Índia, *Centre for United Nations Peacekeeping* (CUNPK), e do Brasil, Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), conduzindo, respectivamente, um Exercício de Planeamen-

<sup>4</sup> Estabelecida em 1986, pela Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, com base em iniciativa brasileira, a ZOPACAS é integrada por 24 países: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Cameroun, Congo, Costa do Marfim, Gâmbia, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai (Ministério das Relações Exteriores).

to de Estado-Maior em Operações de Paz, em 2013, e um *Workshop* de Treinamento da ONU sobre Proteção de Civis, em 2014, envolvendo militares dos três países. Um próximo passo poderia ser a realização do exercício IBSAMAR, contemplando a execução de uma Projeção Anfíbia, no contexto de uma Operação de Paz.

## Considerações Finais

A participação brasileira historicamente bem sucedida em Missões de Paz, com destaque para a liderança e contribuição decisivas do Brasil na MINUSTAH e na FTM-UNIFIL, e recentemente na MONUSCO, a maior missão de paz da ONU na atualidade, trouxe ao país enorme reconhecimento internacional, credenciando-o, na atualidade, como importante ator no contexto das Operações de Paz junto à

comunidade internacional. Ao mesmo tempo, no âmbito nacional, com a publicação da Estratégia Nacional de Defesa, observa-se que estão sendo criadas melhores condições políticas para permitir ampliar ainda mais essa participação.

Os exemplos históricos citados de Operações Anfíbias, na modalidade recém-classificada de Projeção Anfíbia, realizadas por países como Austrália, Estados Unidos, França e Itália, em proveito das Missões de Paz da ONU, por solicitação do Conselho de Segurança, assim como a iniciativa de nossos vizinhos, Argentina e Chile, de criação da “Brigada *Cruz del Sur*”, no arcabouço do sistema UNSAS da própria ONU, permitem descortinar a contribuição que o Corpo de Fuzileiros Navais, valendo-se da efetiva e crescente presença da Marinha do Brasil na região do Atlântico Sul, poderia trazer para o fortalecimento de parcerias no nosso Entorno Estratégico.

## Referências

AMORIM, Celso. Grande Estratégia e Poder Naval em um Mundo em Fluxo. In: CENTENÁRIO DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL, 2014, Rio de Janeiro. Palestra do Ministro de Estado da Defesa.

\_\_\_\_\_. Segurança Internacional: Novos Desafios para o Brasil. Rio de Janeiro, 2013. Aula Magna do Ministro da Defesa, no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Política de Defesa Nacional**. Brasília: 30 jun. 2005.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: 18 dez. 2008.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Básica da Marinha**. 2ª Revisão, Rio de Janeiro, RJ, 8 Jan. 2014.

CHILE. Estado Mayor Conjunto. **Fuerza de Paz “Cruz del Sur”**. Disponível em: <<http://www.emco.mil.cl/?p=124>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

COSTA, Wanderley Messias. Projeção do Brasil no atlântico sul: Geopolítica e Estratégia. **Revista USP**, São Paulo, n. 95, p. 9-22, Set./Out/Nov. 2012.

DEBONO, Ivan. **Peacekeeping Operation in Haiti**. Disponível em: <<http://orbat.com/site/un/HaitiOp.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

ECOSTEGUY, Pedro. **A nova arquitetura de paz e segurança**: implicações para o multilateralismo e as relações do Brasil com a África. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 200p.

FERREIRA, Renato Rangel. Eixos estruturantes: o rumo a aproar. **Âncoras e Fuzis**. Rio de Janeiro, ano XII, n.44, p. 7-10, 2013.

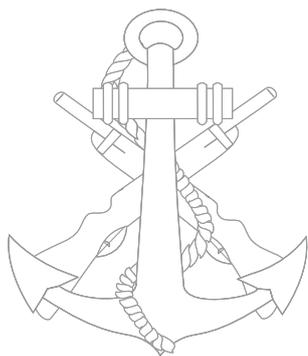
FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **Brazil: 60 years of peacekeeping operations**. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2011.306p.

LAGE, Rogério Ramos. O Conjugado Anfíbio como Ferramenta da Capacidade Expedicionária do Poder Naval. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, ano XXXI, p. 4-11, 2013.

NAÇÕES UNIDAS. **Troop and Police Contributors**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **United Nations Peacekeeping Operations**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/current.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2014.





# A Projeção Anfíbia e o combate às novas ameaças no Atlântico Sul

[...] Outras situações de desfecho incerto, como a ocorrência do narcotráfico, associado ao terrorismo e à pirataria marítima, ou, ainda, as crescentes tensões em países da África Ocidental, como Guiné Bissau e Mali, constituem motivo de preocupação. Além dos problemas intrínsecos [...] existe o risco de trazerem para região de nosso interesse estratégico – o Atlântico Sul – organizações militares criadas com outros propósitos ou visando a outros inimigos ou adversários. Em todos esses casos, o Brasil busca ou buscará desempenhar o papel que lhe corresponde por meio dos instrumentos diplomáticos.

(Ministro da Defesa Celso Amorim, por ocasião da abertura do Seminário Estratégias de Defesa Nacional, 2012)

O presente artigo pretende apresentar, sumariamente, algumas considerações sobre a possibilidade de emprego da Marinha do Brasil (MB) na defesa dos interesses nacionais no Atlântico Sul, particularmente na África Ocidental, em resposta às novas ameaças presentes na região, como o terrorismo e a pirataria, diante do novo conceito de Projeção Anfíbia, publicado em janeiro de 2014 na Doutrina Básica da Marinha (DBM).

Para tanto, inicialmente, será discutida a importância estratégica do Atlântico Sul para os interesses nacionais, assim como os avanços da política externa brasileira para a África na última década, o que vem proporcionando um crescimento significativo da presença de empresas, instalações e embaixadas do Brasil naquele continente.

Posteriormente, serão indicados os principais focos de instabilidade na África Ocidental, assim como as principais organizações terroristas presentes naquele continente, além da importância no monitoramento diuturno de suas atividades, haja vista que algumas dessas organizações, motivadas por seus objetivos políticos, ideológicos e financeiros, poderiam, em tese, estar planejando e desenvolvendo suas táticas, meios e capacidades para executar ataques por via terrestre ou marítima às instalações brasileiras.

Por fim, serão apresentadas algumas considerações conceituais sobre o emprego da MB no combate à pirataria e em Operações de Evacuação de Não Combatentes e de Resgate, bem como algumas características do litoral da África Ocidental, as quais poderiam impactar diretamente um Desembarque Anfíbio naquela região.

## A Importância Estratégica do Atlântico Sul para o Brasil

*O subcontinente da América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um **entorno estratégico** que extrapola a massa do subcontinente e incluiu a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países liminhos da África.*

(Política de Defesa Nacional, 2005, grifo nosso)

O Atlântico Sul é um dos eixos principais da política externa brasileira e a área primordial no exercício da manutenção da soberania nacional, apresentando-se como prioridade estratégica e fundamental para a inserção internacional do Brasil.

O reconhecimento desta área como parte integrante do entorno estratégico nacional remonta à Política de Defesa Nacional (PDN) de 2005, sendo reiterada a sua importância na Estratégia Nacional de Defesa (END) e aprofundada recentemente no Livro Branco de Defesa Nacional de 2012, por meio do qual é ressaltada a questão da proteção das linhas de comunicação e rotas de comércio com a África.

Além disso, observa-se que o governo brasileiro propõe um novo conceito na história do país: o *Entorno Estratégico*. Em outras palavras, o entorno estratégico vem a ser a região para onde o Brasil quer irradiar sua influência e liderança diplomática, econômica e militar e inclui, como descrito na PDN: a América do Sul, os países liminhos da África, a Antártica e a Bacia do Atlântico Sul (NEVES, 2013).



Figura 1: Entorno Estratégico Brasileiro  
Fonte: Contra-Almirante Flávio Augusto Viana Rocha (s/d)

Além de uma breve análise sobre a importância estratégica do Atlântico Sul no que concerne às questões marítimas, observa-se que o Brasil apresenta um litoral de 7.491 km de extensão e uma área de águas jurisdicionais que – se somados o Mar Territorial, a Zona Contígua e Zona Econômica Exclusiva – ultrapassa os 3,4 milhões de quilômetros quadrados. Há de se observar ainda que 95% do comércio exterior é feito por vias marítimas e a região concentra mais de 80% das reservas energéticas do Brasil, incluindo as reservas dos campos petrolíferos do Pré-Sal. Já na costa africana, o litoral se estende de Guiné-Bissau ao Cabo, com mais de 7.800 km, abrangendo 16 países. Destaca-se nesta região as expressivas reservas de petróleo na região do Golfo da Guiné, Nigéria, Angola, Gabão e São Tomé e Príncipe.

Neste sentido, um dos principais elementos geopolíticos e estratégicos do Atlântico Sul é o fato de que nas suas bordas continentais estão localizadas as jazidas mais promissoras de petróleo e gás do mundo<sup>1</sup>. Nota-se que atualmente mais de um terço das importações de petróleo dos Estados Unidos da América (EUA) e da China provêm de países da África, com destaque para Nigéria e Angola (COSTA, 2012).



Figura 2: Comércio exterior marítimo brasileiro  
Fonte: Contra-Almirante Flavio Augusto Viana Rocha (s/d)

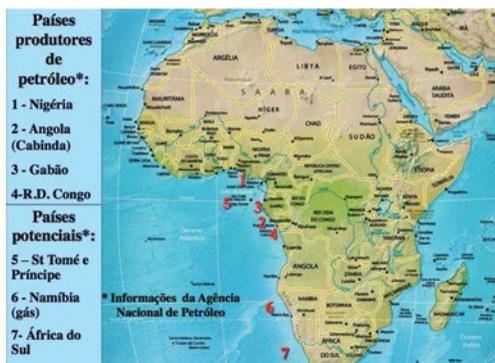


Figura 3: Países produtores de Petróleo na África Ocidental  
Fonte: Contra-Almirante Flavio Augusto Viana Rocha (s/d)

Desta forma, ressalta-se a importância da manutenção e salvaguarda dos interesses nacionais nas águas jurisdicionais do país, denominada *Amazônia Azul*, e em relação ao Atlântico Sul na formulação da estratégia brasileira, tendo em vista que esta região abrange uma ampla gama de fatores que integram a dimensão do exercício da soberania nas fronteiras marítimas aos interesses estratégicos brasileiros. Além disso, por ser um meio de projeção de influência e poder na África e possível Área de Operações, em caso de crise.

Neste contexto, como ressalta Luis (2012), a MB interpreta como interesse nacional a manutenção do livre uso das Comunicações Ma-

<sup>1</sup> Hoje a região corresponde a cerca de 20% da produção mundial de petróleo, e sua taxa média anual de crescimento está próxima a 10% (COSTA, 2012).

rítimas visando ao desenvolvimento do comércio exterior brasileiro e da exploração dos recursos marinhos. Deste modo, o objetivo da Estratégia Naval de preservar a paz e a segurança internacionais, principalmente nas margens do Atlântico Sul como fator essencial de um cenário propício ao desenvolvimento, visa à consecução do objetivo da Política Externa de manter a estabilidade regional como meio de projeção externa do Brasil.

Algumas das questões que podem ameaçar os interesses nacionais no Atlântico Sul são decorrentes das *novas ameaças globais*, como narcotráfico, crime organizado, ameaças ecológicas, ameaças aos direitos humanos, ameaças financeiras, pandemias globais, pirataria e terrorismo internacional. Neste sentido, de forma a aumentar a segurança no entorno regional, o Brasil prioriza o estreitamento da cooperação entre os países do entorno estratégico brasileiro, incluindo os países limítrofes da África, conforme preconizado na PDN: “[...] intensificação da cooperação e do comércio com países africanos, facilitada pelos laços étnicos e culturais; e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul”.

## A Política Externa Brasileira para a África Ocidental

Como lembra Penha (2012), a meta da política africana, definida formalmente durante o governo do General Geisel (1974-79), era assegurar uma maior complementaridade política e econômica, que reforçasse o perfil externo do Brasil e da própria África nas questões internacionais. Neste sentido, a política africana teve um duplo propósito: ampliar a presença brasileira no continente africano e projetar o Brasil como nação influente entre os países em desenvolvimento.

Assim, por meio das relações Brasil-África, criava-se no Atlântico Sul uma concepção de cooperação regional que permitiu garantir espaço de manobra autônoma para o Brasil e os países africanos, junto ao sistema internacional. Neste contexto, o Brasil apresentou a proposta da criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), a qual foi consubstanciada na Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas<sup>2</sup>. O seu objetivo principal é promover a cooperação regional, a manutenção da paz e da segurança na área do Atlântico Sul que envolve os seus membros.

Contudo, foi a partir de 2003 que as relações com a África foram redimensionadas na agenda brasileira, tornando a região do Atlântico Sul uma das áreas prioritárias do interesse político, diplomático, econômico, tecnológico e militar. Iniciativas como a ZOPACAS, a Cúpula América do Sul-África, o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e o crescente diálogo sobre segurança e defesa no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) vieram a consolidar esta nova postura da política externa brasileira.

<sup>2</sup> Atualmente, 24 países fazem parte da Zona e, dentre eles, apenas três são sul-americanos, sendo os demais, africanos. São membros da ZOPACAS os seguintes países: Argentina, Brasil, Uruguai, África do Sul, Angola, Benim, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo.

No que concerne à segurança regional, o posicionamento brasileiro foi o de privilegiar as abordagens multilaterais, em detrimento das unilaterais, favorecendo a cooperação como meio legítimo para a proteção dos interesses em comum. (PENHA, 2012)

Em relação à cooperação em Defesa e Segurança Marítimas, o Brasil deu início a uma cooperação mais intensa no campo marítimo militar com os países africanos a partir de 1994, com o Acordo de Cooperação da MB com o Ministério da Defesa da Namíbia para formar os quadros iniciais da Marinha daquele país. Além da Namíbia, foram assinados acordos com mais oito países africanos (Cabo Verde, Angola, Moçambique, África do Sul, Guiné Equatorial, Guiné Bissau, Nigéria e Senegal). Além do papel das Forças Armadas, empresas públicas e privadas da indústria de defesa, tais como a Embraer, a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) e a Taurus, participam da produção e exportação de armamentos e equipamentos para a África.

No campo das relações exteriores, observa-se a preocupação do governo brasileiro com as representações diplomáticas na África, tendo havido a partir de 2003 a abertura de aproximadamente 20 novas embaixadas e consulados, passando o Brasil a ter representação oficial na maioria dos países africanos.

No campo econômico, a reaproximação com o continente africano e, sobretudo, com a África Ocidental, tem se mostrado extremamente importante para o Brasil. De acordo com Vieitas e Aboim (2012), as relações comerciais do Brasil com a África, embora em 2010 ainda representassem apenas 5,3% do comércio global brasileiro, têm evoluído significativamente, passando de US\$ 4 bilhões em 2000 a US\$ 20 bilhões em 2010. Apesar de haver cerca de 25 empresas presentes em quase 30 países da África, as autoras acrescentam que em face das grandes dificuldades institucionais e logísticas de concretização de negócios nesses países, o investimento direto brasileiro na África ainda é muito concentrado em grandes empresas como Petrobras, Vale do Rio Doce, Camargo Correia, Odebrecht, Marcopolo, entre outras.

Observa-se, portanto, que todas essas questões têm proporcionado um aumento significativo da presença de nacionais brasileiros naquele continente, sobretudo na África Ocidental. No entanto, a instabilidade política, a criminalidade organizada, o tráfico de drogas e armas, a pirataria e o terrorismo representam uma ameaça à segurança e estabilidade na região que, em caso de uma crise, poderá ser necessário que o Brasil realize uma operação militar com o propósito de evacuar os cidadãos brasileiros que estejam em região de risco.

A título de exemplificação da preocupação da ameaça terrorista a empresas privadas localizadas na África, o grupo AON produz um Mapa de Terrorismo anual, com o propósito de assessorar as empresas na análise de risco nas seguintes áreas: terrorismo, sabotagem, greve, motim, insurreição, rebelião, revolução, golpe de Estado, guerra civil, entre outros. De acordo com a análise realizada pela AON para 2014, a África continua sendo um continente de alto risco, seja pela questão da violência política, seja pelo risco de terrorismo, com 22 países com classificação de risco grave, representando 48% do continente (de todos os países designados como risco grave em todo o mundo, 58% são países africanos).

O relatório apresenta ainda os dados estatísticos dos ataques terroristas a empresas por setor, sendo que os setores de varejo e transporte foram os mais afetados em 2013 (33% dos ataques terroristas foram no

setor de varejo e 18% no setor de transportes). O ataque perpetrado pela *Al-Shabaab* em 2013 no *Westgate Mall* em Nairobi (Quênia) é considerado como um ataque ao setor de varejo, por exemplo.

## Principais Focos de Instabilidade na África Ocidental: a associação de organizações terroristas com o crime organizado

Na África Ocidental, há uma preocupação significativa sobre a associação de organizações terroristas à criminalidade organizada, permitindo-lhes trabalhar em conjunto numa relação básica cliente-fornecedor, criada para atingir seus objetivos.

De acordo com o relatório sobre o Financiamento do Terrorismo na África Ocidental de 2013 produzido pelo GAFI, entre os principais métodos e técnicas utilizados pelos terroristas para financiar ou apoiar suas atividades, destacam-se, segundo o interesse deste artigo, o sequestro de estrangeiros e o tráfico de drogas. Além disso, o relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) de 2013 aponta que crimes como a pirataria, o *bunkering* (abastecimento ilegal de petróleo), o tráfico de armas, o tráfico de seres humanos, o contrabando de imigrantes, o despejo de resíduos sólidos, os medicamentos fraudulentos, o contrabando de cigarros e a pilhagem de recursos também representam uma ameaça à estabilidade e ao desenvolvimento na região.

Essa situação ainda é agravada pela migração para o sul de terroristas e de extremistas, principalmente de membros da *Al Qaeda no Magrebe Islâmico* (AQMI) pelo Sahel para o Mali, Mauritânia e Níger. De acordo com o relatório do GAFI (2013), há indícios de que a AQMI tem bases operacionais em alguns países da África Ocidental e estabeleceu alianças táticas com grupos terroristas como o *Boko Haram* na Nigéria, o *Movimento para a Unidade e Jihad na África Ocidental* (MUJAO), o *Movimento Nacional para a Libertação de Azawad* (MNLA) e o *Ansar al-Dine* no Mali e no Níger. Além disso, indícios apontam que o *Boko Haram* estabeleceu ligações com o grupo militante somali *Al Shabaab*, elevando a preocupação sobre a capacidade do grupo realizar ataques em toda África.

Diante desse cenário, nota-se que a África Ocidental é vulnerável ao terrorismo e ao crime organizado por várias razões. A região sofre pela instabilidade política, violência étnica, corrupção elevada, pobreza generalizada e pelas altas taxas de desemprego. Contribui para a situação o fato de que a maioria dos países nesta área não tem capacidade de controlar eficazmente as fronteiras, constituindo-se, portanto, uma vulnerabilidade que pode ser explorada por grupos terroristas para estabelecer bases de treinamento e para o transporte e a distribuição de armas na região, além de facilitar suas atividades de contrabando e tráfico, fundamentais no financiamento de suas atividades (GAFI, 2013).

No que concerne ao sequestro de estrangeiros, o relatório indica que os pagamentos de resgate são provavelmente a fonte mais importante de financiamento para os grupos terroristas na região sahelosahariana. Desde 2003, somente a AQMI sequestrou dezenas de estrangeiros e teria recebido resgates na maioria dos casos, rendendo cerca de 40-65 milhões de dólares a grupos terroristas na região (o

resgate de um refém ocidental pode atingir 6,5 milhões de dólares). Desta forma, o relatório aponta que a AQMI e os seus grupos afiliados parecem estar cada vez mais envolvidos em atividades criminosas como sequestro de internacionais e contrabando.

Em relação ao tráfico de drogas, particularmente a cocaína, os grupos terroristas são conhecidos por estarem fortemente envolvidos neste tipo de atividade criminosa, constata-se que alguns cartéis de droga da América Latina, ao enviarem a droga para a Europa, utilizam a África Ocidental como rota intermediária.

Os três principais centros na África Ocidental para a recepção e redistribuição dos envios de cocaína para a Europa são: um ao norte, com difusão a partir da Guiné-Bissau, Guiné, Gâmbia e Senegal; um ao sul, com base na Nigéria, incluindo o Benim, o Togo e o Gana; e um a leste, abrangendo o Mali e partes da Mauritânia. Uma vez na África Ocidental, as drogas procedem para a Europa usando várias rotas e por diversos meios, como em voos comerciais, contêineres, barcos de pesca e embarcações de recreio; ou através do Saara para a África do Norte, de onde são levados para a Europa em aviões ultraleves ou transportados pelo Mediterrâneo em lanchas rápidas.



Figura 4: Rota do tráfico de cocaína na África Ocidental  
Fonte: UNODC (2013)

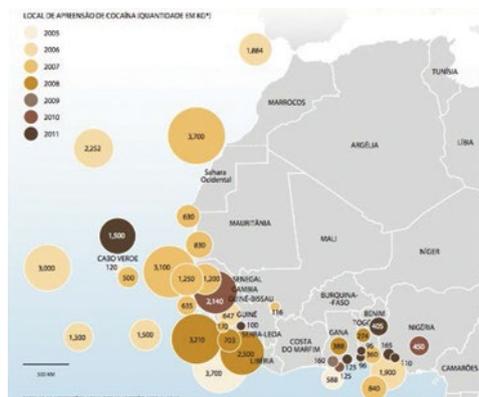


Figura 5: Locais e quantidade de apreensão de cocaína na África Ocidental  
Fonte: UNODC (2013)

No que tange à pirataria na África Ocidental, particularmente no Golfo da Guiné, o relatório da UNODC indica que grande parte dos ataques recentes de pirataria são direcionados a navios que transportam produtos petrolíferos.

No passado, a maioria da pirataria na África Ocidental estava confinada às águas nigerianas, e grande parte desta atividade estava relacionada ao conflito em torno do petróleo no Delta do Níger. Mas, em 2011, foram registrados 22 ataques ao largo da costa do Benim

e, em 2012, o Togo tornou-se o novo centro de ataques a navios-tanque com produtos petrolíferos, tendo sido realizados 18 ataques até meados do ano. Desta forma, o relatório da UNODC conclui que em 2011 e 2012, todos os atos de pirataria que envolveram sequestro de navios ocorreram somente na Nigéria, Benim e Togo, representando 63% dos ataques recentes. Todos os ataques fora destes três países foram registrados como roubos simples.

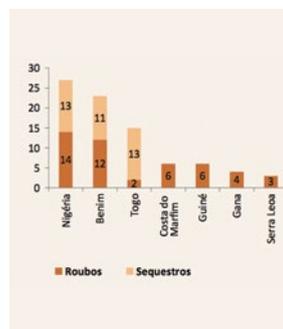


Figura 6: Incidentes de pirataria por tipo: 2011/2012  
Fonte: UNODC (2013)



Figura 7: Incidentes de pirataria no Golfo da Guiné em 2012  
Fonte: UNODC (2013)

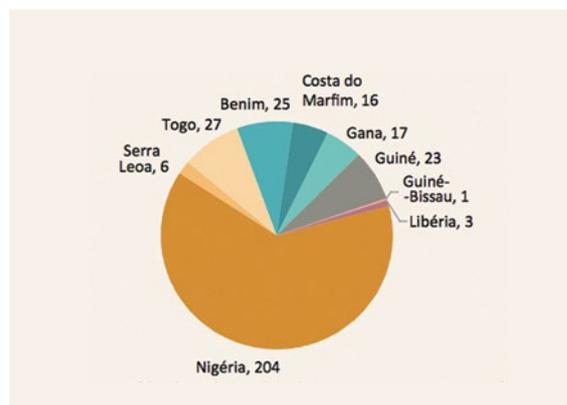


Figura 8: Incidentes de pirataria na África Ocidental de 2006-2012  
Fonte: UNODC (2013)

## As principais Organizações Terroristas no Continente Africano

De acordo com *Country Reports on Terrorism 2013*, publicado em abril de 2014 pelo governo norte-americano, entre as principais organizações terroristas em atividade na África de interesse para o estudo em tela, destacam-se a *Ansar al-Dine*, *Al-Shabaab*, a *Al-Qaeda no Magreb Islâmico* (AQIM) e o *Boko Haram*.



ANSAR AL-DINE	
Informações gerais	<p>A <i>Ansar al-Dine</i> (AAD) foi designada como uma organização terrorista estrangeira em 22 de março de 2013 pelo governo norte-americano. Operando no norte do Mali, a AAD ficou internacionalmente conhecida por destruir sítios do Patrimônio Mundial da UNESCO e por impor a aplicação severa da lei islâmica (<i>Sharia</i>) sobre a população civil nos territórios controlados pela organização.</p> <p>O enfraquecimento da AAD iniciou-se a partir de janeiro de 2013, quando as tropas francesas e aliados conduziram operações no norte do Mali para combater a organização e outros grupos extremistas na região.</p>
Principais ataques	Sucessivos ataques e controle das cidades de Agulhok, Tessalit, Kidal, Gao e Timbuktu, entre janeiro e abril de 2012. Para realizar esses ataques, a AAD recebeu apoio da AQMI durante suas atividades contra o governo do Mali.
Efetivo	Redução significativa dos seus membros desde a intervenção francesa no Mali. Número de membros do grupo era desconhecido no final de 2013.
Localização / Área de Atuação	Norte do Mali e sudoeste da Líbia.
Financiamento	AAD recebe o apoio da AQMI desde a sua criação na consecução de seus ataques.

AL-SHABAAB	
Informações gerais	<p>A <i>Al-Shabaab</i> foi designada como uma organização terrorista estrangeira em 18 de março de 2008 pelo governo norte-americano. Operando na Somália, a <i>Al-Shabaab</i> (“a juventude” em árabe) emprega a guerrilha e táticas terroristas para buscar o controle territorial de seu país. A organização ficou internacionalmente conhecida pelos inúmeros ataques perpetrados contra o governo local e pelos ataques durante a Copa do Mundo de 2010 na Uganda e, em 2013, pelo ataque no Westgate Mall em Nairobi (Quênia). Em fevereiro de 2012, a Al-Qaeda (AQ) anunciou que o líder da <i>Al-Shabaab</i>, Ahmed Abdi aw-Mohamed, prometeu obediência ao líder da Al-Qaeda, Ayman al-Zawahiri. Al-Shabaab também possui ligações com a Al-Qaeda na Península Árabe (AQPA) e Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI).</p>
Principais ataques	<p>Al-Shabaab tem usado a violência para intimidar o governo federal da Somália. O grupo assumiu a responsabilidade por vários ataques em toda a Somália, inclusive contra as tropas estrangeiras pertencentes a AMISOM. A organização tem sido responsável pelo assassinato de inúmeras figuras da sociedade civil, funcionários do governo, jornalistas, além de ter realizado violentos ataques e assassinatos a trabalhadores humanitários internacionais e membros de ONG.</p> <p>Em seu primeiro ataque fora da Somália, a <i>Al-Shabaab</i> foi responsável pelos atentados suicidas em Kampala, Uganda, durante a Copa do Mundo em 11 de julho de 2010, que mataram cerca de 75 pessoas. Em 2013, a Al-Shabaab novamente expandiu suas atividades fora da Somália e encenou um ataque significativo em setembro contra o Westgate Mall, em Nairobi, no Quênia. O cerco resultou na morte de pelo menos 65 civis, incluindo estrangeiros de 13 países.</p> <p>Ainda em 2013, a organização realizou um ataque suicida em abril contra o complexo do Supremo Tribunal de Mogadíscio, que matou cerca de 30 pessoas; um ataque em junho contra o complexo da ONU em Mogadíscio, que matou 22 pessoas, incluindo três funcionários internacionais.</p>
Efetivo	Estima-se que a Al-Shabaab possui milhares de membros, incluindo um pequeno grupo de combatentes estrangeiros, além de alianças com milícias em algumas áreas.
Localização / Área de Atuação	Desde setembro de 2012, a Al-Shabaab perdeu o controle de Kismayo, um porto que constituía um dos seus principais meios de financiamento de suas atividades, por meio de cobrança de impostos. Apesar destas perdas, em 2013, a Al-Shabaab continuou a controlar grande parte da área rural da região de Juba, bem como as regiões de Bay, Shabelle e Bakol, além do norte da Somália, ao longo das Montanhas de Golis.
Financiamento	Em 2012, a Al-Shabaab viu sua renda diminuir, em face da perda do controle das cidades portuárias de Kismayo e Merka. Além disso, perdeu a capacidade de cobrar livremente impostos em certas áreas urbanas, principalmente no sul e centro da Somália. Contudo, a Al-Shabaab continua a buscar financiamento para seus ataques na realização de atividades criminosas, como contrabando e tributação das populações locais, além de doações estrangeiras.

AL-QAEDA NO MAGREB ISLÂMICO (AQIM)	A <i>Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQIM)</i> foi designada como uma organização terrorista estrangeira em 27 de março de 2002 pelo governo norte-americano. A AQIM é um grupo fundamentalista religioso que propaga o jihadismo salafista e é responsável por diversos atentados terroristas no Magreb e no Sahel (O Sahel é a região árida do semi-deserto no extremo sul do deserto do Saara e o “Maghreb” é a região Noroeste Africano, que incluiu os antigos impérios islâmicos). Sua ideologia visa a livrar o norte da África da influência ocidental e dos governos de estilo ocidental. Sua retórica apela para a criação de um governo islâmico e para as rígidas leis da <i>Sharia</i> .
Informações gerais	
Principais ataques	Depois de 2007, quando a AQMI bombardeou o edifício sede da ONU e um prédio do governo argelino matando 60 pessoas em Argel, a liderança da AQMI foi em grande parte contida na região montanhosa do nordeste da Argélia. Em 2011 e 2012, no entanto, a AQMI aproveitou a deterioração da segurança em toda a Tunísia, Líbia e Mali para planejar e conduzir suas operações. Em 2011, a AQMI reivindicou a autoria de vários ataques suicidas contra alvos militares e policiais argelinos, que mataram pelo menos 20 pessoas e feriram cerca de 50. Em 2012, os militantes que possuíam vínculos com a AQMI estavam envolvidos nos ataques de 11 de setembro às instalações dos EUA em Benghazi, que matou o embaixador dos EUA na Líbia. Em 2013, a AQMI atacou as forças regionais de segurança, alvos governamentais locais e ocidentais no Sahel. Além de realizar ataques, a AQMI também continua a realizar sequestros para o financiamento de suas atividades (os alvos são geralmente cidadãos ocidentais de governos ou de empresas). Em novembro, a AQMI reivindicou a responsabilidade pelo sequestro e assassinato de dois jornalistas franceses em Kidal no Mali.
Efetivo	A AQMI tem menos de mil combatentes que operam na Argélia e um número menor no Sahel. Desde a intervenção francesa no norte do Mali, a organização foi obrigada a procurar refúgio no sudoeste da Líbia.
Localização Área de Atuação	Nordeste da Argélia, sudoeste da Líbia, norte do Mali e do Níger.
Financiamento	Os membros da AQMI valem-se do sequestro e contrabando de armas e drogas para financiar suas operações. Apoiantes da AQMI no exterior – muitos residentes na Europa Ocidental – também podem estar envolvidos no apoio financeiro e logístico da organização.



Figura 9: Região do Sahel  
Fonte: Galito (2013)

BOKO HARAM	O <i>Boko Haram</i> foi designado como uma organização terrorista estrangeira em 14 de novembro de 2013 pelo governo norte-americano. De acordo com o Relatório do <i>Human Rights Watch</i> , o Boko Haram seria responsável por pelo menos 2.053 mortes, realizadas em 95 ataques somente no primeiro semestre de 2014.
Informações gerais:	Operando a partir da Nigéria, o <i>Boko Haram</i> (que significa “a educação ocidental é um pecado”) ficou internacionalmente conhecido por ter sequestrado aproximadamente 300 meninas de uma escola na cidade de Chibok, Estado de Borno, no norte do país. O grupo utiliza uma série de táticas, incluindo atentados suicidas, explosões cronometradas e assassinatos em massa em áreas altamente povoadas. O grupo defende uma ideologia extremista sunita e, devido a suas alianças com a AQIM, tem recebido fundos e aumenta sua área de atuação para além das fronteiras da Nigéria.
Principais ataques	Entre os seus principais ataques, a organização foi responsável por atacar com uma bomba o prédio da ONU em Abuja, em 26 de agosto de 2011, que matou pelo menos 21 pessoas e feriu dezenas. O grupo também é responsável pelos ataques em janeiro de 2012 a Kano, por uma onda de ataques a bomba que mataram mais de 180 pessoas em um único dia. Em 2013, realizou ataques a presídios em Gwoza e Adamawa, libertando cerca de 270 membros da organização ou afiliados. Em setembro, realizou o ataque a uma escola em Mamudo, estado de Yobe, que matou 65 alunos. Em 2 de dezembro, houve um ataque a uma base aérea militar nigeriana em Maiduguri, que matou pelo menos 20 militares e destruiu equipamentos militares, incluindo dois helicópteros. Entre os seus ataques mais letais, Boko Haram foi responsável por ataques indiscriminados em Benisheikh, em setembro, que mataram mais de 160 civis, muitos deles mulheres e crianças inocentes, em um único dia. Em 2013, o Boko Haram foi responsável pelo sequestro de 15 franceses no Camarões e, em novembro, de um padre também francês neste mesmo país.
Efetivo	Estimativas variam de centenas a alguns milhares.
Localização / Área de Atuação	Norte da Nigéria, norte de Camarões e Chade.
Financiamento	O <i>Boko Haram</i> recebe a maior parte de seu financiamento através de roubos, assaltos a bancos, doações e atividades criminosas conexas, incluindo extorsão e sequestro para resgates. O grupo também recebe financiamento da AQMI.

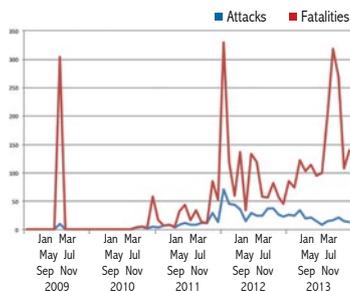


Figura 10: Número de ataques e fatalidades conduzidos pelo Boko Haram  
Fonte: START (2014)

Most Lethal Perpetrator Groups (2009-2013)	# of Attacks	# of Fatalities
Taliban	2328	7348
Tehrik-i-Taliban Pakistan (TTP)	761	3804
<b>Boko Haram</b>	<b>801</b>	<b>3666</b>
Al-Qa`ida in Iraq	786	3417
Al-Shabaad	837	2149
Al-Qa`ida in the Arabian Peninsula (AQAP)	467	1939
Communist Party of India - Maoist (CPI-Maoist)	1356	1660
Islamic State of Iraq and the Levant	139	1436
Al-Nusra Front	66	1010
Lashkar-e-Jhangvi	68	829

Figura 11: Organizações terroristas mais letais do mundo  
Fonte: START (2014)

## A Projeção Anfíbia, o combate à pirataria e as características do litoral africano

A Doutrina Básica da Marinha (DBM) define o conceito de *Consciência Situacional Marítima* (CSM) como sendo “a efetiva compreensão de tudo que está associado com o meio marinho que pode causar impacto na defesa, na segurança, na economia e no meio ambiente do entorno estratégico”. Para tal, a CSM deverá ser fortalecida pelo estabelecimento de um Sistema de Segurança Marítimo global, em adição aos regionais e nacionais. Por meio da interação desses sistemas, busca-se proporcionar a detecção, o acompanhamento e a identificação das ameaças o mais distante e antecipadamente possível, com o propósito de possibilitar às autoridades decisoras a identificação das possíveis ameaças, permitindo a adoção de ações preventivas e/ou repressivas, visando a neutralizá-las antes que possam causar algum tipo de dano.

Neste sentido, para o cumprimento de sua Missão, a MB deverá estar capacitada para, entre outras tarefas, *Projetar Poder sobre Terra*<sup>3</sup>, a qual poderá ter como um dos efeitos desejados o de *salvaguardar a vida humana*. Diante desta necessidade e do contexto em tela de se realizar uma operação na África Ocidental, este autor vislumbra que a MB poderá ser empregada para realizar uma Operação Anfíbia – na modalidade *Projeção Anfíbia* – ou uma **Operação de Retomada e Resgate**, com a finalidade de realizar uma Operação de Evacuação de Não Combatentes (OpENC) e/ou a retomada de navios, instalações ou resgate de nacionais mantidos sob controle ou como reféns de grupos adversos, entre eles, terroristas.

<sup>3</sup> **Projeção de Poder Naval** significa a transposição da influência do Poder Naval sobre áreas de interesse, sejam elas terrestres, sejam marítimas, abrangendo um amplo espectro de atividades, que incluem desde a presença de forças até a realização de operações navais. Esta tarefa tem um importante subconjunto que trata da transposição da influência sobre áreas terrestres, envolvendo tipicamente operações de ataque, operações anfíbias e operações especiais. O Poder Naval ao dispor de uma força de caráter expedicionário, em permanente condição de pronto emprego, assegura sua capacidade de projeção de poder. Esse caráter expedicionário permite o emprego tempestivo de força autossustentável e adequadamente aprestada para cumprir a missão por tempo limitado e em área operacional distante de suas bases terrestres (DBM, 2014).

No que concerne à Operação de Evacuação de Não Combatentes (OpENC), esta é uma operação realizada com efeito desejado de evacuar cidadãos, impossibilitados de prover sua autodefesa, brasileiros e de outras nacionalidades indicadas pelo Governo que, por qualquer motivo, encontrem-se em região de risco. As OpENC, normalmente decorrentes de situações de crise em um país, podem ter consequências nas áreas humanitária, militar ou política como, por exemplo, conflitos regionais ou instabilidade interna. Além disso, presume-se que uma OpENC não envolva a circunstância de nacionais permanecerem sob controle (presos ou detidos) de forças adversas, quando seria recomendada a realização de uma Operação de Resgate. Neste tipo de Operação, caso o esforço principal seja desenvolvido em meio aquático (navios e plataformas no mar), empregar-se-á o Grupo Especial de Retomada e Resgate dos Mergulhadores de Combate (GERR/MeC) do Comando em Chefe da Esquadra. Se for em terra, empregar-se-á o Grupo Especial de Retomada e Resgate de Operações Especiais (GERR/OpEsp) da Força de Fuzileiros da Esquadra (DBM, 2014).

Em relação ao combate à pirataria, nota-se que o tema sobre a segurança marítima no Atlântico Sul havia sido o assunto central da reunião de ministros de Defesa da CPLP realizada em Luanda, em maio de 2009, quando os ministros enfatizaram a importância de aumentar a cooperação no combate às atividades criminosas nos mares, em especial no Golfo da Guiné, principalmente no que diz respeito ao combate à pirataria. Esta ameaça no Golfo da Guiné ainda foi o cerne da discussão durante o III Simpósio das Marinhas da CPLP, realizado no Rio de Janeiro, em maio de 2012. Durante o evento, as Marinhas do Brasil e de Portugal ofereceram assistência às Marinhas de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau para o combate à pirataria na região, incluindo o fornecimento de assistência e embarcações, como os navios-patrolha (ABDENUR e NETO, 2014).

Desta forma, estando a pirataria inserida no contexto das *novas ameaças*, o emprego do poder naval no combate à pirataria marítima pode estar incluído como uma das tarefas atribuídas à MB para o cumprimento de sua missão (COSTA MOURA, 2011).

No que concerne aos fatores geográficos, infraestrutura de transporte e ondas do mar na costa Oeste da África, aspectos considerados fundamentais no planejamento e execução de uma Operação Anfíbia,

o cientista físico Andrew Morang, em um recente artigo publicado na *Military Review* (em português) de Jan-Fev 2014, analisa o estado do mar ao longo do continente africano, catalogando portos, plotando topografia, batimetria, redes rodoviárias de áreas selecionadas de forma a responder perguntas básicas no planejamento do desembarque de tropas em regiões que possuem portos com baixa infraestrutura local e rodoviária ou litorais de difícil acesso.

Em uma primeira análise, Morang identifica que na África, de uma forma geral, os portos estão mal interligados ao interior ou a outros portos. Estradas secundárias (normalmente de terra) fazem a ligação entre várias cidades e, principalmente, na África Equatorial, muitas vezes é impossível o tráfego de viaturas durante o período de chuvas.

Um novo conceito introduzido por Morang neste artigo foi o de *Zonas Logísticas de Influência*, o qual o autor define como sendo “uma região em torno de uma cidade costeira ou porto no qual o transporte e a comunicação são razoavelmente eficazes, mas que está mal conectada em relação a outras zonas logísticas”. De acordo com o autor, a costa oeste da África possui 63 zonas logísticas distintas, sendo que muitas destas incluem um importante porto ou grandes cidades.

Em relação ao estado do mar ao longo da Costa Oeste da África, observa-se pela análise da figura adiante que, por exemplo, de janeiro a março, o estado do mar 2 ocorre em cerca de 3% do tempo, o estado 3 em cerca de 30%, estado 4 em cerca de 55%, e o estado 5, em cerca de 12%. Verifica-se, portanto, que a costa ocidental está mais exposta ao mar revolto, com estados 3, 4 e 5 dominando na maioria dos locais (estando a Namíbia e África do Sul expostas ao mar violento durante todo o ano), o que dificultaria ou, até mesmo, impediria um Desembarque Anfíbio nessas regiões.

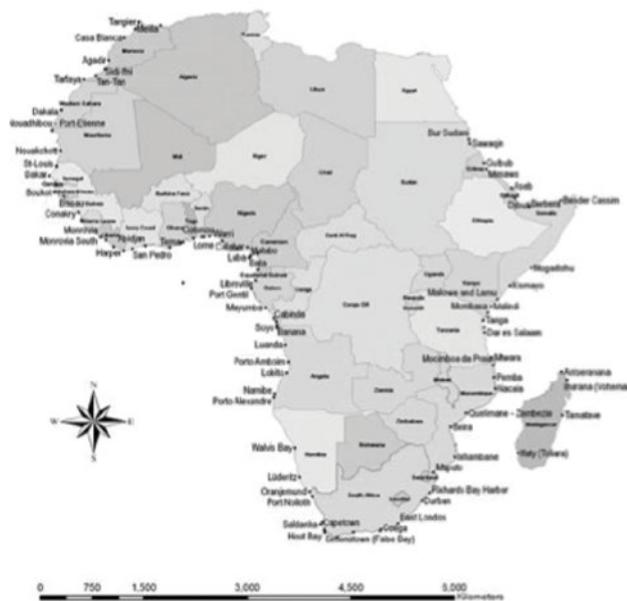


Figura 12: Zonas Logísticas na África (indicadas por pontos pretos) ao longo da Costa nos Oceanos Atlântico e Índico  
Fonte: Morang (2014)

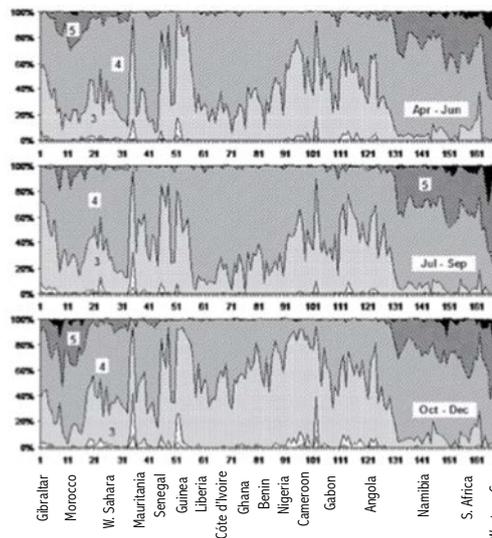
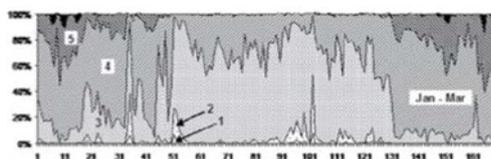


Figura 13: Estado do mar na costa oeste da África  
(Branco: mar 1; Preto: mar 6)  
Fonte: Morang (2014)

## Considerações Finais

O Brasil, por meio de suas ações de política externa, vem procurando projetar o país, de forma a angariar uma maior inserção na arena das decisões mundiais, incluindo, neste contexto, os países da África. Desta forma, observa-se, como citado anteriormente, que as relações do Brasil com os países africanos aumentaram significativamente, havendo, conseqüentemente, um incremento substancial da presença de nacionais brasileiros naquele continente.

Observa-se, portanto, que todas essas questões têm proporcionado um aumento significativo da presença de nacionais brasileiros naquele continente, sobretudo na África Ocidental. No entanto, a instabilidade política; a criminalidade organizada; o tráfico de drogas e armas; a pirataria e o terrorismo representam uma ameaça à segurança e à estabilidade na região que, em caso de uma crise, poderá ser necessário que o Brasil realize uma operação militar com o propósito de evacuar os cidadãos brasileiros que estejam em região de risco.

Neste sentido, a Marinha do Brasil poderá ser empregada para realizar uma Operação Anfíbia – na modalidade de **Projeção Anfíbia**, utilizando-se das capacidades intrínsecas do **Conjugado Anfíbio** para introduzir em área de interesse, a partir do mar, meios para cumprir tarefas diversas em apoio a operações de guerra naval ou relacionadas, tais como uma OpENC (DBM, 2014).

No que concerne ao papel da MB na consecução de suas atribuições subsidiárias (como o combate à pirataria, por exemplo), a Marinha deve manter o Poder Naval preparado para que o Estado possa fazer uso do mar em prol dos seus interesses nacionais, tornando-se imprescindível o aprestamento dos meios para patrulhar, de forma permanente, toda a Amazônia Azul e, conforme descrito no Livro Branco de Defesa Nacional de 2012, contribuir para a cooperação regional na defesa do Atlântico Sul. Neste sentido, cita-se, como exemplo, que a MB participou, pela primeira vez em 2012, do exercício naval multinacional *Obangame Express*, que se concentrou em segurança marítima no Golfo da Guiné, também vinculado às questões de segurança global.

## Referências

ABDENUR, Adriana Erthal; NETO, Danilo Marcondes de Souza. O Atlântico Sul e a cooperação entre Brasil e África. In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracaloossi (Org.). **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: Ipea, 2014.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Básica da Marinha**, rev. 2, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional**, 2012.

\_\_\_\_\_. **Estratégia Nacional de Defesa**, 2008.

\_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa Nacional**, 2012.

COSTA MOURA, Sergio Henrique Magliari da. **Pirataria na atualidade: consequências para o emprego das Forças Navais**. Rio de Janeiro, 2011.

COSTA, Wanderley Messias da. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: Geopolítica e Estratégia. **Revista USP**, São Paulo, n. 95, p.9-22. set./nov., 2012.

PENNA FILHO, Pio. **Reflexões sobre o Brasil e os desafios do Atlântico Sul no início do século XXI**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2013.

GALITO, Maria Sousa. **Terrorismo na Região do Sahel**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2013.

LUIS, Camila Cristina Ribeiro. A Estratégia Naval Brasileira no contexto da Política Exterior do Brasil. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, jun. 2012.

MORANG, Andrew. Força de Projeção e Potencial Desembarque Combinado na Costa da África baseado em fatores geográficos, infraestrutura de transporte e ondas do mar. **Military Review**, jan./fev., 2014. Edição brasileira.

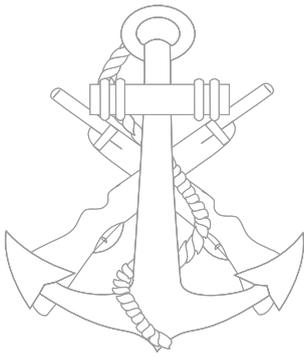
NAÇÕES UNIDAS. Escritório contra Drogas e Crimes. **Criminalidade Organizada Transnacional na África Ocidental: avaliação da ameaça**. Viena, 2013.

NEVES, André Luiz Varella. **Atlântico Sul: Projeção Estratégica do Brasil para o Século XXI**. [Brasília]: Estado-Maior do Exército, 2013.

PENHA, Eli Alves. A Fronteira Oriental Brasileira e os desafios da segurança regional no Atlântico Sul. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro v. 18, n. 1, jun., 2012.

START. **Boko Haram Recent Attacks: Background Report**. Disponível em: <[www.start.umd.edu/gtd](http://www.start.umd.edu/gtd)>. Acesso em: 30 set. 2014.

VIEITAS, Deborah; ABOIM, Isabel. África: oportunidades para empresas brasileiras. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, 2013.



# Navios de Propósitos Múltiplos: vetor anfíbio do futuro

## Introdução

Atualmente, há elevado grau de incerteza de ameaças aos Estados Nacionais, o qual é associado à diversidade e à imprevisibilidade de ocorrência das mesmas. Tais ameaças podem variar de forças militares antagônicas de países potencialmente inimigos até agentes não estatais de difícil identificação prévia.

Neste contexto, a preparação e a prontidão das Forças Armadas no cenário internacional vem sendo orientadas para atuação em uma miríade de missões, em diferentes locais e cenários, visando a respaldar a ação política dos respectivos Estados.

Desta forma, o emprego do poder militar, particularmente das Marinhas, busca a aplicação da força necessária no local, no momento e na intensidade adequados, de modo a possibilitar uma resposta oportuna e pronta a quaisquer ameaças.

É neste cenário de elevada incerteza, que os **Navios de Propósitos Múltiplos** (NPM) têm crescido de importância, pois maximizam a mobilidade e a flexibilidade de emprego dos meios navais, atendendo à imprescindível necessidade de serem capazes de atuar em áreas extensas, por longos períodos de tempo, com capacidade de transportar meios aéreos, navais e de fuzileiros navais e desembarcá-los ou lançá-los de diferentes formas. Assim, os NPM são necessários para combinar os orçamentos disponíveis, os vários atributos de uma capacidade de comando e controle, a aviação embarcada, a capacidade de carga, o descarregamento, as instalações médicas e um grande volume interno de pessoal, veículos e outros meios de transporte de material.

Como demonstração incontestável da crescente relevância deste tipo de navio, ressalta-se os seguintes projetos de NPM que vêm sendo construídos ou empregados por diversas Marinhas no mundo:

- a. *Landing Platform Dock* (LPD) 17 USS “San Antonio” (EUA) – O primeiro foi comissionado em 2006. Possui comprimento de 208,5 metros; deslocamento de 24.900 toneladas; capacidade de lançamento de aeronaves de: dois CH53E “Super Stallion” ou quatro helicópteros CH-46 “Sea Knight” ou dois MV-22 “Osprey”, que podem ser lançados ou recolhidos simultaneamente; capacidade de transporte de dois *Landing Craft Air Cushioned* (LCAC) ou duas Embarcações de Desembarque de Carga Geral (EDCG); quatorze CLAnf; e capacidade de transportar 699 militares, sendo 66 Oficiais e 633 Praças (LAGE, 2011, p. 92).

- b. Classe America LHA-6 (EUA) – Possui comprimento de 257,3 metros; deslocamento de 44.971 toneladas; capacidade de lançamento de seis Boeing AV-8B Harrier II Plus ou F-35Bs, doze MV-22 Ospreys, quatro Sikorsky CH-53E / K Super mar garanhões, quatro de Bell AH-1W / Z Super cobras e três UH -1N / Y Hueys, além de duas de transporte de MH-60S Seahawk / helicópteros SAR; e capacidade de transporte de 1.687 militares (PERUZZI, 2014, p. 15).



Figura 1: USS America operando com a MB  
Fonte: sítio Poder Naval.com (www.naval.com.br)

- c. *Buque de Proyección Estratégica* – BPE “Juan Carlos I” (Espanha) - Possui deslocamento de 27.050 toneladas carregado; 202,3 metros de comprimento; capacidade de operar de 18 a 25 helicópteros de combate, com 12 blindados, 65 viaturas sobre rodas e 27 CLAnf; e capacidade de transportar 910 militares (PERUZZI, 2014, p. 17).

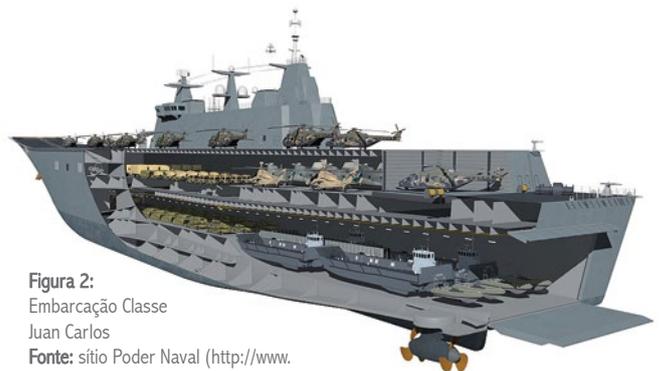


Figura 2:  
Embarcação Classe  
Juan Carlos  
Fonte: sítio Poder Naval (http://www.naval.com.br/blog/2014/05/17/australia-pode-comprar-f-35-para-emprego-embarcado/)



Figura 3: Embarcação Classe Juan Carlos  
 Fonte: sítio Wikipedia  
 ([http://en.wikipedia.org/wiki/Spanish\\_ship\\_Juan\\_Carlos\\_I\\_%28L61%29](http://en.wikipedia.org/wiki/Spanish_ship_Juan_Carlos_I_%28L61%29))

- d. LHD classe Mistral (França) – o primeiro foi comissionado em 2006. Possui deslocamento de 21.300 toneladas; convés-doca com capacidade de transporte de quatro Embarcações de Desembarque de Viaturas e Material (EDVM) ou dois LCAC. Conta com capacidade de embarcar 230 viaturas ou 8 helicópteros e 60 viaturas. Sua capacidade de transporte de tropa é de 450 militares. Possui infraestrutura para comando e controle e possui, ainda, um hospital modular no hangar com área de 850m<sup>2</sup> com capacidade para 69 leitos, sendo 19 em Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) (LAGE, 2011, p. 92).
- e. Diversos outros projetos como: o LPD “Conde de Cavour” (Itália), LHD classe Canberra (Austrália); o novo BDSL (*Bâtiment de Débarquement et de Soutien Logistique*), plataforma que está sendo construída para a Argélia; 20000t Landing Patrol Dock, que está sendo construído pela China Shipbuilding & Offshore International Co (CSOC); a variante do projeto Endurance da Singapore Technologies Marine (ST Marine); LPD classe Osumi (Japão); e os de menor vulto como o classe Makassar (Coreia do Sul) (PERUZZI, 2014, p. 18-22).

## As amplas possibilidades dos NPM e o emprego pela Marinha do Brasil (MB)

Os complexos projetos de NPM, ao permitirem a fundamental capacidade de transporte de diversos tipos de meios, ampliam, consideravelmente, o espectro de operações a serem desencadeadas pelo Conjugado Anfíbio. Além disso, o desembarque flexível por meio de EDCG, EDVM, CLAnf ou helicópteros de médio porte, a partir de um único navio, propicia a concentração de fuzileiros navais, viaturas, blindados e meios de apoio logístico em praias, portos e outros locais julgados de interesse operacional. Tal fato potencializa relevantes características do Poder Naval e dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav): a versatilidade, enquanto aptidão para executar ampla gama de tarefas; e a flexibilidade, como possibilidade de graduação do seu emprego.

Neste contexto, as possibilidades de realização de Operações de Evacuação de Não Combatentes, Operações de Paz, respostas a desastres naturais, ambientais e Operações Humanitárias, todas incluídas no espectro das Projeções Anfíbias, tornam-se bastante ampliadas com o emprego dos NPM.

Cabe ressaltar que, para assegurar sua capacidade de projeção de poder, a Estratégia Nacional de Defesa (END) preconiza que a Marinha possuirá meios de Fuzileiros Navais, em permanente condição de pronto emprego; e o Corpo de Fuzileiros Navais consolidar-se-á como a força de caráter expedicionário por excelência. Para tanto, sua Força Naval de Superfície contará tanto com navios de grande porte, capazes de operar e de permanecer por longo tempo em alto mar, como com navios de porte menor, dedicados a patrulhar o litoral e os principais rios navegáveis brasileiros. Não obstante, o mesmo documento estabelece que entre os navios de alto mar, a Marinha dedicará especial atenção ao projeto e à fabricação de Navios de Propósitos Múltiplos (END, 2008, p. 12-13).

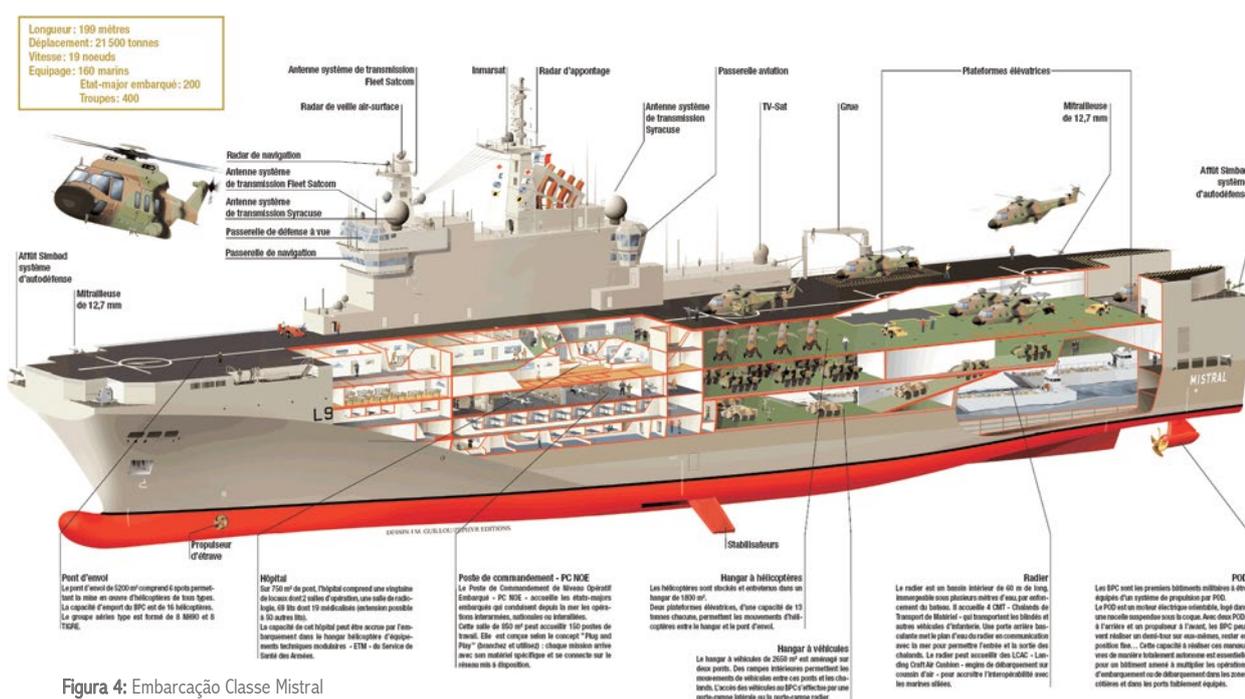


Figura 4: Embarcação Classe Mistral  
 Fonte: sítio Defesa BR ([http://www.defesabr.com/MB/mb\\_assaltos.htm](http://www.defesabr.com/MB/mb_assaltos.htm))

Assim, conforme os Requisitos de Estado-Maior (REM) para NPM, estabelecidos pelo Estado-Maior da Armada, em 2013, a exploração das características dos referidos meios, favorecidas pela liberdade dos mares, pela disponibilidade de pontos de apoio logístico estrategicamente posicionados e pela incorporação de apoio logístico móvel às forças em operação, proporciona, entre outras, as capacidades de: atuar no mar e projetar-se sobre terra; aplicar o poder de destruição ou de ameaça, graduando-o adequadamente ao momento e ao local; atuar, balanceadamente, contra diversos tipos de ameaça (aérea, de submarinos e de superfície), que se apresentem isolada ou simultaneamente; exercer ameaça além do horizonte, como necessário; e prescindir, durante tempo ponderável, de linhas de apoio logístico longas e vulneráveis.

Em decorrência dos REM supracitados, o Comando de Operações Navais estabeleceu, em 2014, os Requisitos de Alto Nível de Sistemas (RANS) para os NPM, por meio dos quais diversas características de desempenho, fundamentais para o emprego do conjugado anfíbio, foram garantidas. Entre elas, destacam-se: autonomia; capacidade de operar com um Destacamento Aéreo Embarcado (DAE); capacidade de transportar, em convés doca, embarcações de desembarque e CLAnf; capacidade de transportar, em tanque deck, viaturas operativas e Carros de Combate; disponibilidade de diversos compartimentos de carga e habitabilidade em apoio à uma Unidade Anfíbia (UANf); assim como disponibilidade de compartimento e facilidades de comando e controle em apoio ao EM do Comando de Força Anfíbia embarcada.

Em síntese, percebe-se que a evolução dos estudos e os recentes estabelecimentos de requisitos relativos aos NPM pela MB ratificam a importância dos mesmos para o emprego contínuo e eficaz do Poder Naval brasileiro.

## Projetos em estudo pela MB

A despeito dos requisitos e estudos supracitados, em decorrência da END, o Plano de Articulação e Equipamentos da Marinha do Brasil (PAEMB) estabeleceu no projeto de Construção do Núcleo do Poder Naval, como um de seus subprojetos de equipamentos, o de “Navios de Propósitos Múltiplos”. Este subprojeto aponta a necessidade da construção de quatro unidades (três para a 1ª Esquadra e uma para a 2ª Esquadra), que constituirão o principal meio para a tarefa de projeção de poder, para o transporte de Fuzileiros Navais, no atendimento às Operações de Apoio Humanitário e no transporte de pessoal e material para a região amazônica, em caso de crise ou conflito.

No âmbito do Programa de Obtenção de Navios Anfíbios (PRO-NANF), a MB iniciou, em 2011, estudos para o início do processo de obtenção de navio anfíbio, a ser construído no Brasil, a partir de projeto já aprovado e testado em outras Marinhas.

Assim, em 2013, a MB considerou de extrema importância a oportunidade de conhecer o projeto de construção do Navio Multipropósito (classe Makassar) produzido pela Marinha de Guerra do Peru, no estaleiro SIMA-CALLAO, cujo projeto pertence à empresa sul-coreana Daewoo Shipbuilding & Marine Engineering (DSME). O referido meio é empregado pela Marinha da Indonésia e possui as seguintes características consideradas positivas para a MB: lotação para tropa de 450 militares; convés doca para transporte de até duas EDVM; tanque deck para Viaturas Blindadas, CLAnf e Carros de Combate; uma porta lateral em cada bordo, o que facilita o embarque e desembar-

que portuário; convés superior para Viaturas Operativas (Convés-H) com capacidade de tráfego de até 20 toneladas; e previsão de uma sala odontológica, uma farmácia, três enfermarias com um total de 17 leitos, o que possibilita o emprego do navio como um dos elos das cadeias de evacuação, imprescindível às Operações Anfíbias.

Paralelamente, diversas possibilidades de obtenções por oportunidade foram avaliadas, entre elas a do *Landing Platform Dock* (LPD) da Classe “Austin” (USS Denver, comissionado em 1968) e do *Landing Ship Dock* (LSD) classe “Whidbey Island” (USS Whidbey Island e/ou USS Tortuga, comissionado em 1990). Contudo, a expectativa de maior vida útil e a propulsão a diesel dos LSD classe “Whidbey Island” são as principais vantagens em relação aos da Classe “Austin”, de propulsão a vapor.

Adicionalmente, em 2014, a MB manifestou o interesse na aquisição por oportunidade do “LPD SIROCCO”, cujo descomissionamento da Marinha francesa está previsto para 2015, com possibilidade de aquisição do referido projeto para futura construção de segunda unidade no Brasil. O navio é da classe Foudre, possui capacidade de tropa de 450 militares, transporta até quatro helicópteros de porte médio, possui convés doca com capacidade para duas EDCG ou dez EDVM, além de dois centros cirúrgicos, 55 leitos e dois centros de tratamento de queimados. Tal LPD, em relação ao da classe Makassar, apresenta vantagens significativas para as Operações de Projeção Anfíbia, principalmente, por possuir capacidade de transporte de EDCG e helicópteros de médio porte simultaneamente.



Figura 5:  
LPD Sirocco  
Fonte: sítio  
Wikipedia ([http://  
de.wikipedia.org/  
wiki/Foudre-Klasse](http://de.wikipedia.org/wiki/Foudre-Klasse))

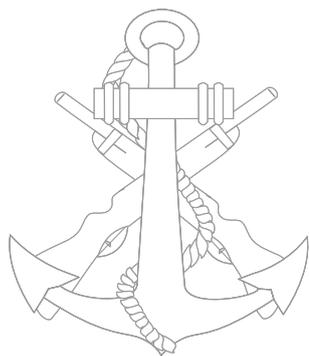
## Conclusão

A crescente priorização atribuída pela MB aos estudos para o estabelecimento de requisitos dos NPM, assim como para a obtenção de Navios Anfíbios, demonstra a relevância do tema e seu alinhamento com as diretrizes contidas na END.

Por fim, conclui-se que o crescimento harmônico e balanceado do conjugado anfíbio assegura, inequivocamente, a autossuficiência e a capacidade expedicionária dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, conferindo maior credibilidade ao Poder Naval e mantendo-o, desta forma, em nível compatível com a posição e compromissos brasileiros no cenário internacional.

## Referências

- BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Básica da Marinha**. Brasília, DF, 2014.
- BRASIL. Marinha. **Plano de Articulação e Equipamentos da Marinha do Brasil**. Brasília, DF, 2013.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2008.
- LAGE, Rogério. Navio de Propósitos Múltiplos. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v.131, n.04/06, 2011.
- PERUZZI, Luca. The sea to land link. **Armada International**, Bangkok, v. 137, n. 6, dez. 2013.



# Operação de Evacuação de Não Combatentes: uma possibilidade de Projeção Anfíbia

## Introdução

O objetivo do presente artigo é identificar a importância do preparo de nossas tropas na realização de Operações de Evacuação de Não Combatentes (OpENC). Para tanto, serão mencionadas algumas OpENC desencadeadas ao longo do tempo e o enquadramento destas na atual doutrina do *United States Marine Corps* (USMC) e do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN).

Apesar das normas que norteiam a doutrina de OpENC serem relativamente recentes, tais operações estão presentes nas guerras e conflitos históricos há muito tempo, sendo sua evolução concomitante com a evolução do próprio conceito de Projeção Anfíbia. Tal fato pode ser comprovado por fatos históricos, tais como os arrolados a seguir em relação à Grécia antiga, à África e à Ásia.

## Grécia Antiga

Para se defender dos ataques persas, algumas Cidades-Estado, lideradas por Atenas, aliaram-se, unindo suas tropas e navios, o que deu origem a chamada Liga de Delos.

Atenas e seus aliados venceram os persas, entretanto, a ascensão militar ateniense acirrou a disputa entre Atenas e Esparta pela hegemonia na região. Surge a Liga do Peloponeso, sendo Esparta sua principal integrante. Evidenciou-se, no transcurso da guerra, o sentimento de defesa de não combatentes, por meio do envio de tropas, além



Figura 1: O Império Ateniense no início da Guerra do Peloponeso  
Fonte: sítio Wikipedia ([www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org))

das grandes muralhas. Este episódio é um exemplo de operação de projeção de força através do mar para tarefas de proteção, inseridas em uma situação de guerra.

## China

No período compreendido entre 1899 e 1900, a China se deparou com uma maciça presença estrangeira dentro de suas terras. A fome e a falta de emprego assolavam os nativos, que passaram a responsabilizar os visitantes pela caótica situação. Sacerdotes católicos, chineses convertidos e estrangeiros de diversas nacionalidades foram perseguidos e mortos. Com o pretexto de proteger potenciais vítimas, Estados Unidos, Rússia, Japão, Grã-Bretanha, Hungria, França, Itália e Alemanha uniram-se e organizaram uma expedição liderada pelo Almirante inglês Edward Seymour.

A partir do momento em que a guerra foi declarada, os Boxers, como eram conhecidos os integrantes das sociedades secretas chinesas, e o exército chinês cercaram Pequim por 55 dias e atacaram o bairro das embaixadas, matando alguns diplomatas, entre eles os representantes alemão e japonês. Devido ao apoio proveniente do litoral, a expedição logrou chegar a Pequim e combateu os agressores.

## QUADRO 1 - FORÇA DA ALIANÇA DAS OITO NAÇÕES

Países	Navios	Marines	Exército
Japão	18	540	20.300
Rússia	10	750	12.400
Reino Unido	8	2.020	10.000
França	5	390	3.130
EUA	2	295	3.125
Alemanha	5	600	300
Itália	2	80	N/C
Hungria	1	75	
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>4.750</b>	<b>49.255</b>

Fonte: sítio Wikipedia ([www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org))

A Força não foi capaz de assegurar a proteção da totalidade de seus diplomatas por não conseguir agir rapidamente nos pontos mais sensíveis, onde havia maior concentração dos mesmos. Fato digno de ressalva foi a duração da expedição, a qual só foi possível em virtude dos itens obtidos das cidades existentes ao longo do trajeto.

Com os desgastes oriundos do fim da Segunda Guerra, as potências imperialistas europeias foram perdendo seu domínio sobre as colônias. Novos países foram surgindo e, com eles, intermináveis disputas entre etnias e grupos ideologicamente rivais.

A instabilidade política ainda é uma constante, sendo tais países palco de inúmeros golpes de estado e genocídios. Tal condição tem acarretado a realização de operações militares, entre elas, de evacuação, em território desses países.

Somente os Estados Unidos participaram, no último século, de pelo menos 17 operações desta natureza, excluindo-se aquelas em que a evacuação foi apenas uma das tarefas da Força. Destacam-se as realizadas em Saigon (1975), Libéria (1990) e Somália (1991), conduzidas em situação de crise, em que o êxito alcançado deveu-se, em muito, ao emprego judicioso do conjugado anfíbio.

Vários foram os episódios de emprego de forças militares, por vezes multinacionais, dentro do território de outro país, com a premissa de salvaguardar a integridade física de seus compatriotas. As Forças venceram distâncias consideráveis, transportando grandes quantidades de meios e suprimentos. Ocorreram tanto na paz quanto na guerra, em caráter humanitário e, muitas vezes, por períodos prolongados.

## As OpENC para o USMC

Para a melhor compreensão do atual enquadramento das OpENC na doutrina do USMC, é interessante observar como ocorreu o emprego do poder militar naval ao longo da história americana. Para tanto, é possível dividi-la em quatro períodos distintos:

- a. De 1775 a 1889 - Período Continental: As atenções estavam voltadas para as minorias estrangeiras residentes, os mexicanos, ingleses e índios nativos, sendo, portanto, a estratégia de defesa nacional limitada ao âmbito interno, orientada para a proteção do seu território. Neste momento, os meios navais foram empregados em pequenas unidades para proverem a defesa das vias comerciais. A capacidade anfíbia ficou em segundo plano.
- b. De 1890 a 1945 - Período Expedicionário: Este período compreendeu as duas Grandes Guerras, sendo caracterizado pela estruturação de algumas bases avançadas no exterior. As principais ameaças foram a Alemanha e o Japão, nações com reconhecido poderio militar. A capacidade anfíbia foi primordial para o sucesso americano na guerra, possibilitando desembarcar em praias hostis e, desta forma, projetar poder de combate em outros continentes, superando as grandes distâncias envolvidas.
- c. De 1946 a 1989 - Período da Guerra Fria: Bases avançadas abrangentes foram desenvolvidas, além de suas fronteiras, a fim de comportar efetivos consideráveis do Exército e de meios aéreos. A União Soviética e seus aliados representavam as ameaças aos interesses americanos, ficando o mundo dividido em dois grandes blocos. Coube ao *seapower* a tarefa de reforçar as tropas dispostas nas bases avançadas e conter possíveis tentativas de avanços inimigos.

- d. De 1990 até os dias atuais - Período Pós-Guerra Fria:

*Nós temos de analisar friamente onde seria necessário ou razoável lançar outro grande desembarque anfíbio novamente.*

(Robert Gates, Secretário de Defesa dos EUA, 2010)

Atualmente, as ameaças são atores não estatais, que atuam de forma assimétrica e, normalmente, dissimulada. A curto prazo, não há a perspectiva de emprego da força em uma situação de guerra declarada. O terrorismo e os conflitos armados são o *background* para o emprego militar americano. Portanto, vem ocorrendo a redução de efetivos e a diminuição das bases no exterior. Tem sido comum o emprego de forças combinadas sob a égide do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A estratégia americana se caracteriza pela combinação de *soft* e *hard power*, assumindo a capacidade anfíbia um papel fundamental por oferecer condições de projetar poder, permitindo acessar, tanto diplomática quanto militarmente, diversas regiões do globo.

Assim, devido à nova conjuntura, o USMC desenvolveu sua doutrina e seus meios (navios de propósitos múltiplos, por exemplo) a fim de adequar sua capacidade de projeção anfíbia às novas demandas impostas. Sem perder sua capacidade para as operações anfíbias clássicas, buscou estar pronto para a realização de operações militares de não guerra (*military operations other than war* - MOOTW), as quais podem assumir características de prevenção de conflitos ou mitigação de crises (cooperação de segurança, assistência humanitária, apoio a agências civis, operações de paz, ajuda em caso de desastres ou evacuação de não combatentes).

Com esta nova abordagem do seu emprego, o USMC “renasceu”, voltando a ser de vital importância dentro da estratégia americana, uma vez que sua capacidade expedicionária, somada às características do Poder Naval, contribui para a dissuasão, coibindo a evolução de conflitos, e credencia-o como tropa pronta para a realização de operações de não guerra em regiões de interesse.

Ao analisar duas das mais relevantes operações anfíbias Pós-Segunda Guerra Mundial, é possível constatar:

1. Em Hungnam (de 10 a 24 de dezembro de 1950): Retirada anfíbia conduzida pelos americanos para resguardar tropas que se encontravam no leste da Coreia do Norte. Envolveu 105.000 militares e 17.500 viaturas, aproximadamente. Houve, ainda, inserida na retirada, uma OpENC em ambiente hostil, a fim de garantir a segurança de não combatentes que se encontravam na região.
2. No Líbano (de 17 a 26 de julho de 2006): Operação Anfíbia conduzida em uma situação de não guerra para a evacuação de 15.000 cidadãos americanos, executada pela 24ª *Marine Expeditionary Unit* (MEU). O emprego de força adestrada e pré-posicionada foi essencial para o sucesso.

As duas operações explicitam o vulto das OpENC. Além disso, as peculiaridades afetas ao planejamento detalhado, às relações de comando, à avaliação de riscos, à permanência da força, à sua condução e à necessidade de pronta-resposta ratificaram as tropas expedicionárias como as mais capacitadas a realizarem este tipo de operação. O apelo da opinião pública, as pressões internacionais pela manutenção da paz mundial e a postura da Organização das Nações Unidas, no que se refere à não intervenção entre os Estados,

corroboram o desenvolvimento alcançado pela doutrina do USMC e a sua preparação para a realização de operações militares de não guerra (MOOTW), tendo as OpENC posição de destaque pela sua ocorrência e seu caráter humanitário e de segurança.

## A Doutrina do CFN

Vive-se em um mundo globalizado, onde prevalecem países enfraquecidos e conflitos armados duradouros, sempre sujeitos aos efeitos de calamidades e desastres naturais. Em meio a estas incertezas, o Brasil tem conseguido, no campo político, aumentar sua presença e influência externa. Grandes são seus interesses em liderar o bloco sul-americano e tornar-se membro permanente do CSNU, mas, para tanto, seguem-se as preocupações com os assuntos ligados ao Atlântico Sul, com a comunidade brasileira na Bolívia e no Paraguai e com o policiamento de sua extensa fronteira terrestre. Coincidentemente, uma das áreas (costa do continente africano) de influência tem sido, historicamente, palco de grande instabilidade política e social.

Observando-se esta realidade, da mesma maneira que o USMC, a doutrina evoluiu para atender as atuais necessidades e possibilidades de emprego. Conforme a Doutrina Básica da Marinha (DBM), de 8 de janeiro de 2014, surge a quinta modalidade de Operação Anfíbia (OpAnf): a Projeção Anfíbia. Tal modalidade de OpAnf inclui, entre outras, as operações militares conduzidas a partir do mar inseridas no contexto de operações de não guerra, de emprego limitado da força e de apoio às de guerra naval.

As OpAnf, com esta nova modalidade, não se aplicam somente a situações de guerra, alterando-se, indissociavelmente, a concepção de que a projeção de poder ocorre somente em território inimigo. A projeção de poder desenvolve-se por meio da participação militar além das fronteiras, em situações que possibilitem o respeito internacional ao país, por iniciativa própria ou atendendo a solicitações provenientes de acordos externos, visando a dissuadir potenciais agressores e a apoiar os interesses nacionais relacionados à manutenção da paz internacional. Desta forma, o conceito de Projeção Anfíbia, claramente, não se restringe ao caso de guerra declarada ou a ações estritamente de combate.

Hoje há mais de três milhões de brasileiros residentes fora do país, cerca de 120 embaixadas, mais de 40 consulados, 7 representações junto a organismos internacionais e os investimentos das companhias brasileiras no mercado internacional estão entre os maiores no âmbito das empresas latino-americanas. Atendendo-se a uma eventual necessidade de “defender os interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior (Objetivos da Defesa Nacional)”, o CFN, por “sua natureza expedicionária por excelência e

sua condição de pronto emprego (Estratégia Nacional de Defesa)”, atrelado à mobilidade, versatilidade, flexibilidade e permanência que lhe são conferidos pelo Poder Naval, possui, na Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE), a força capacitada a realizar operações tipo Projeção Anfíbia, assumindo as OpENC relevante destaque no atual cenário, à medida que o poder político nacional vence barreiras culturais e longínquos marcos fronteiriços.

O CFN, por meio da Projeção Anfíbia, possui a capacidade de projetar poder do mar para terra, defendendo os interesses nacionais fora do continente. Sua capacidade expedicionária é fundamental tanto na guerra, como na paz, sendo o Conjugado Anfíbio um instrumento de dissuasão e de pronto emprego para o atendimento dos anseios de nosso país. A condução de OpENC, tão mais provável quanto mais influente for a política externa nacional, amplia o emprego do CFN para operações com caráter de proteção, em qualquer lugar, a qualquer tempo, daquilo que uma nação tem como sua maior riqueza: seu povo.

---

## Referências

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCDP 1-0: Marine Corps Operation**. Washington, D.C., 2011.

MATTIS, J. N. **Assessment of effects based operations**. Disponível em: <<http://smallwarsjournal.com/blog/assessment-of-effects-based-operations-updated>>. Acesso em: 29 set. 2014.

MILITARY Operations other than war. Disponível em: <<http://www.cdmha.org/toolkit/cdmha-rltk/PUBLICATIONS/j7-mootw.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2014.

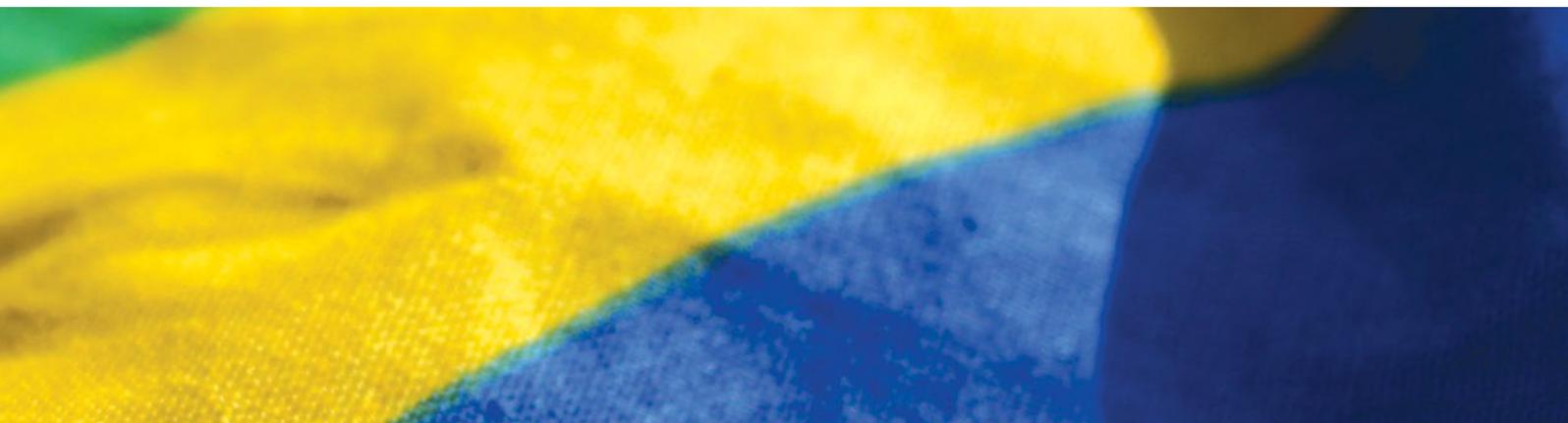
O GptOpFuzNav na realização de uma operação de não combatentes: uma necessidade para o século XXI. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/22036402/881638796/name/ENC+Luiz+Claudio.ppt>>. Acesso em: 30 set. 2014.

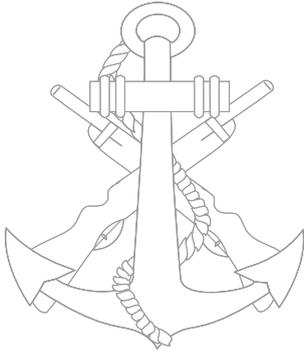
OPERAÇÃO de evacuação de cidadãos brasileiros na Líbia. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/operacao-de-evacuacao-de-cidadaos-brasileiros-da-libia>>. Acesso em: 30 set. 2014.

SMITH, Rupert. **The utility of the force: the art of war in the modern world**. [S.l.]: Random House, 2008.

SUPPORT and stability operations and changing rules governing the use of force: LS26. Disponível em: <<http://ocean.otr.usm.edu/~w416373/HIS%20351/Lsn%2026-SASO.ppt>>. Acesso em: 30 set. 2014.

TUCÍDIDES. **História da guerra do Peloponeso**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.





# O Emprego de Fuzileiros Navais a bordo de navios em Patrulha Naval

Nos últimos dois anos, tem sido observada uma crescente demanda pelo emprego de Fuzileiros Navais a bordo de navios em operação. Quando embarcados, estes militares compõem os Grupos de Visita e Inspeção (GVI) e os Grupos de Reação a Ameaças Assimétricas (GRAA).

Essa tendência é justificada pelas novas atividades que têm sido conduzidas pela Marinha do Brasil. Na recente revisão da Doutrina Básica da Marinha (DBM), foram apresentadas as atividades de Emprego Limitado da Força efetivadas pelo Poder Naval, conduzidas no país ou no exterior. Entre as atividades enquadradas como de uso limitado da força estão as Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), ações contra delitos transfronteiriços e ambientais, Patrulha Naval (PATNAV), entre outras.



Figura 1: O GVI é a equipe que, normalmente por lancha, aborda e inspeciona uma embarcação suspeita

Fonte: ComGptPatNavSE (2014)



Figura 2: O GRAA utiliza armamento de pequeno calibre ou menos letal e faz a proteção do navio e do GVI, durante ações de abordagem, contra ameaças de menor poder combatente, como, por exemplo, uma moto-aquática

Fonte: ComGptPatNavSE (2014)

As operações de interdição marítima (*Maritime Interdiction Operations* – MIO) e a PATNAV se caracterizam pela abordagem e inspeção de inúmeras embarcações ao longo do dia, as quais são normalmente conduzidas em áreas com intenso tráfego marítimo, e o contato direto com a população civil é obrigatório. Torna-se óbvia a necessidade de equipamento adequado, treinamento específico e pessoal extremamente qualificado.

Por ser este um movimento muito recente, é natural que os navios de linha da Esquadra, e mesmo os navios-patrulha distritais, ainda possuam uma organização voltada para a guerra naval clássica. Nesta organização, os GVI e GRAA são compostos por militares da própria tripulação, que, muitas vezes, exercem funções-chave a bordo de seus navios, sendo acionados apenas em caso de necessidade e por um curto período de tempo. Porém, quando a abordagem deixa de ter um caráter eventual e passa a ser o elemento essencial da operação, surgem as dificuldades no gerenciamento do pessoal e do material. É nesse momento que a presença do Fuzileiro Naval (FN) embarcado contribui para o sucesso da missão.



Figura 3: O GRAA é empregado em áreas com intenso tráfego civil, onde a utilização de canhões e metralhadoras causaria danos colaterais inaceitáveis

Fonte: ComGptPatNavSE (2014)

Utilizar FN nos GVI e GRAA traz dois grandes benefícios para o navio. Primeiramente, estes conferem maior segurança na realização das abordagens. A qualificação profissional dos militares FN inclui o uso de armamentos portáteis e armamentos menos letais. Além disso, possuem larga experiência em atividades ligadas ao policiamento e à contenção de distúrbios urbanos. Observa-se que militares FN são muito mais familiarizados com as situações encontradas em uma operação desta natureza do que militares do Corpo da Armada, mesmo que estes últimos recebam treinamento regular. Em segundo lugar, a condição de guarnecimento do navio não é degradada em proveito das abordagens. A importância do emprego de um destacamento de FN, exclusivamente dedicado a estas tarefas, pode ser mensurada ao se observar o impacto em um navio de quarta classe (por exemplo, um navio-patrulha classe “Grajaú”, que possui efetivo de aproximadamente 25 militares), que para o guarnecimento do GVI compromete 50% da tripulação. Dessa forma, torna-se impossível manter a prontidão máxima do navio, tão pouco permitir o revezamento e o descanso das equipes durante a condução de uma PATNAV. Na prática, o emprego de FN a bordo viabiliza a realização de abordagens muito mais complexas.



Figura 4: Atuação dos FN em GVI/GRAA  
 Fonte: ComGptPatNavSE (2014)



Figura 6: Atuação dos FN em GVI/GRAA  
 Fonte: ComGptPatNavSE (2014)



Figura 5: GVI/GRAA  
 Fonte: ComGptPatNavSE (2014)

A utilização de destacamentos de FN e forças especiais a bordo de navios em MIO, PATNAV e ações antipirataria é uma realidade em diversas marinhas estrangeiras, como a Marinha Militar da Itália, a Armada Espanhola, a Royal Navy, entre outras. Como prova disso, o novo segmento de Navios-Patrolha Oceânicos (*Offshore Patrol Vessel – OPV*), que tem sido incorporado por diversos países, frequentemente conta com capacidade de transporte de tropas e forças especiais. Esta capacidade é encontrada inclusive em navios de linha, como as modernas Fragatas “Tipo 45” da Royal Navy, que contam com alojamento para 40 fuzileiros e forças especiais.

Em 2012 a Marinha do Brasil adquiriu três Navios-Patrolha Oceânicos de 1.800 toneladas de deslocamento e 90 metros de comprimento. Os NPaOc Amazonas (P-120), NPaOc Apa (P-121) e NPaOc Araguari (P-122) possuem alojamento para 39 FN, podem operar com aeronaves do porte do Super Lynx e possuem duas lanchas de abordagem, que podem ser lançadas simultaneamente e que atingem velocidade de até 40 nós. Os dois primeiros navios estão subordinados ao Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Sudeste, enquanto o terceiro está subordinado ao Comando de Grupamento de Patrulha Naval do Nordeste.

Desde a incorporação destes novos meios navais, houve um grande aprimoramento no emprego de FN a bordo de navios. Procedimentos estão sendo desenvolvidos e testados constantemente com o apoio de diversos setores da MB. Operações de seguran-



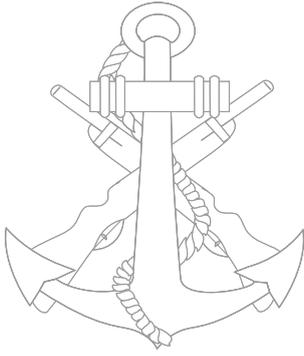
Figura 7: NpaOc Amazonas  
 Fonte: ComGptPatNavSE (2014)



Gráfico 1: Abordagem - elemento essencial na operação de PATNAV  
 Fonte: ComGptPatNavSE (2014)

ça marítima, que envolvem a patrulha do litoral das cidades-sede de grandes eventos, têm gerado resultados bastante positivos e também problemas que devem ser solucionados. A operação mais recente foi realizada durante a Copa do Mundo - FIFA 2014. Obviamente, a possibilidade de alojar tropas é um fator logístico que facilita o emprego de FN a bordo de NPaOc.

De fato, a grande impulsionadora destas mudanças é a urgente necessidade de profissionalizar a PATNAV para melhor atender às novas atribuições da Marinha do Brasil perante a sociedade.



# Navios-Patrolha Oceânicos: reforçando a presença do Poder Naval brasileiro no Atlântico Sul



Figura 1: NPaOc Classe Amazonas - um meio de excelência para a Patrulha Naval  
Fonte: NPaOC Amazonas

## Introdução

Os Navios-Patrolha Oceânicos (NPaOc) Classe Amazonas, construídos no Reino Unido pela empresa BAE Systems, foram incorporados à Marinha do Brasil (MB) entre 2012 e 2013 (Amazonas – P-120, em 29/06/2012; Apa – P-121, em 30/11/2012; e Araguari – P-122, em 21/06/2013).

Durante o período do recebimento, suas tripulações foram submetidas a um treinamento intensivo, conduzido pela Marinha do Reino Unido, dentro do programa *Flag Officer Sea Training* (FOST), com ênfase em Navegação, Controle de Avarias e Ações Antipirataria.

Este treinamento teve dois objetivos principais: o primeiro foi garantir a operação segura desta nova Classe de Navios, testando e aperfeiçoando os Procedimentos Operativos desenvolvidos pelas tripulações, com o apoio de Oficiais e Praças do Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão (CAAML); o segundo foi adquirir conhecimentos sobre a doutrina da Marinha do Reino Unido referente às atividades de abordagem e de combate à pirataria.

Após a realização do FOST, os Navios deslçaram-se para o Brasil, com escalas em portos da África Ocidental, onde puderam realizar exercícios conjuntos com as Marinhas locais.

## Principais Características

Os NPaOc Classe Amazonas foram projetados para operarem por longos períodos afastados de sua base e para serem conduzidos por uma reduzida tripulação, em razão da simplicidade de suas instalações e do elevado grau de automação de seus equipamentos.

Possuem uma autonomia de 35 dias de mar, com velocidade de cruzeiro de 12 nós, e a capacidade de desenvolver uma velocidade máxima mantida de 25 nós. Seu Centro de Operações de Combate (COC) possui um Sistema Tático destinado ao acompanhamento do quadro tático, com capacidade de integrar, em três telas de plotagem, as informações dos seus sensores principais: alça optrônica, com visão noturna, radar de navegação e radar de busca combinada “Scanter 4100”.

Seu Sistema de Armas é capaz de realizar a designação de alvos para sua bateria principal (uma metralhadora MSI DS 30M – Mk44 de 30mm) e para suas baterias secundárias (uma metralhadora MSI DS 25M – M242 de 25mm em cada bordo) que podem ser controladas remotamente (COC), ou em local. Em complemento, possui uma metralhadora de 12.7mm em ambos os bordos, de operação local.

O seu convoo permite o transporte de até seis contêineres de 20 pés, com a possibilidade de alimentação elétrica, e está homologado para realizar operações aéreas com aeronaves de porte equivalente a até um AH-11A - Super Lynx.

Cada uma de suas duas lanchas rápidas PACIFIC 24, padrão *Rigid Hull Inflatable Boat* (RHIB), possui a capacidade de transportar 6 tripulantes, além do proeiro e do patrão, e podem deslocar-se a uma velocidade de até 40 nós.

Em complemento às acomodações destinadas à tripulação de 11 oficiais e 69 praças, possui um alojamento específico para transporte de tropas, com capacidade para 51 militares destacados. Sua enfermaria possui 10 leitos e os equipamentos necessários para suporte à vida por um período de tempo limitado.



Figura 2: Guarnecimento de FN no GRAA dos NPaOC Classe Amazonas  
Fonte: NPaOC Amazonas

## Ampliando a presença da MB no Atlântico Sul

A manutenção da segurança das Linhas de Tráfego Marítimo, o crescimento das atividades econômicas no litoral brasileiro, com destaque para a exploração de novos campos petrolíferos na área do pré-sal, bem como a necessidade de proteção dos abundantes recursos naturais disponíveis na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) têm compelido a MB a incrementar cada vez mais sua ação de presença no Atlântico Sul.

Neste contexto, os NPaOC Classe Amazonas passaram a desempenhar um importante papel tanto na defesa da Amazônia Azul, quanto no apoio à Política Externa do Estado, uma vez que possuem grande versatilidade de emprego e baixo custo operacional.

Nos dois primeiros anos de operação, os NPaOC Classe Amazonas cumpriram diversos tipos de missão, tanto como navio escoteiro quanto em Grupo-Tarefa, com destaque para o apoio logístico ao Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade; para o apoio à segurança de Grandes Eventos; para a patrulha de campos petrolíferos; e para a patrulha da ZEE em torno das ilhas oceânicas.

Ressalta-se também a participação do NPaOC APA, em abril de 2014, no Exercício Multinacional Marítimo *Obangame Express*, sediado pela Nigéria, que contou com a presença de 11 Estados e 36 navios, tendo como propósito capacitar os países africanos para prover a segurança marítima da área do Golfo da Guiné.

Além das operações supracitadas, convém destacar a possibilidade de emprego dos NPaOC Classe Amazonas em Operações Humanitárias, Ações Cívico-Sociais, Operações de Socorro, de Salvamento, de Esclarecimento, de Defesa de Porto ou de Área Marítima Restrita e de Interdição de Área Marítima.

## Um novo patamar para a patrulha naval

A Patrulha Naval tem como efeitos desejados a garantia da soberania nacional e a implementação e fiscalização do cumprimento das leis e regulamentos nas Águas Jurisdicionais Brasileiras e em alto-mar, respeitados os tratados, convenções e atos internacionais ratificados pelo Brasil.

Neste tipo de operação, o fortalecimento da Consciência Situacional Marítima é fundamental para o melhor emprego dos Navios na localização, acompanhamento, interceptação e inspeção de potenciais Contatos de Interesse, em especial, quando operando em áreas afastadas da costa, onde há um baixo tráfego marítimo.

Para tanto, faz-se necessário o estabelecimento de um eficiente sistema de Comando e Controle e a utilização de todos os recursos disponíveis para esclarecimento e obtenção de informações de inteligência, como o emprego de aeronaves da FAB, informações satelitais e interações com agências municipais, estaduais, federais e, até mesmo, internacionais.



Figura 3: Ação de Visita e Inspeção  
Fonte: NPaOC Amazonas



Figura 4: Guarnecimento de FN no GRAA dos NPaOC Classe Amazonas  
Fonte: NPaOC Amazonas

A execução da Patrulha Naval, em sua plenitude, além do apoio de informações de um Centro de Operações em terra, requer um meio capaz de se contrapor a todas as possíveis ameaças inerentes às atividades a serem fiscalizadas, como pirataria, terrorismo, contrabando, descaminho, tráfico de armas, tráfico ilícito de entorpecentes, pesca não autorizada na AJB, entre outras.

Os níveis de risco oferecidos por estas ameaças devem ser cuidadosamente avaliados, com o objetivo de garantir a segurança do Grupo de Visita e Inspeção (GVI). É importante ressaltar que esta avaliação é dinâmica, pois um contato, que inicialmente apresenta um comportamento cooperativo, pode mudar rapidamente de postura em qualquer fase da Ação de Visita e Inspeção.

Os NPaOc Classe Amazonas, por meio da utilização de sua aeronave orgânica, equipamentos de comunicação e sensores, conseguem estabelecer e acompanhar os níveis de risco envolvidos em cada abordagem e decidir corretamente pelo emprego do GVI ou do Destacamento de Abordagem.

Em complemento a esses recursos, tais navios ainda possuem uma capacidade de lançar, em movimento, duas lanchas rápidas para interceptação e abordagem do Contato de Interesse. O guarnecimento das metralhadoras de bordo e de posições chaves pelo Grupo de Reação a Ameaças Assimétricas (GRAA), por sua vez, promove uma maior proteção às equipes e induz a embarcação a ser inspecionada a adotar uma postura cooperativa.

É importante ressaltar que, em determinadas situações, o guarnecimento simultâneo das diversas estações pode se prolongar por horas, até que se consiga estabelecer as condições de segurança necessárias para a abordagem. Adicionalmente, nos casos em que se faça necessário o apresamento da embarcação, o deslocamento para o porto mais próximo poderá durar dias.

A sustentabilidade da operação passa, então, a residir na capacidade de revezamento das equipes, o que é um fator crítico para um navio com uma tripulação reduzida. A solução para este problema é tratada por cada Marinha de acordo com sua estrutura, sua doutrina e seu ambiente de atuação.

## O emprego de Fuzileiros Navais a bordo

Durante a realização do FOST, foi possível observar que a Marinha do Reino Unido prevê o amplo emprego de Fuzileiros Navais tanto no guarnecimento do GVI/GP, quanto nos postos referentes ao *Force Protection* (equivalente ao GRAA na MB), permitindo que os militares de bordo sejam designados prioritariamente para as funções chaves do GVI e para as demais funções específicas de condução dos navios. Para as situações equivalentes ao Risco Elevado adotado pela MB, o envio do GVI também é precedido de um Destacamento de Abordagem formado por Elementos de Operações Especiais.

A MB, por sua vez, prevê o emprego de Fuzileiros Navais em funções específicas no GVI/GP somente para os navios distritais.

Entretanto, para o guarnecimento do GRAA, o apoio dos FN já é amplamente utilizado, com destaque para as Fragatas Classe Niterói componentes da Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

As capacidades dos NPaOc Classe Amazonas de transporte de tropa e de operação simultânea com duas lanchas rápidas trouxeram a oportunidade de reforçar o GVI/GP de bordo com um Destacamento de Fuzileiros Navais (DstFN), composto de militares cursados em Patrulha Naval. Adicionalmente, há ainda a possibilidade de emprego do DstFN no GRAA para guarnecimento das metralhadoras de 12.7mm.

Desde a transferência para o Setor Operativo, os navios passaram a operar com um DstFN embarcado nas comissões de Patrulha Naval, com o propósito de otimizar as capacidades disponíveis e aperfeiçoar os procedimentos operativos internos referentes às Ações de Visita e Inspeção, em consonância com a doutrina da MB.

As experiências colhidas durante as operações com Fuzileiros Navais embarcados nos NPaOc Classe Amazonas mostraram as seguintes vantagens desta interação:

- proteção aproximada da equipe de GVI/GP de bordo, por ocasião do embarque no Contato de Interesse, com a utilização da segunda lancha ao largo para manter o monitoramento da atitude dos seus tripulantes e prover uma pronta reação, caso necessário;
- maior segurança, após o embarque, para a equipe dedicada à inspeção do Contato de Interesse, em especial, nas embarcações de maior porte como os pesqueiros oceânicos;
- efeito dissuasório a uma possível mudança de postura da tripulação inspecionada durante a abordagem;
- maior flexibilidade para revezamento das equipes (GVI/GP e GRAA), por ocasião de guarnecimentos prolongados; e
- maior contato de oficiais e praças do CFN com operações regulares a bordo.

Como todo meio novo, há ainda um longo caminho a ser percorrido até o estabelecimento da melhor configuração de emprego dos NPaOc Classe Amazonas. Todavia, ao integrarem, de forma harmônica, militares do CFN à sua atividade principal, demonstram um significativo ganho operacional a ser explorado.

## Conclusão

A aquisição dos NPaOc Classe Amazonas trouxe à MB uma significativa capacidade adicional de fazer frente às crescentes demandas de operações no Atlântico Sul, a um custo operacional relativamente baixo.

O seu emprego em operações de Patrulha Naval, de forma independente ou pertencente a um Grupo-Tarefa, permite não somente a proteção da Amazônia Azul nos seus limites mais longínquos, mas também o apoio à Política Nacional do Estado por meio da participação em exercícios com Marinhas amigas.

A capacidade de deslocar-se a grandes distâncias e lá permanecer operando por longos períodos, de comando e controle, de esclarecimento e de alterar prontamente sua postura ofensiva, seja pelo emprego do GVI de bordo, seja pela utilização de Fuzileiros Navais, ou ainda, pelo envio do Destacamento de Abordagem, com apoio de aeronave, torna os NPaOc Classe Amazonas um meio de excelência para a Patrulha Naval.

---

## Referências

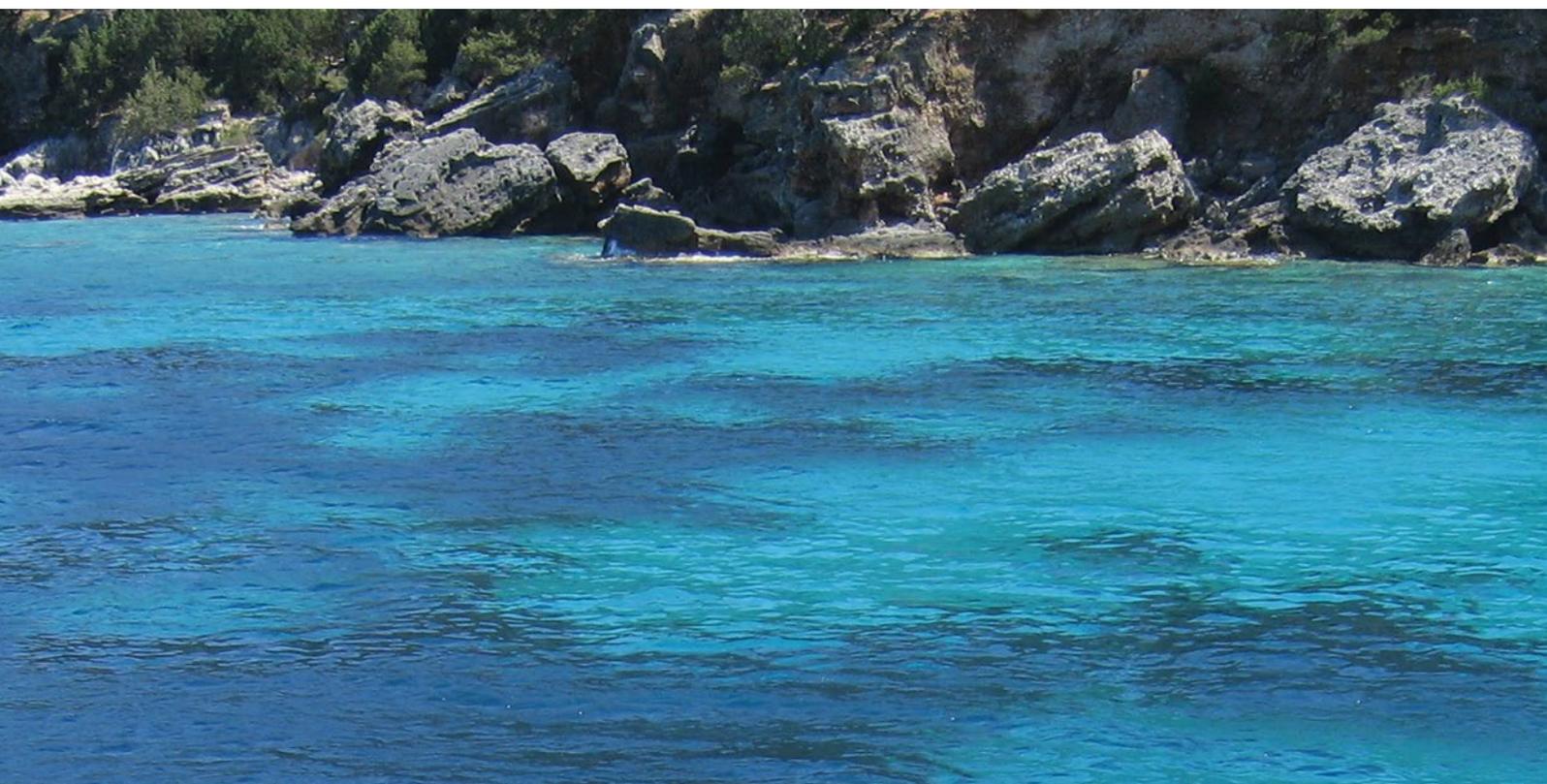
BAE SYSTEMS. **Offshore Patrol Vessels**: Training Aid Booklet. Portsmouth, 2010. 322 p.

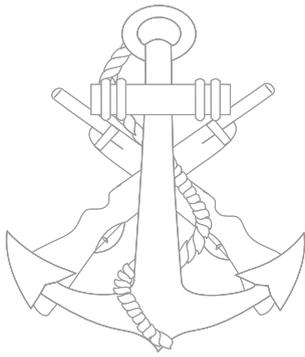
BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**: Doutrina Básica da Marinha. Brasília, DF, 2014.

GONÇALVES, Rodrigo Marques da Silva. Fuzileiros Navais nas Missões de Paz de Caráter Naval: o caso UNIFIL. **Âncoras e Fuzis**, Rio de Janeiro, ano XII, n. 44, p. 25-29, dez. 2013.

NAVIO-PATRULHA Oceânico "APA" visita Angola. **Marinha do Brasil**, 22 mai. 2014. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/navio-patruilha-oce%C3%A2nico-apa-visita-angola>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

REINO UNIDO. Royal Navy. **BRd 1920**: Royal Navy Boarding Operations. Fareham, 2012.





CMG (FN) Ricardo Henrique Santos do Pilar  
pilar@comtrdbq.mar.mil.br

CF (FN) Alexandre José Gomes Dória  
doria@comtrdbq.mar.mil.br

CF (FN) Henrique de Castro Pinto Homem  
pintohomem@comtrdbq.mar.mil.br

## Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais - MARÉ I

*“Não poderia deixar de agradecer a todos os militares que compuseram as fileiras do GptOpFuzNav-MARÉ I, pelo profissionalismo, pela honra, competência e determinação presentes em todos os momentos da Operação. E não menos importantes, agradeço aos militares que, longe das linhas de combate, propiciaram todo o apoio necessário. Obrigado.”*

CMG (FN) Pilar, Comandante do GptOpFuzNav-MARÉ I

Em face da atual política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, que, periodicamente, tem instalado Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) nas comunidades dominadas por Agentes de Perturbação da Ordem Pública (APOP), e em decorrência da solicitação do Governador do Estado do Rio de Janeiro, foi autorizado pelo Aviso nº 106 de 31 de março, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o “emprego temporário e episódico de meios das Forças Armadas em ações na Garantia da Lei e da Ordem”, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, no Complexo da Maré (Diretriz Ministerial nº 9/2014).

Esse evento, associado ao Acordo para o emprego da Força de Pacificação na Cidade do Rio de Janeiro, assinado pelo Ministro de Estado da Defesa e pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, propiciou o arcabouço legal para, pela primeira vez, ser empregado um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) em uma operação conjunta com o Exército Brasileiro (EB) sob a égide da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) com amplo espectro de poderes policiais, sendo os principais: o de condução de presos e o de inspeção e revista.

Mas o que é o Complexo da Maré ou Bairro Maré?

O Complexo da Maré situa-se na cidade do Rio de Janeiro-RJ e, de acordo com o censo do IBGE de 2010, possui cerca de 130 mil habitantes, podendo ser considerado o maior conjunto de comunidades carentes (favelas) do município do Rio de Janeiro. São, ao todo, 15 comunidades com cerca de 40 mil domicílios e uma localização estratégica em relação à segurança pública.

Sua porção norte situa-se às margens da Baía de Guanabara. É limitado pelas principais vias expressas do RJ, ao Sul pela Avenida Brasil e ao Norte pela Linha Vermelha. Além disso, é cortado no sentido Norte-Sul pela Linha Amarela e pela Avenida Brigadeiro Trompowski, que interliga Av. Brasil e Linha Vermelha.

O Complexo da Maré posiciona-se adjacente à Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fica próximo ao Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim (Galeão), sendo, portanto, a principal rota de passagem do visitante que chega pelo aeroporto internacional e dirige-se à cidade do Rio de Janeiro.

Cada comunidade componente do Complexo da Maré apresenta necessidades governamentais díspares. E, em virtude de mais de 25 anos de domínio de facções criminosas, elas estavam divididas por três facções do crime organizado, a saber: milícia (Roque Pinto e Praia de Ramos), Comando Vermelho (Nova Holanda, Parque União, Rubens Vaz e Parque Maré) e Terceiro Comando Puro (Baixa do Sapateiro, Timbal, Fogo Cruzado, Conjunto Nova Holanda, Conjunto Esperança, Salsa e Merengue, Conjunto dos Pinheiros, Vila dos Pinheiros e Vila do João).

É importante salientar um aspecto social que acarretou e acarreta impacto no cumprimento da missão: a sensação da incerteza por parte da população. Devido ao aspecto temporário do emprego das tropas militares, a população, apesar de ser favorável à operação, mostrava-se, e talvez ainda permaneça assim, receosa com o “E depois?”. Sim, esse sempre foi o questionamento feito à nossa tropa. “E depois, quando vocês forem embora, quem virá? Isso é só por causa da Copa, depois tudo voltará a ser como antes. É só olhar para as outras comunidades pacificadas como estão agora, podemos confiar no que vocês estão dizendo?”

Apesar de não haver nenhuma ação militar para responder a esses questionamentos, mostra-se de extrema importância o grau de profissionalismo e a determinação da tropa envolvida na operação. Afinal, somente conquistando corações e mentes é que poderíamos minimizar a atitude imparcial, ou mesmo desfavorável, da população em relação à presença da tropa.

Neste contexto, no período de 4 de abril a 27 de maio de 2014, o Comando da Tropa de Desembarque nucleou o GptOpFuzNav-MARÉ, mais tarde denominado MARÉ I, que foi estruturado como componente da Força de Pacificação Maré (FPac), sob Comando do General de Brigada Roberto ESCOTO, Comandante da Brigada de Infantaria Paraquedista, que contou com outras peças de manobra sob seu Comando Operacional e com o apoio de elementos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). A seguir, na figura 1, é possível observar a Organização da Força de Pacificação.

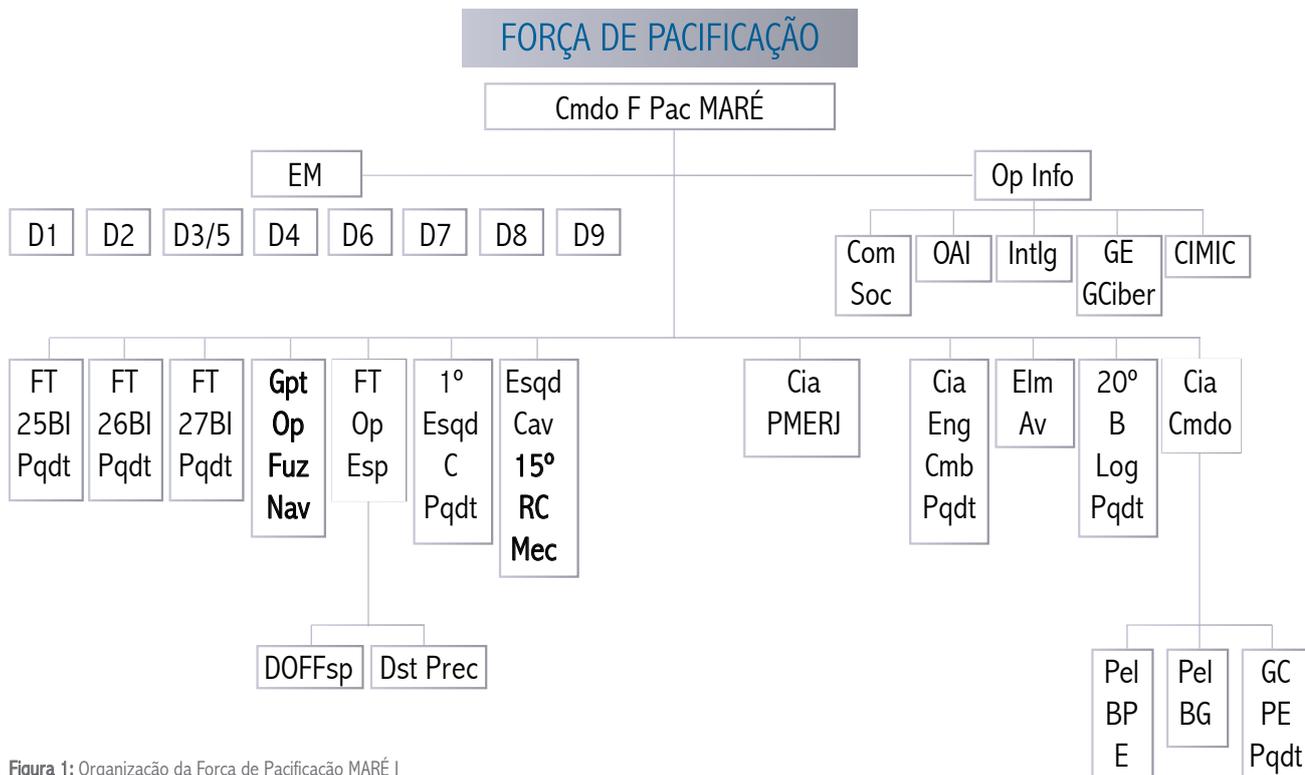


Figura 1: Organização da Força de Pacificação MARÉ I  
Fonte: GptOpFuzNav-MARÉ I

Fazendo parte da FPac, o GptOpFuzNav-MARÉ tinha como missão: “Realizar a interdição e o investimento sobre a Zona de Ação; substituir as tropas da PMERJ que estão operando na área; e conduzir operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), em conjunto com os Órgãos de Segurança e Ordem Pública (OSOP), outras agências e órgãos governamentais e não governamentais, a fim de contribuir para a preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio, no Complexo da Maré”.

A Zona de Ação (ZAç) inicialmente atribuída ao GptOpFuzNav abrangia quatro comunidades, sendo elas: Conjunto Esperança, Vila Pinheiro, Salsa e Merengue e Vila do João. Tal área perfazia um total superior a 40% de toda a área urbanizada do conjunto de comunidades. Posteriormente, com o aprimoramento da consciência situacional da FPac e com o intuito de melhor distribuir a Zona de Pacificação entre as Peças de Manobra, a FPac retificou a ZAç, retirando a comunidade de Vila Pinheiro da responsabilidade do GptOpFuzNav e mantendo as demais comunidades, o que, atualmente, consiste em cerca de 35% da área urbanizada do Complexo da Maré.

Neste ponto, cabe ressaltar a importância do trabalho cerrado da Seção de Inteligência Operacional do ComFFE, que elaborou os estudos que permitiram o aprimoramento da consciência situacional. Trabalho este iniciado desde o planejamento, fornecendo dados relevantes e atualizados da área de operações; e, no início das ações, fornecendo “carógrafos”, onde constavam fotos de pessoas procuradas pelos órgãos de segurança pública. Tal apoio muito facilitou a condução dos trabalhos do Estado-Maior do GptOpFuzNav.

Visando a maior flexibilidade no planejamento e nos momentos iniciais da Operação, o Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComFFE) disponibilizou diversas naturezas de tropas e meios, a fim de constituir uma organização por tarefas que atendessem as situações diversificadas, em um contexto de operações de amplo espec-

tro. Permitiu-se, assim, que os Componentes do GptOpFuzNav-MARÉ estivessem aptos ao emprego, mesmo diante da ausência de dados precisos na missão.

Então, em 05ABR14, Dia D, a Organização por Tarefas do GptOpFuzNav se apresentava conforme abaixo descrito.

- Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais-MARÉ (GptOpFuzNav-MARÉ)
  - CmdoTrDbq;
  - ElmAssJur, ComFFE;
  - ElmAssRelig, ComFFE;
  - ElmAssCiv, ComTrRef;
  - DstBtlCmdoCt;
  - DstBtlOpEspFuzNav;
  - DstBtlEngFuzNav;
  - DstBtlBldFuzNav;
  - GruCANf, BtlOpEspFuzNav; e
  - DstPelVANT, BtlCtAetatDefAAe.
- a. Grupo de Combate Terrestre (GCT)
  - 3ºBtlInfFuzNav(Ref);
  - DstComGerCFN;
  - DstGptFNRI, Com1ºDN;
  - DstCiaVtrBldSR, BtlBldFuzNav;
  - DstCiaPolBtlNav; e
  - DstBtlVtrAnf.
- b. Destacamento de Apoio de Serviço ao Combate (DASC)
  - CiaMnt, BtlLogFuzNav;
  - CiaTrnp, BtlLogFuzNav;
  - PelPion, CiaPion, BtlEngFuzNav;
  - DstCiaEng, BtlEngFuzNav;
  - EqDNBQR, BtlEngFuzNav;
  - GpDAE, BtlEngFuzNav;

DstCiaPol, ComTrRef;  
 DstUMEM;  
 DstCiaPolBtlNav;  
 DstBtlNav, ComGerCFN; e  
 DstBFNRM.

Para melhorar a capacidade de reconhecimento e vigilância, o GptOpFuzNav-MARÉ incorporou a seu controle operacional (CtOp) uma aeronave MH-16, do 1º Esquadrão de Helicópteros Antissubmarino (EsqdHS-1), dotada de sensores e câmeras.

Com esta estrutura o efetivo mobilizado para o GptOpFuzNav-MARÉ no Dia-D foi de:

	EFETIVOS TOTAIS	OFICIAIS	PRAÇAS
01	Comando do GptOpFuzNav-MARÉ (CteC)	14	78
02	Grupo de Combate Terrestre (GCT)	17	348
03	Dst de Apoio e Serviços ao Combate (DASC)	06	93
04*	DstEsqdHS-1 (* a CtOp)	02	13
<b>TOTAL</b>		<b>37 + 2 = 39</b>	<b>519 + 13 = 532</b>

Tabela 1: Efetivo do GptOpFuzNav-Maré I  
 Fonte: o autor (2014)

Os meios de Fuzileiros Navais envolvidos na Operação foram concentrados no Complexo Naval do Rio Meriti (CNRM) e no Complexo Naval da Ilha do Governador (CNIG). O planejamento da Operação ocorreu no Centro de Operações de Combate do Comando da Tropa de Desembarque (COC - CmdoTrDbq), simultaneamente ao planejamento da FPac, no período de 31MAR a 04ABR.

Posteriormente, para desencadeamento da operação, os meios foram movimentados para a Seção de Transporte de Superfície da Aeronáutica, subordinada ao Grupo de Apoio (GAP) da Força Aérea Brasileira (FAB), situado na Avenida Brasil, em Benfica, onde foram montadas uma Base Operacional e uma Área de Apoio e Serviços ao Combate.

A partir do GAP, foram desencadeadas as ações previstas para o cumprimento da missão do GptOpFuzNav-MARÉ; e a manobra, em linhas gerais, foi dividida em consonância com o seguinte faseamento:

- **1ª Fase:** Bloqueio e Controle dos Acessos à Zona de Ação (ZAç) do GptOpFuzNav-MARÉ;
- **2ª Fase:** Ocupação, Vasculhamento e Substituição das Tropas da PMERJ na ZAç; e
- **3ª Fase:** Controle da ZAç e condução de ações de GLO.

Para o cumprimento dessas três fases, cresceu de importância a diversidade da natureza da tropa e dos meios disponibilizados ao

GptOpFuzNav, ainda mais por haver um fator complicador: trata-se de uma operação sendo realizada no meio de civis, para proteger civis e, ao mesmo tempo, contra civis. Ao observarmos as características que envolveram e envolvem esta operação podemos dizer que no campo operacional estamos frente a um conflito de 4ª Geração.

Sim, por que não? Ocorreu em um campo de batalha não linear; era um conflito prolongado e com confrontos pontuais; na área de operações faziam-se presentes diversos atores não governamentais, muitas vezes questionando o emprego e a atuação dos militares, sempre em defesa dos civis, mas quais civis?; a presença constante da mídia instantânea, buscando uma imagem que auferisse lucro e notoriedade; e, ainda, o terreno onde se desenvolveu a operação era preponderantemente urbano, em alguns casos com planejamento urbanístico, mas em sua grande maioria tratava-se de um verdadeiro caos de labirintos.

No campo tático tínhamos similitudes com a Guerra de três quarteiros, pois se operava em um ambiente sem a ação do Estado, tínhamos uma batalha urbana e assimétrica, uma vez que não havia distin-



Figura 2: Patrulha Motorizada  
 Fonte: GptOpFuzNav-MARÉ I



Figura 3: Patrulha Blindada e Motorizada  
 Fonte: GptOpFuzNav-MARÉ I

ção entre os combatentes e os não combatentes, o que faz crescer de importância as ações descentralizadas, crescendo da mesma forma a importância da liderança; ainda, por diversas vezes, a tropa estava envolvida em uma série de atividades simultâneas e díspares, em um espaço geográfico limitado.

No desenvolvimento da operação, muitas dúvidas surgiram, e muitas soluções foram sendo criadas e empregadas. Soluções existentes doutrinariamente, em alguns casos, mas não para emprego em uma operação de GLO, o que prova, mais uma vez, que a rigidez doutrinária não pode existir, ela deve sim servir como uma linha mestra que orienta as ações, permitindo flexibilidade para fazer frente às constantes mudanças do cenário.

Segue, pois, um conjunto de lições aprendidas no decorrer do GptOpFuzNav-MARÉ I.

- **O uso de câmeras filmadoras por Elementos da tropa é fundamental para a busca de dados, para permitir melhor acompanhamento das ações e, além disso, para respaldar, se for o caso, questionamentos acerca da conduta dos militares.**
- **A verificação inicial de Inteligência antes da designação dos militares para compor o GptOpFuzNav-MARÉ proporciona que não sejam enviados para a missão militares residentes na área, impedindo que os mesmos sejam expostos ao risco.**
- **O emprego de Elementos de Operações Especiais (ElmOpEspFuzNav) em uma Operação de GLO.**

Os ElmOpEspFuzNav foram empregados, em geral, para reconhecimento, vigilância, realização de ações diretas e proteção de elementos de manobra pelas ações de caçadores. Apoiaram, ainda, os Elementos de manobra em ações complexas. Quando necessário, foram empregados para a execução de ações tipo “Contra-Assalto” para comboios e escoltas VIP na Zona de Ação (ZAç).

Foi muito importante o estabelecimento de Postos de Vigilância (PVig) e Postos de Caçadores (PCçd) como proteção de flancos e em condições de realizar o tiro de precisão a comando, provendo assim uma cobertura visual e mantendo o controle das lajes e telhados, de modo a garantir segurança para a progressão da tropa da Infantaria que está no arruamento.

- **Uso de Motocicletas tipo Trail, nas ações de patrulhamento e de proteção de flancos nos deslocamentos de tropas, mostrou-se válido no ambiente operacional urbano.**

Quando empregadas por APOP, em terrenos restritivos às Viaturas Leves e Blindadas, as motocicletas possibilitaram vantagem de mobilidade em relação às dos Destacamentos (Dst) do GptOpFuzNav-MARÉ, inclusive porque possibilitavam transpor pontes e passarelas, inacessíveis aos meios convencionais.

- **O emprego de equipamentos FLIR em helicópteros e VANT, o uso de sensores de visão termal e de visão noturna por ElmOpEsp e pela Infantaria proporcionam aumento da consciência situacional e são fundamentais em ações no ambiente operacional urbano similar ao do Complexo da Maré.**

O equipamento termal em aeronaves, tripuladas ou não,

permite, mesmo a grandes alturas de voo, receber informações sobre posicionamento de supostos APOP em lajes ou em locais homiziados. Tais dados são ainda mais úteis nos casos em que os sinais de tais sensores são repetidos diretamente aos Elm em terra (*datalink*).

No caso dos sensores termal e de visão noturna com a tropa, estes permitem, da mesma forma, obter informações precisas em ambientes de baixa luminosidade, característicos do ambiente operacional da Maré, gerando dados valiosos e contribuindo para a melhor execução das ações táticas.

No que se refere aos VANT CARCARÁ empregados pelo GptOpFuzNav-MARÉ I, contribuindo para o seu desenvolvimento operacional, cabe ressaltar que as especificações de seus equipamentos de filmagem e monitoramento, bem como seus sistemas de segurança de voo, devem ser reavaliadas, a fim de permitir maior e melhor detalhamento nas imagens, gerando, assim, dados úteis ao planejamento e ao controle da ação.

- **Durante a realização de ações de maior vulto na ZAç, o emprego da reserva fracionada, com parcela pré-posicionada, prevê rapidez no reforço ou nas demais ações necessárias.**

O pré-posicionamento da reserva no terreno, por ocasião das operações e do serviço ordinário, favorece o Ciclo OODA de nossas Forças, aumenta a velocidade de reação e a confiança da tropa ao realizar as ações.

O emprego rápido dos grupos de reação, embarcados ou não em Vtr Blindadas, e do Pelotão de Controle de Distúrbios (PelCD) minimizou as consequências de manifestações orquestradas pelos APOP.

- **O uso de Cães de Faro, associados às diversas atividades operacionais desenvolvidas pelo GptOpFuzNav-MARÉ, proporciona ampliação significativa das capacidades de detecção de ilícitos.**
- **Considerando a probabilidade de ocorrência de lançamento, contra as Vtr Leves e Pesadas, de artefatos improvisados incendiários, como os Coquetéis Molotov, a manutenção de extintores de incêndio e mantas molhadas no interior de cada uma delas torna-se relevante.**



Figura 4: Patrulha a pé  
Fonte: GptOpFuzNav-MARÉ I

- **A constituição do Componente de Combate Terrestre por subunidades não previamente constituídas e oriundas de diversas OM provocou uma perda inicial de eficiência.**

O emprego, nos momentos iniciais da operação, de um Componente de Combate Terrestre sem a integridade tática preservada provocou a perda da eficiência inicial das ações.

O profissionalismo dos militares do Corpo de Fuzileiros Navais permitiu que a dificuldade inicial fosse superada com o decorrer do tempo, quando as frações com seu convívio diário começaram a obter sinergia em suas ações. Porém, cabe ressaltarmos que essa situação deve ser evitada, principalmente, quando o tempo existente entre o recebimento da missão e o seu início não permitir um correto aprestamento.

Outro fator importante a ser considerado é a manutenção do grau de adestramento de todos os Fuzileiros Navais, mesmo aqueles que desempenham funções em OM fora da área operativa. Esta manutenção pode ser alcançada com a previsão de exercícios anuais, quando os militares terão a oportunidade de realizar, em frações constituídas, diversos tipos de adestramento, prioritariamente, com a utilização de munição real.

- **A constituição do Componente de Apoio ao Serviço de Combate desonerando-o das atividades de manutenção de viaturas e confecção de rancho proporcionou maior agilidade e permitiu priorização de outras tarefas.**

A Base de Fuzileiros Navais do Rio Meriti (BFNRM) desempenhou um papel muito importante durante todo o período da operação do GptOpFuzNav-MARÉ I. Suas atividades foram desenvolvidas desde o início das operações, quando da aquisição emergencial de equipamentos e material para o GptOpFuzNav, e prosseguiram no apoio prestado para a crescente evolução das condições de habitabilidade e funcionalidade da Base de Apoio estabelecida no GAP da FAB. Não podemos esquecer que, como Fuzileiros Navais, nossas operações começam do zero logístico e rapidamente evoluímos. Isso não foi diferente na base montada, as condições iniciais não eram as melhores, mas o esforço despendido pelos militares da BFNRM foi essencial para atender as necessidades emanadas pela tropa empenhada na missão.

Outro papel muito importante desempenhado pela BFNRM foi o do apoio de rancho. Nos momentos iniciais, o GptOpFuzNav fez uso da ração operacional individual, três dias depois já era fornecido rancho quente em sistema de quentinha e, ao final, todos os militares do Gpt se serviam em balcões térmicos em todas as refeições.

Por outro lado, o Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais e a equipe de manutenção de viaturas do ComDivAnf mantiveram o índice de disponibilidade de viaturas do GptOpFuzNav sempre próximo a 100%, dando flexibilidade e segurança à operação em desenvolvimento.

O esforço de retaguarda exercido por todos os militares citados foi fundamental para que o GASC priorizasse as atividades de manutenção da base, apoio de transporte, realização de ACISO e reparo imediato de danos colaterais.

- **A escolha do Comando da Tropa de Desembarque (CmdoTrDbq) como núcleo do Componente de Comando do primeiro GptOpFuzNav-MARÉ proporcionou rapidez e praticidade, tanto ao planejamento quanto ao desencadeamento das ações operativas, ainda que a preparação tenha ocorrido de forma célere e sem precedentes prévios similares, em função da situação que se apresentava.**

Por ser um Comando de Força permanentemente voltado a nuclear Componentes de Comando de GptOpFuzNav, o CmdoTrDbq possui a facilidade e a capacidade de prover rápida resposta em relação a planejamento e comando e controle.

Nesse sentido, o CmdoTrDbq se consolida, no âmbito do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComFFE), como a estrutura permanente ativada para nuclear GptOpFuzNav, até o valor Unidade Anfíbia (UANf), em situações que exijam, além de um planejamento adequado, rapidez e flexibilidade.

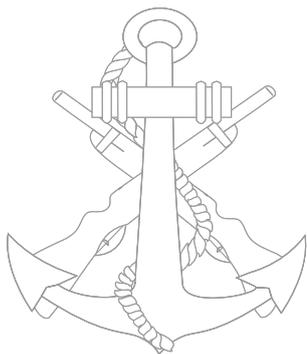
É válido, portanto, e deve ser sempre considerado o emprego do CmdoTrDbq nucleando Componentes de Comando em operações inopinadas ou naquelas em que, inicialmente, deve-se estabelecer um contingente inicial que, posteriormente, virá a ser substituído por efetivos que passariam por um período maior de preparação adequada às tarefas subsequentes.

Como conclusão poderíamos dizer que a participação do GptOpFuzNav na operação de GLO permitiu a obtenção de inúmeras lições aprendidas? Alguns dos senhores responderiam prontamente que sim, mas aqueles mais atentos diriam que a grande maioria das observações listadas já fizeram parte de alguns debates.

É importante que tenhamos sempre em mente que a GLO é um tipo de operação na qual há o emprego esporádico e limitado do Poder Naval, depois de esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. E o CFN, sendo parcela intrínseca do Poder Naval, deverá estar em condições de realizar largo espectro de atividades, desde a Diplomacia Naval até as operações de guerra.

Assim sendo, as observações listadas foram frutos da oportunidade de emprego da gama de conhecimentos doutrinários já existentes, que permite ao Fuzileiro Naval ser o combatente mais bem preparado para realizar uma das operações mais complexas que existe: a Operação Anfíbia. E tenham certeza de que: quem está preparado para as missões mais completas, estará pronto para as demais operações.





# A evacuação da Embaixada Brasileira na Líbia

## Introdução

Em 12 de dezembro de 2013, desembarcou em Trípoli o Primeiro Destacamento de Segurança da Embaixada do Brasil na Líbia. Os Destacamentos de Segurança de Embaixadas têm a finalidade de prover a segurança pessoal do Chefe da Missão, dos demais funcionários diplomáticos e administrativos, da residência oficial e da chancelaria da Embaixada do Brasil. Com este grande desafio, foi ativado o Destacamento de Segurança da Embaixada do Brasil na Líbia em uma missão singular para o Corpo de Fuzileiros Navais e para a Marinha do Brasil.



Figura 1: Desembarque em Trípoli  
Fonte: o autor (2013)

## A Líbia

A história da Líbia tem seu ponto de partida vários séculos antes de Cristo. Inicialmente era um território povoado por nômades e árabes, suas regiões eram povoadas apenas nas áreas das costas e dos oásis, onde havia o estabelecimento de colônias. Abrigavam assentamentos de povos como os fenícios, romanos e turcos. A Líbia recebeu este nome dos colonos gregos, no século II a. C.

No século XIII a.C., seus habitantes participaram de várias invasões pelo mar do Egito. No século VII a.C., houve a ocupação da área pelos fenícios e pelos gregos, que se estabeleceram em pequenos povoados: os fenícios em Trípolitânia; e os gregos na região de Cirenaica. No século I a.C., os romanos se estabeleceram em toda esta região, exercendo influência e introduzindo a cultura italiana.

A Líbia foi província romana até ser dominada pelos vândalos (tribo germânica oriental, em 455 d.C.), sendo, logo depois, reconquistada pelo Império Bizantino (Império que deu sequência ao Império Romano); já em 643 d.C. a região passou a ser dominada pelos árabes. Estes últimos expandiram a área cultivável e habitável para o interior do país, formando novos povoados ao sul.

No século XVI, os otomanos conquistaram a região da Cirenaica e em 1551 o Imperador Solimão, mais conhecido como o *Magnífico*, incorpora a região Trípolitania ao Império Otomano, estabelecendo a capital em Trípoli. Porém, a autoridade turca se resumia ao controle de algumas cidades localizadas ao norte, e o interior da região era governado por tribos nômades.

Por volta de 1800, o reinado Karamanli, que havia dominado Trípoli por 120 anos, contribuiu para assentar as regiões de Fezã, Cirenaica e Trípolitânia, conquistando maior autonomia e pertencendo apenas nominalmente ao Império Otomano.

Essa região era base também para os Corsários, isto é, piratas que, por algum mandado de alguém superior, atacavam navios estrangeiros. Tal motivo desencadeou a Primeira Guerra Berbere, ocorrida de 1801 a 1805, a qual teve intervenção dos Estados Unidos.

Novamente em 1835, o Império Otomano conseguiu novamente dominar e manter o controle sob a região da Líbia, mesmo com os muçulmanos dominando duas regiões: Cirenaica e Fezã.

Em 1911, com a justificativa de defender os seus colonos estabelecidos na Trípolitânia, a Itália declarou guerra ao Império Otomano e invadiu o país, dando início a guerra Ítalo-Turca. A Turquia acabou renunciando aos seus "direitos" políticos sobre a Líbia no Tratado de Lausanne (1912). Em 1914, o país já estava inteiramente ocupado por italianos.

Os italianos construíram uma infraestrutura baseada no desenvolvimento da agricultura, criaram escolas técnicas e levaram muitos colonos agricultores italianos para região. A influência italiana é vigente ainda nos dias atuais, sendo possível encontrar líbios de classe média falando italiano.

O domínio italiano permaneceu até 1951. Em 1952, a Assembleia das Nações Unidas reconheceu a independência da Líbia, que passou a ser governada por um religioso dos sanusis, Idris I, nomeado rei de 1952 a 1969. O rei Idris foi o primeiro monarca líbio, e o país foi o primeiro a ter sua independência em toda a África colonial.

A Líbia tem suas riquezas no subsolo, rico em hidrocarbonetos, principalmente ao leste do país. Até meados do século XX, vivia da agricultura e de ajuda internacional. Foi a descoberta da jazida de petróleo em Zaltan, a oeste do país, em junho de 1959, por geólogos da empresa americana Esso (atual Exxon), que modificou a situação da Líbia, tornando-a membro da OPEP e um dos principais produtores de petróleo da África.

Em 1969, um grupo de oficiais radicais islâmicos derrubou a monarquia e instalou uma república de orientação socialista. O Conselho da Revolução era presidido pelo Coronel Mu'ammam al-Qaddafi (grafia que mais perto chega do original árabe). O novo regime decretou a nacionalização do petróleo, dos bancos e de empresas residentes na região, provocando grandes protestos internacionais.

Com o golpe militar de 1969, Mu'ammam al-Qaddafi implantou seu próprio sistema político, a Terceira Teoria Universal, com o Livro Verde, que publicou em 1970.

O sistema é apresentado como alternativa nacional ao socialismo e ao capitalismo, combinado com aspectos do islamismo. Derivado, em parte, de práticas tribais, supõe a implementação pelo próprio povo líbio de uma forma única de "democracia direta".

A revolução cultural que Mu'ammam al-Qaddafi desencadeou resultou em conflitos com EUA, Inglaterra e países árabes moderados como Egito e Sudão, por exemplo. Sob o comando político da União Socialista Árabe, al-Qaddafi aproveitou-se da sua riqueza petrolífera para constituir um exército bem armado e interferir na política de seus vizinhos, como Sudão e Chade. Após a guerra de Yom Kippur, a Líbia convenceu seus parceiros árabes a não mais exportar petróleo para os EUA devido ao apoio a Israel.

A aproximação do país com a União Soviética durante a guerra fria acirrou ainda mais o conflito com o governo norte-americano, que culminou em um forte embargo econômico ao país com a justificativa de supostos envolvimento em ataques terroristas.

No final da década de 1990, o regime líbio buscou uma aproximação com o Ocidente, distanciando-se do Irã e da Palestina. Em 1995, a Líbia expulsou mais de 30 mil palestinos que trabalhavam no país e dois anos mais tarde passou a ter problemas com grupos religiosos de orientação islâmica.

Em dezembro de 2010, na Tunísia, iniciou-se um período de transformações históricas na política mundial. Nomeado como *Primavera Árabe*, este englobou várias revoluções e protestos no Oriente Médio e ao norte do continente da África, com enfoque em melhores condições de vida. O que desencadeou este movimento revolucionário foi o fato do jovem *Mohamed Bouazizi* atear fogo no próprio corpo como ato desesperado ao ter a fonte de renda de sua família confiscada por não concordar em pagar propina. Este evento contou com rápida divulgação na internet, o que acabou por fomentar a mobilização popular.

Na Líbia a revolta é conhecida como Revolta Líbia ou Guerra Civil Líbia, seu objetivo era acabar com o regime ditador de Mu'ammam al-Qaddafi, tendo se destacado como uma das revoluções mais sangrentas da Primavera Árabe, pois essas manifestações foram duramente reprimidas, ocasionando a morte de civis. Conseqüentemente, o país entrou em uma guerra civil entre rebeldes, que formaram um conselho de transição, e forças leais ao governo.

O ditador líbio Mu'ammam al-Qaddafi morreu em outubro de 2011. Aproveitando o enfraquecimento do governo, após a morte do antigo ditador, grupos étnicos, políticos e religiosos começam a disputa pelo poder do território líbio. Depois de um breve período de aparente calma política, atualmente a Líbia encontra-se em uma situação de grande instabilidade política. A principal dificuldade encontrada pelo governo é a grande e constante degradação do aspecto *segurança*, causando graves consequências negativas para o desenvolvimento e consolidação de um novo governo no país.

Enfim, percebe-se que a história da Líbia se confunde com uma história de ocupações. Em toda a sua trajetória, a Líbia foi fruto de ocupações, invasões, domínios de povos completamente diferentes, acarretando, assim, um choque cultural. Justamente tais choques culturais, desencadeados desde a sua fase colonial, pode ser uma das justificativas para os conflitos atuais.

## Rotina diária em Trípoli

Em Trípoli, o Destacamento de Segurança realizava escoltas do Chefe do Posto, segurança às instalações da Chancelaria e à Residência oficial da Embaixada do Brasil e segurança aos eventos protocolares que eram realizados na Residência Oficial. Tal segurança ocorria 24 horas por dia, de modo a possibilitar ao Chefe do Posto os deslocamentos necessários previstos, realização de reuniões e eventos oficiais, permitindo, assim, a completa operação da Embaixada do Brasil na Líbia.

## A Evacuação



Figura 2: Escolta do Chefe da Missão  
Fonte: o autor (2014)

Desde a chegada do destacamento de segurança, pôde-se observar a grande instabilidade em que o país se encontrava. Ficou comprovada a grande necessidade deste grupo a fim de prover a segurança necessária para o pleno trabalho e funcionamento da Embaixada do Brasil na Líbia. Porém, em 13 de julho de 2014, houve o agravamento da situação de segurança na Líbia com o início de um grande confronto entre as duas principais milícias locais em busca do controle do aeroporto internacional de Trípoli. Nos dias seguintes, os confrontos continuaram, mesmo após um acordo de cessar-fogo, o qual foi desrespeitado rapidamente entre as partes, dando continuidade ao conflito.

Em decorrência disso, o aeroporto foi fechado e houve uma grande sequência de evacuações por parte das representações diplomáticas presentes na Líbia. Em 29 de julho de 2014, a Embaixada do Brasil iniciou a sua evacuação para a Tunísia, país vizinho a oeste da capital Trípoli, por via terrestre, com a escolta dos militares do destacamento de segurança do Corpo de Fuzileiros Navais, em uma viagem que durou dois dias. Após a decisão da evacuação, levou-se menos de 48 horas até a prontificação de todas as providências para o início da mesma. Foram momentos tensos, mas sempre conduzidos de forma organizada e rápida para que a segurança dos evacuados fosse sempre preservada. Além do Chefe do Posto, um funcionário do MRE, um motorista



**Figura 3:** Chegada do comboio na fronteira  
**Fonte:** 2º SG-FN-MO Alexander Lopes Martins (2014)

local e nove militares do destacamento de segurança participaram da evacuação. O Destacamento de Segurança proveu a proteção a todo o comboio. O principal desafio associava-se aos primeiros 160 km que correspondem à saída da Capital Trípoli até a fronteira com a Tunísia em Ras Ejder. Nesse trecho, havia vários pontos de *checkpoints* em que não se sabia quem estava comandando estes pontos de controle, o que fazia desses momentos os mais difíceis do trajeto. Enfim, após o cruzamento da fronteira, prosseguiu-se a evacuação até a cidade de Djerba para um pernoite. Na manhã seguinte, o comboio continuou a viagem até a capital Tunis, onde se encerrou a evacuação com a chegada do comboio na Embaixada do Brasil na Tunísia.



**Figura 4:** Cruzamento da fronteira da Líbia com a Tunísia  
**Fonte:** 2º SG-FN-MO Alexander Lopes Martins (2014)

## Referências

ARAUJO, André. **A história da Líbia**. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-historia-da-libia#more>>. Acesso em: 01 out. 2014.

BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN 1-14: Manual de Segurança de Embaixadas**. Rio de Janeiro, 2008.

CONHEÇA a história da Líbia... Disponível em: <<http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2011/02/conheca-historia-da-libia.html>>. Acesso em: 01 out. 2014.

HISTÓRIA, Líbia, África. Disponível em: <<http://libia.costasur.com/pt/geografia-historia.html>>. Acesso em: 01 out. 2014.

LÍBIA. Disponível em: <<http://g1.globo.com/topico/libia/>>. Acesso em: 01 out. 2014.

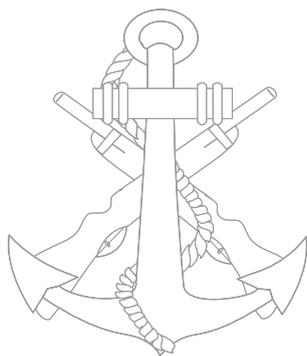
MUAMMAR Kadhafi foi morto em ataque... Disponível em: <<http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2011/10/muammar-kadhafi-foi-morto-em-ataque-diz-novo-governo-da-libia.html>>. Acesso em: 01 out. 2014.

PRIMAVERA árabe... Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/primavera-arabe>>. Acesso em: 01 out. 2014.

PRESSE, France. **Bandeira monárquica da Líbia**... Disponível em: <<http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2011/02/bandeira-monarquica-da-libia-e-utilizada-em-protestos-antigoverno.html>>. Acesso em: 01 out. 2014.

RODRIGUES, Pedro Augusto Rezende. **História da Líbia**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/historia-da-libia>>. Acesso em: 01 out. 2014.





## Garrafas PET: base de flutuação de embarcações da Marinha do Brasil

Após observar a perda, sem recuperação, de várias Embarcações de Transporte de Tropa (ETT) que naufragaram na região amazônica sem recuperação, em virtude da profundidade dos rios, comecei a pensar em um meio para que tal inconveniente não se repetisse, evitando, conseqüentemente, diversos processos administrativos internos.

A fim de dirimir o problema, primeiramente, verifiquei o peso da embarcação; cada ETT pesa, aproximadamente, 110 kg e seu motor de polpa, 90 kg. Tendo em vista a necessidade de melhorar a flutuabilidade das embarcações, peguei vários pedaços de isopor e os cortei de modo a encaixá-los dentro dos bancos e entre pequenas cavernas que existem debaixo do assoalho. Percebi, então, que o isopor não funcionaria, pois a quantidade que era possível ser encaixada na ETT não a faria flutuar, caso ela viesse a naufragar. Diante desse quadro, fiz uma pesquisa, por meio da internet, sobre flutuantes à base de garrafas PET e concluí que uma garrafa PET de dois litros suportaria, aproximadamente, dois quilos de flutuabilidade positiva. A partir disso, comecei a juntar as PET.

Para dar continuidade ao projeto, informei ao meu mais antigo sobre o que eu projetara, que me apoiou imediatamente, pois achou a ideia bastante interessante e apropriada. No evento de aniversariantes do mês do Batalhão de Operações Ribeirinhas, consegui alcançar o número de garrafas necessárias para pôr em prática o que havia imaginado. Com isso, encaixei 190 garrafas dentro dos bancos e debaixo dos assoalhos, sem comprometer o peso da embarcação. Em seguida, arrebitei o assoalho para que as garrafas ficassem presas mesmo com a pressão da água em caso de naufrágio.

A segunda etapa da experiência consistiu em um teste prático com simulação de um naufrágio real. Receoso de não dar certo, resolvi fazê-lo na piscina do Batalhão, para que, em caso de fracasso, salvássemos a ETT. Viramos a embarcação com o motor e seus equipamentos para deixar o teste o mais real possível. O resultado foi um sucesso, superando minhas expectativas. Com oito militares segurando na sua linha de vida, ela não afundou, mesmo emborcada, comprovando assim sua flutuabilidade.



Figura 1: Teste de comprovação da flutuabilidade das ETT adaptadas com garrafas Pet  
Fonte: No Mar Online (<http://www.mar.mil.br/nomaronline/noticias/17102011/03.html>)

Devido ao êxito do experimento, o projeto de adaptação das PET foi ampliado para outras 45 embarcações do Batalhão. Para tanto, juntei as garrafas já usadas nos refeitórios das OM subordinadas ao comando do 9° Distrito Naval.

Cabe ressaltar que, desde o início do projeto, três embarcações já naufragaram em situações reais de adestramento, sendo todas elas recuperadas juntamente com os equipamentos (mochilas, fuzis, etc.) dos ocupantes ajeitadas às mesmas. Além disso, as garrafas PET são de fácil aquisição e de baixo custo para as OM da Marinha. Por fim, o trabalho foi realizado com um tipo de material que leva cerca de 200 anos para se deteriorar na natureza; apesar disso, com nossa atividade, podemos auxiliar a preservar o meio ambiente, salvaguardar a vida dos militares e materiais da MB, além de se tratar de um projeto que pode ser realizado em qualquer embarcação pequena de transporte de tropa, proporcionando maior segurança a todos que nela embarcam.

A revista *Âncoras e Fuzis* é um consagrado periódico do Corpo de Fuzileiros Navais, editado pelo Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais (CDDCFN).

Editada anualmente e com uma tiragem de 1.800 exemplares, a revista tem como objetivo apresentar ao público da MB e extra-MB aspectos referentes à Doutrina e aos seus relacionamentos com a formação de Recursos Humanos e com o Material dos Fuzileiros Navais.

Os militares, Oficiais ou Praças, interessados em submeter seus artigos à apreciação de nossa equipe editorial deverão seguir as orientações disponibilizadas no endereço [www.cddcfm.mb](http://www.cddcfm.mb).

Participe, colabore com esta publicação!

Envie seu artigo para [difusao@cddcfm.mar.mil.br](mailto:difusao@cddcfm.mar.mil.br).





# Artigos em Destaque

A seção Artigos em Destaque é uma novidade que nasce nesta edição da *Âncoras e Fuzis* com o propósito de trazer ao nosso leitor um resumo de artigos diversos que apresentam informações valiosas para o nosso público.

## Operações no amplo espectro: novo paradigma do espaço de batalha

Doutrina Militar Terrestre em Revista | General de Divisão Mario Lucio A. de Araujo

O periódico Doutrina Militar Terrestre em Revista, editado trimestralmente pelo Centro de Doutrina do Exército (CDoutEx), tem o duplo propósito de divulgar a doutrina e de ser um instrumento pedagógico para a revisão da Doutrina Militar Terrestre, mantendo-a em “estado de vir a ser”, pois, pela sua natureza, “toda doutrina desde nova já é antiga”.

A primeira edição do periódico apresenta o seminal artigo assinado pelo próprio Diretor do CDoutEx, General de Divisão Mario Lucio Alves de Araujo, denominado *Operações no Amplo Espectro: novo paradigma do Espaço de Batalha*.

Esse artigo apresenta o novo conceito operacional para emprego da Força Terrestre Brasileira, “Operações no Amplo Espectro”, que permeia as recentemente atualizadas publicações doutrinárias de alto nível do Exército Brasileiro (EB). Por meio do artigo, após uma profunda análise do futuro ambiente internacional e das ameaças nele presentes, o autor esclarece que “as forças a serem empregadas nesses ambientes devem estar aptas à condução de operações simultâneas ou sucessivas, combinando atitudes ofensiva, defensiva, de pacificação, de Garantia da Lei e da Ordem, de apoio às instituições governamentais e internacionais, de assistência humanitária, em ambiente inter-ragências”.

E prossegue “Diante desse rompimento com as certezas de outrora, a forma de combater deve ser ajustada ao atual ‘Espaço de Batalha’, agora sem frentes, com inimigo distinto, que exige do vetor militar novas competências e estruturas mais flexíveis, adaptáveis, elásticas e modulares. Em outras palavras, a Força Terrestre deve estar apta a operar em toda gama dos conflitos modernos, ou seja, realizar Operações no Amplo Espectro”.

O autor, então, conclui ressaltando que a “guerra mudou” e que a “atual geração tem o dever de buscar alternativas para preparar a Força Terrestre, de forma inovadora, mas responsável, com o propósito de se dispor de meios

que serão motivo de orgulho para os mais velhos e entusiasmo para os mais jovens”.

### Referências

ARAUJO, Mario Lucio Alves. Operações no amplo espectro: novo paradigma do espaço de batalha. *Doutrina Militar Terrestre em Revista*, Brasília, DF, ano 1, p. 16-27, jan./mar., 2013.

## Fuzileiros treinam tropas pela América Latina

Marine Corps Times | Joshua Stewart, Redatora 17/08/2014



Durante a Parceria das Américas 2014, cerca de 220 Marines e marinheiros estão participando do exercício com militares parceiros de oito países latino-americanos. (SG. Adwin Esters / USMC)

Esse artigo do *Marine Corps Times* destaca o exercício anfíbio internacional “*Partnership of the Americas*” (POA), que este ano foi sediado no Chile, entre os dias 10 e 24 de agosto, e contou com a participação de oito países. O Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) se fez representar por um Pelotão de Fuzileiros Navais e sete observadores.

Além de comentar o exercício internacional, o artigo destacou a primeira viagem do navio anfíbio USS America, cuja missão foi de-

nominada “O America visita as Américas”, uma “oportunidade de promover um bom relacionamento na região, bem como trabalhar nas qualificações do novo navio”.

Um outro ponto destacado foi o exercício realizado no Rio de Janeiro, onde Fuzileiros Navais brasileiros e *marines* embarcados no USS America planejam e executaram uma ação de resposta rápida.

### Referências

STEWART, Joshua. *Marines train with troops from across Latin America*.

Disponível em: <<http://www.marinecorpstimes.com/article/20140817/NEWS/308170015/Marines-train-troops-from-across-Latin-America>>. Acesso em: 5 set. 2014.

## Jogos de Guerra em *Twentynine Palms* refletem os conflitos do mundo real

(Marine Corps Times | Joshua Stewart, Redatora 11/08/2014)



Exercício de Grande Envergadura – 2014



Exercício de Grande Envergadura – 2014

O exercício de grande envergadura simula tipos de missões pós-Afeganistão e acontece no *Marine Corps Air Ground Combat Center*, do USMC, em Twentynine Palms, Califórnia. (CB Ricardo Hurtado / USMC)

Mais de 5.000 *marines* estão participando do exercício de grande envergadura liderado pela *1<sup>st</sup> Marine Expeditionary Brigade*, na Califórnia, em agosto.



O artigo destaca a mudança do perfil operacional por que vem passando o *United States Marine Corps* (USMC). Após treze anos de operações de contrainsurgência no Afeganistão, os *marines* estão também se preparando para contingências e conflitos de alta intensidade, em regiões à beira da instabilidade, como o sul do mar da China, Ucrânia e da Crimeia anexada aos russos, além da faixa entre o Iraque e a Síria, que se tornou incrivelmente violenta.

A *1<sup>st</sup> Marine Expeditionary Brigade* está levando mais de 5.000 *marines* para um exercício de grande envergadura no *Marine Corps Air Ground Combat Center*, em *Twentynine Palms*, Califórnia.

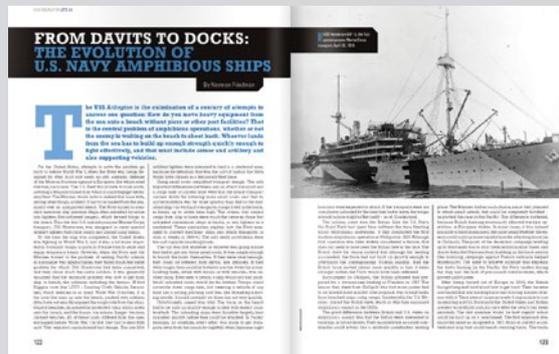
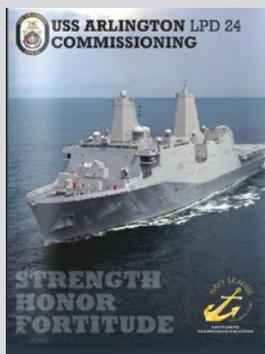
#### Referências

STEWART, Joshua. Wargames at 29 Palms echo real-world conflicts. Disponível em: <<http://www.marinecorpstimes.com/ARTICLE/20140811/NEWS/308110017/WARGAMES-29-PALMS-ECHO-REAL-WORLD-CONFLICTS>>. Acesso em: 17 out. 2014.

Os *marines* projetaram um exercício, em torno de um cenário fictício, no qual um país, que chamaram “Dakota”, invadiu um aliado dos Estados Unidos chamado “Acadia”, seu vizinho do sul. A agressão de Dakota é parte de uma trama aparente para assumir um país maior chamado “Fredonia”.

A *1<sup>st</sup> Marine Expeditionary Brigade* atua como uma força marítima pré-posicionada no cenário, encarregada de revidar as investidas dos *Dakotians*. Este exercício oferece a oportunidade de adestramento em todo o *amplo espectro das operações militares*, que abrangem, também, as operações convencionais de guerra de alta intensidade, como são alguns dos cenários que têm se apresentado no mundo atual.

## USS Arlington LPD 24 Commissioning | Norman Friedman, Redator 14/09/2014



## Dos paus de carga às docas: a evolução dos navios anfíbios da US Navy

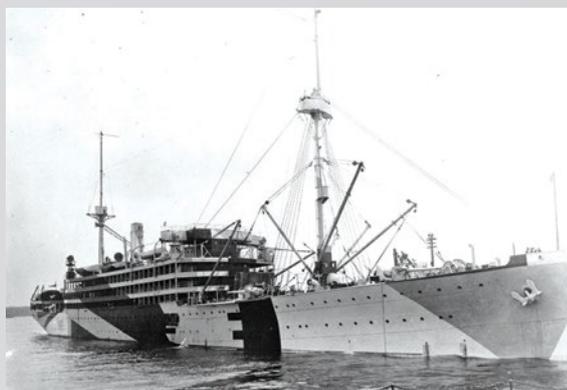


Figura 1: *USS Henderson (AP 1)*, o primeiro transporte de propósito específico do USMC, 28 de abril de 1918  
Fonte: *National Archives*



Figura 2: A classe *Ashland LSD* *USS Oak Hill (LSD 7)*, em 21 de abril de 1944, ao longo da costa da Califórnia, a caminho de Pearl Harbor, com dois *Flotilla 13 LCTs* a bordo. *LCT 984* e *982 LCT* são carregados de popa à proa na doca alagável interna do *Oak Hill*, acompanhado de numerosos *LVTs*. A classe *Ashland* foi a primeira classe de navios anfíbio de doca, com doca alagável interna, permitindo-lhes flutuar embarcações de desembarque e veículos anfíbios.  
Fonte: *US Navy*

Esse interessante artigo apresenta a evolução dos navios anfíbios desde a Primeira Guerra Mundial (1ª GM) até os dias de hoje. Ele destaca que no cerne dessa evolução estão as duas visões que dividem, ainda hoje, as doutrinas de Projeção de Tropa sobre Terra.

Na visão norte-americana, prepondera a necessidade de se desenvolver a capacidade de emprego do Assalto Anfíbio contra praia fortemente defendida. A visão britânica, por sua vez, é decorrente de seu insucesso em Galípoli, na 1ª GM, que conformou sua postura de buscar o desembarque em praias não defendidas.

O artigo destaca que ambas as visões, no entanto, forçaram o desenvolvimento dos meios anfíbios por demandarem, igualmente, a rapidez no desembarque para possibilitar o oportuno crescimento do Poder de Combate em terra e a partir do mar. Assim, a evolução dos meios anfíbios - navios, embarcações de desembarque, viaturas e aeronaves - foi uma decorrência direta da necessidade imposta pelas Operações Anfíbias de desembarcar rapidamente equipamentos pesados do mar para terra.

Desta forma, o artigo demonstra que a busca da melhor solução para essa questão foi o que fez desenvolver a doutrina que embasou o surgimento das diversas classes de navios/meios anfíbios. Essa evolução iniciou-se com os Navios de Transporte



**Figura 3:** O Tank Landing Ship (LST) e USS Frederick (LST 1184) da Marinha dos EUA, com uma rampa em arco para embarcar os Marines e equipamentos, em 29 de março de 1996. Os LSTs dos EUA foram usados para transportar tanques de terra, veículos anfíbios e outros materiais circulantes em operações de assalto anfíbio.  
**Fonte:** US Navy



**Figura 4:** Um Landing Craft Air Cushion (LCAC) situa-se na doca alagável interna do navio ancoradouro USS Pearl Harbor (LSD 53) durante as operações de descarga. O LCAC permite que o Corpo de Fuzileiros Navais realize operações de desembarque em uma ampla gama de praias e no exterior  
**Fonte:** US Navy, por Jason Behnke

de Tropa (NTrT), com seus paus de carga, que apresentavam grande capacidade de transporte de carga, mas que atrasavam o desembarque, representando uma vulnerabilidade inaceitável para toda a Força-Tarefa Anfíbia. Em seguida, são apresentadas as evoluções dos navios e meios de diversas classes: LSD (NDD), LST (NDCC), LCU (EDCG), LHA, LPD, LHD, LCAC. Ao final ele apresenta, e explica, a base conceitual dos meios anfíbios que estão no estado da arte.

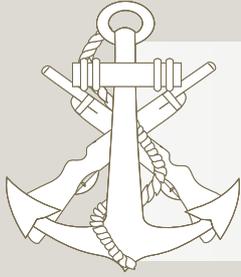
O autor desta que o “USS Arlington (LPD 24) é o culminar de um século de tentativas de se responder a uma pergunta: como movimentar equipamentos pesados do mar para uma praia sem *piers* ou outras instalações portuárias? Esse é o problema central de Operações Anfíbias (OpAnf), com ou sem o inimigo à espera na praia para contra-atacar. Qualquer pessoa que desembarca do mar precisa reunir forças suficientemente rápido para lutar de forma eficaz, o que deve incluir blindados, artilharia e viaturas de apoio também”.

Ao final ele conclui que o LPD 24 “permanece como a opção mais completa e eficiente para a resolução do problema de desembarque de tropas e equipamentos pesados, já que combina convés doca a um convoo e a um hangar, sendo uma unidade anfíbia autossuficiente. [...] Dessa forma, a resposta para o questionamento que assola as OpAnf há mais de um século é de fato os navios de desembarque docas, como os LPD, já que estes são capazes de transportar uma força de combate de forma rápida e eficiente por milhares de quilômetros em qualquer oceano e depois realizar o desembarque da tropa, pronta para o combate, e de equipamentos em uma praia”.

#### Referências

FRIEDMAN, Norman. From Davits to docks: the evolution of U.S. Navy amphibious ships. *USS Arlington LPD 24 Commissioning*. Tampa, FL, 2013. Disponível em: <[http://issuu.com/faircountmedia/docs/uss\\_arlington](http://issuu.com/faircountmedia/docs/uss_arlington)>. Acesso em: 17 out. 2014.





# Foi destaque no Âncoras e Fuzis

A seção Foi Destaque no *Âncoras e Fuzis* é mais uma novidade que nasce nesta edição com o propósito de rememorar notícias importantes de nosso passado.

## Âncoras e Fuzis

Notícias e Atualizações - nº 1/99



### EDITORIAL

*Esta é uma nova publicação do Corpo de Fuzileiros Navais.*

*Âncoras e Fuzis pretende ser um instrumento direto, objetivo e auxiliar, de atualização para o combatente anfíbio. Será editado bimestralmente e sua distribuição alcançará todas as Organizações Militares de Fuzileiros Navais.*

*Com isso, o Comando-Geral do CFN abre mais um canal de*

*comunicação com a tropa, buscando o enriquecimento profissional em seus mais diferentes níveis.*

*O leitor poderá perceber que o objetivo primordial é disponibilizar informações que possam atender à atual necessidade de ampliar o cabedal de conhecimento do Fuzileiro Naval, melhor preparando-o para cumprir sua missão.*

*O Âncoras e Fuzis quer ainda ser um fórum de discussão,*

*e desde agora abre suas páginas para aqueles que queiram somar esforços para o sucesso dessa iniciativa. As colaborações serão bem-vindas, e publicadas sempre que possível.*

*Com isso, o Âncoras e Fuzis espera estar colaborando com o aprestamento dos soldados-marinheiros.*

ADSUMUS

### CFN recebe Obuseiros Light Gun L 118

Após a realização de estudos visando a substituição dos antigos obuseiros de 105mm M101A1, o Corpo de Fuzileiros Navais adquiriu três baterias de obuseiros LIGHT GUN L118, opção que melhor atenderá suas necessidades operativas, permitindo, ainda, o acompanhamento do estado da arte no tocante aos sistemas de artilharia de campanha.

Esse armamento será empregado para prover apoio cerrado e contínuo aos componentes de combate e aos grupamentos operativos de fuzileiros navais como um todo, aprofundar o combate, realizar fogos de contrabateria e contribuir para a obtenção e manutenção da superio-

ridade de fogos sobre os sistemas de artilharia de campanha inimigos.

O alcance elevado e a cadência de tiro desse obuseiro possibilitarão maior proteção às operações ofensivas e defensivas de uma Força de Desembarque.

A redução do peso, comparativamente aos sistema anterior, conferirá maior flexibilidade e mobilidade, em particular nos movimentos helitransportados, facilitando, ainda, rápidas mudanças de posição, reduzindo a capacidade de detecção pelos meios de busca inimigos.

Já estão sendo desprocessadas as primeiras "meia dúzia" peças, estando prevista a realização dos cursos de manutenção e operação, com início em setembro, culminando com um exercício de tiro no Campo de Instrução de Gericinó no final de outubro do corrente ano.



Sem dúvida essa aquisição ampliará a capacidade do poder de combate a ser projetado sobre terra.

"Bateria atenção, concentração, explosiva, lote ALFA, carga super, espoleta instantânea. Por tudo na eficácia, quando pronto!"

### "MOLLY" AJUDA A REDUZIR A CARGA DO COMBATENTE

Representantes das forças militares norte-americanas anunciaram o desenvolvimento de um novo item do equipamento individual, especialmente projetado para auxiliar o transporte da carga pelo combatente, que está em fase de testes nos mais variados ambientes operacionais, incluindo montanhas e selvas.

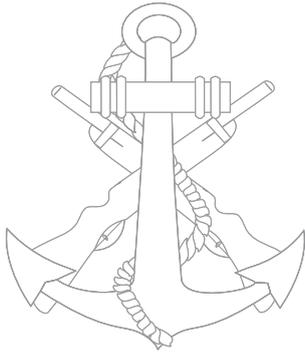
Conhecido como "Modular Lightweight Load-carrying Equipment"(MOLLE) ou "Molly" como já está sendo chamado nas fileiras norte-americanas, esse novo sistema é composto por uma mochila e vários outros módulos ou bolsos, o qual irá, em breve, substituir o atual sistema "All-purpose Lightweight Individual Carrying Equipment"(ALICE), em uso pelo exército e pelos fuzileiros navais norte-americanos, desde 1973.

Como exemplo do conforto que poderá proporcionar e dos aspectos relativos à redução da fadiga, os projetistas ressaltam as características do "Molly", que inclui um tipo de cinto que vai fixado à cintura do militar, o que lhe permite transferir parte da carga dos ombros para a região lombar. Cada militar terá um equipamento básico com bolsos extras para atender às suas próprias necessidades adicionais de carga. Esses bolsos são removíveis e intercambiáveis.

Outros acessórios poderão ser acrescentados, tais como: equipamento rádio portátil terra-avião, unifreqüencial, um conjunto básico de itens para patrulhas, porta-cantis e sacos de dormir.

Fonte: *Jane's Defense Weekly* 12MAI99.

Nota da Redação: Este assunto será em breve motivo de estudo no setor Comando-Geral para aliviar a carga do nosso combatente anfíbio.



CT (FN) Fernando Bellard Abdo  
fernando\_abdo@hotmail.com

## Decida nº 45: posição de retardamento

(Publicado na edição anterior de nossa revista)

O senhor é o comandante da 3ªCiaFuzNav, reserva do GDB-2. Após a conquista da CP, o GDB vem realizando, nos últimos 2 dias, a limpeza de sua ZAç de E para We e, no momento, o GDBda realiza uma pausa operacional. São 0800P e sua Cia recebeu, então, a seguinte missão: “Retardar até 1200P, a partir das Altu de IGREJA DE SÃO COSME, qualquer avanço inimigo proveniente de W a fim de contribuir para a garantia da utilização da Estrada RUBRA como Estrada Principal de Abastecimento (EPA) pelo GDBda”, que se encontra na Rg de MIROMBA.

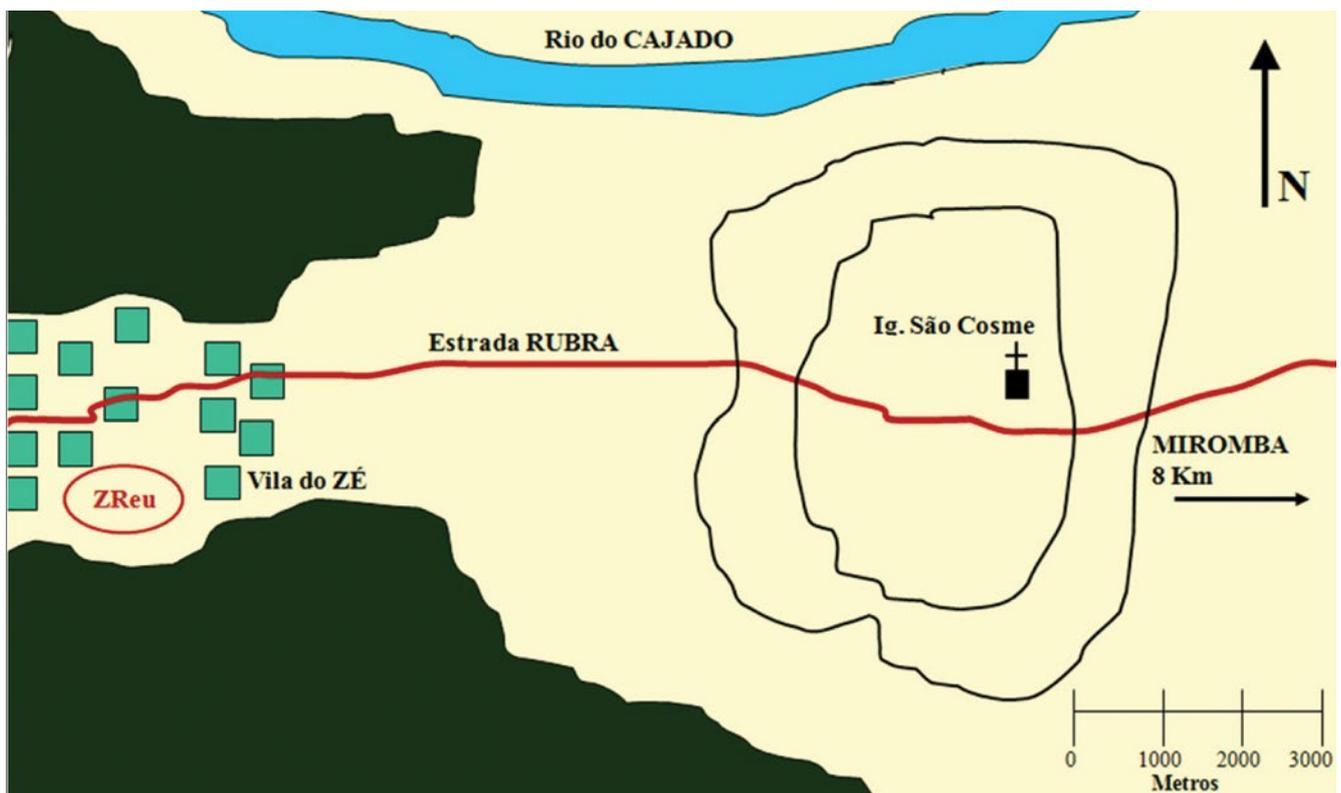
Ao se aproximar das Altu de IGREJA DE SÃO COSME, o senhor cruza com um comandante de Pelotão da 2ªCiaFuzNav do GDB-2. Este Tenente lhe reporta que as comunicações com o GDB foram perdidas e que seu CmtCia dirigiu-se ao PC do GDB a fim de obter melhor orientação, porém a última ordem do comandante do GDB para a 2ªCiaFuzNav foi “vigiar a W das Altu de IGREJA DE SÃO COSME e ficar ECD apoiar uma eventual posição de bloqueio nesta Rg”, ficando seu pelotão responsável pelo setor compreendido entre o Rio do CAJADO (exclusive) e a Md ao S das Altu de IGREJA DE SÃO COSME (exclusive).

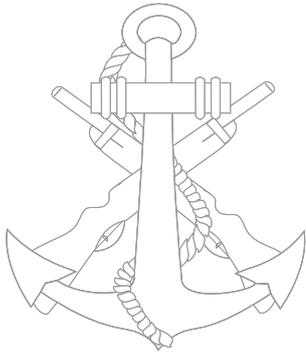
Ele reportou ainda que, há cerca de 1 hora, uma de suas patrulhas observou tropa inimiga no valor de pelo menos 1 Pellnf reforçado por CC em ZReu na Rg de VILA DO ZÉ, aproximadamente 4 km a W. Aparentemente, o inimigo estaria montando um ataque sobre o eixo da Estrada RUBRA a fim de criar uma brecha para o interior da CP. O senhor então tenta restabelecer contato com o GDB. As comunicações estão extremamente deficientes, e as últimas palavras do comandante que o senhor compreende são “...ações para repelir o inimigo!”

Orientação:

- Sua Cia está a pé e possui a 1ªSeçMAC à disposição;
- Cada GC de sua Cia recebeu 1 AT-4 adicional para esta missão; e
- A Rg de Md e o Rio do CAJADO são obstáculos impeditivos a qualquer Vtr.

Diante da situação apresentada, com base nos fatores da decisão, descreva como o senhor empregaria suas peças de manobra para o cumprimento da missão.





CT (FN) Fernando Bellard Abdo  
fernando\_abdo@hotmail.com

## Decida nº 45: possível solução (proposta pelo autor)

**Missão:** Nossa missão de retardar o Ini proveniente de W até 1200P continua válida. O GDBda encontra-se ainda em MIROMBA, preparando-se para retomar a iniciativa das ações de limpeza da CP na direção W. A 2ªCiaFuzNav apoiará nossas ações, particularmente vigiando a faixa do terreno ao S das Altu de IGREJA DE SÃO COSME, caso o Ini utilize esta Rg.

**Inimigo:** Uma patrulha reportou que há 1h foi observada uma ZReu Ini com pelo menos 1 PelInf reforçado por CC na Rg da VILA DO ZÉ. Aparentemente, o inimigo está montando um ataque sobre o eixo da Estrada RUBRA a fim de criar uma brecha para o interior da CP. Nossa mobilidade é semelhante à do inimigo, porém, caso empregue seus CC deliberadamente sobre nossas tropas, o inimigo poderá desbalancear o Poder de Combate na Rg.

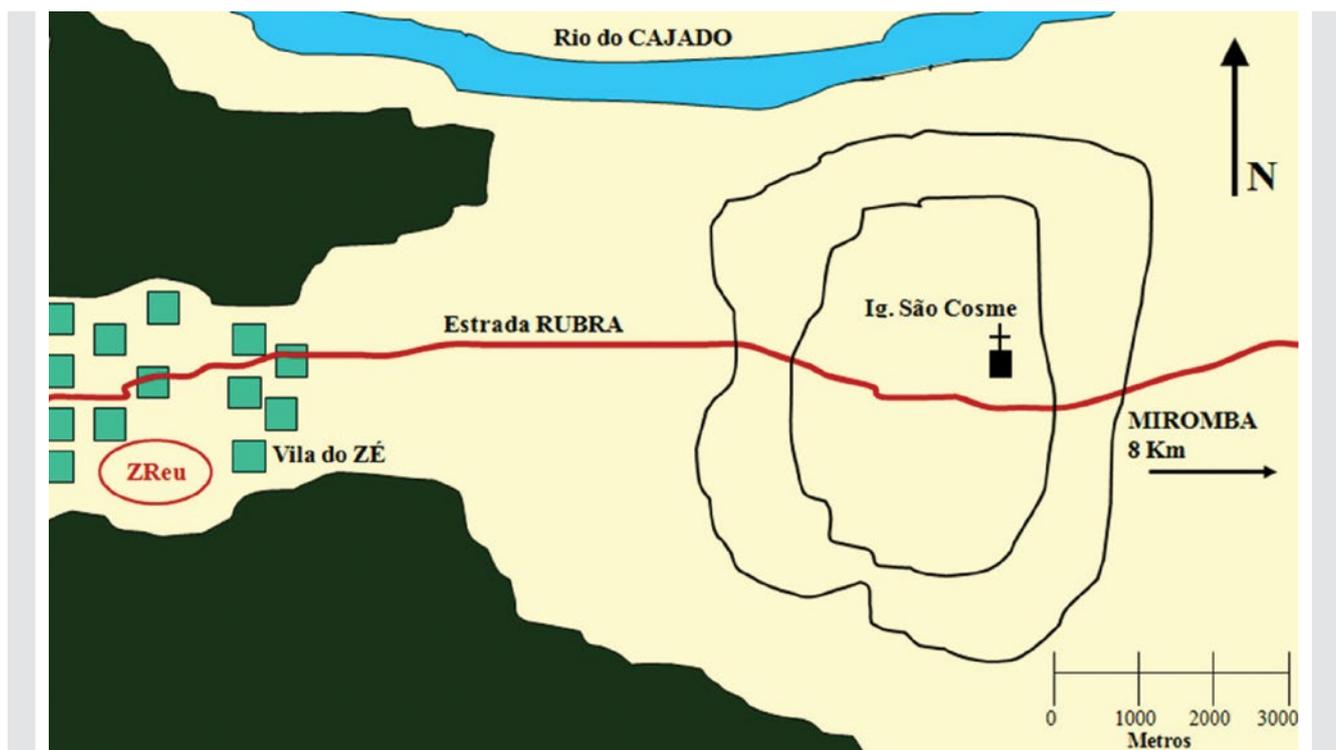
**Terreno:** O terreno impõe que, uma vez que o Ini inicie seu deslocamento para E, ele deverá empregar seus CC pela Estrada RUBRA em seu movimento. As Altu de SÃO COSME dominam a Rg, porém o terreno não está preparado para se adotar uma postura defensiva imediatamente.

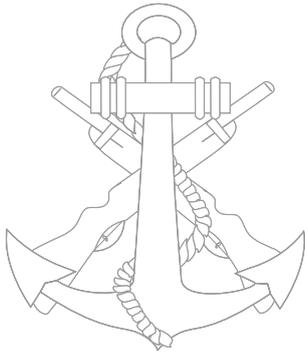
**Meios disponíveis:** Nossa Cia está a pé e possui a 1ªSeçMAC à disposição. Além disso, cada GC possui 1 AT-4. Não temos apoio de Engenharia para a organização do terreno, logo devemos preservar nossos meios AC ao máximo para empregá-los em momento e local apropriado.

**Tempo:** Para o cumprimento da nossa tarefa, tornou-se preponderante o fator tempo disponível e a surpresa, uma vez que, baseado na nova situação, não há tempo para organizar uma Posição de Retardamento com Fogos e trabalhos de Engenharia.

**Decisão:** Esta Cia estabelecerá uma posição de Bloqueio de contracosta nas Altu de IGREJA DE SÃO COSME com 1 PelFuzNav a N e 2 PelFuzNav a S da Est. RUBRA. O Mrt60mm estabelecerá posição principal na porção NE da elevação em AçCj. A SeçMAC ficará em ApCj. Uma ET ocupará um PO nas Altu de IGREJA DE SÃO COSME para reportar e atualizar o dispositivo Ini à frente da posição.

A fim de obter surpresa e emassar fogos sobre os CC Ini, a 1ªSeçMAC e os AT-4 deverão concentrar seus fogos batendo a Est RUBRA pelos flancos. Assim que o veículo inimigo da Rtgtd atingir a crista topográfica das Altu de IGREJA DE SÃO COSME, a Cia abrirá fogos com a 1ªSeçMAC e os AT-4, sob meu comando, buscando prioritariamente neutralizar os CC Ini na zona de matança. As SeçMtr 7,62mm ficarão à disposição dos PelFuzNav e, juntamente com as outras armas automáticas, deverão priorizar a destruição da Infantaria inimiga. MdtO, um PelFuzNav realizará a limpeza da Zona de matança, de W para E, e a coleta de eventuais PG.





2º T (FN) Renan Hiroshi Yamaoka  
hiroshifn@gmail.com

## Decida nº 45: resposta selecionada (enviada pelo leitor)

### Exame abreviado da Situação à luz dos fatores da decisão

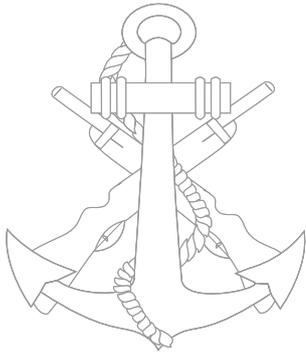
- **Missão:** “Retardar até 1200P, a partir das Altu de IGREJA DE SÃO COSME, qualquer avanço inimigo proveniente de W a fim de contribuir para a garantia da utilização da Estrada RUBRA como Estrada Principal de Abastecimento (EPA) pelo GDBda”;
- **Inimigo:** Foi observado, por nossas patrulhas, tropa inimiga no valor de 1 PelInf reforçado por CC em ZReu na Rg de VILA DO ZÉ, aproximadamente 4 km a W. Aparentemente o inimigo estaria montando um ataque sobre o eixo da Estrada RUBRA a fim de criar uma brecha para o interior da CP;
- **Terreno:** A Rg de Md e o Rio do CAJADO além de serem obstáculos impeditivos a qualquer VTR também canalizam o possível ataque inimigo para a Estrada de RUBRA;
- **Meios Disponíveis:** Cada GC recebeu 1 AT-4 adicional, e a 1ª SeqMAC estará à disposição da nossa Cia; e
- **Tempo:** Nossa Cia deverá ocupar suas posições no terreno a partir das 0800P e ficar ECD retardar um possível ataque inimigo até às 1200P.

### Possível Solução

A 3ª CiaFuzNav retardará, a partir das 0800P na região das Altu de IGREJA DE SÃO COSME com o 1º Pel na porção N e o 2º Pel na Porção S, um possível ataque inimigo até 1200P, a fim de contribuir para a garantia da utilização da Estrada RUBRA como Estrada Principal de Abastecimento (EPA) pelo GDBda, que se encontra na Rg de MIROMBA; e ficará ECD acolher elementos do 2º PelFuzNav da 2ª CiaFuzNav que vigiarão a W das Altu de IGREJA DE SÃO COSME e ficarão ECD apoiar uma eventual posição de bloqueio. A 1ª SeqMAC ficará em apoio direto ao 2º Pel para apoiar um possível ataque inimigo com CC. O 3º PelFuzNav ocupará a região a L das Altu de IGREJA DE SÃO COSME e ficará em reserva da 3ª CiaFuzNav.

### Ordem aos Elementos Subordinados

- 1º PelFuzNav: ocupar a partir das 0800P a porção N das Altu de IGREJA DE SÃO COSME, ficar ECD retardar um possível ataque inimigo na sua ZAç e ficar ECD acolher elementos do 2º PelFuzNav da 2ª CiaFuzNav que retrairão pela Estrada RUBRA;
- 2º PelFuzNav: ocupar a partir das 0800P a porção S das Altu de IGREJA DE SÃO COSME, ficar ECD retardar um possível ataque inimigo na sua ZAç e ficar ECD acolher elementos do 2º PelFuzNav da 2ª CiaFuzNav que retrairão pela Estrada RUBRA;
- 3º PelFuzNav (Reserva): ficar em reserva na região a L das Altu de IGREJA DE SÃO COSME e ficar ECD reforçar as ações dos elementos em 1º escalão; e
- 1ª SeqMAC: ficar em apoio direto ao 2º PelFuzNav.



## Decida nº 46

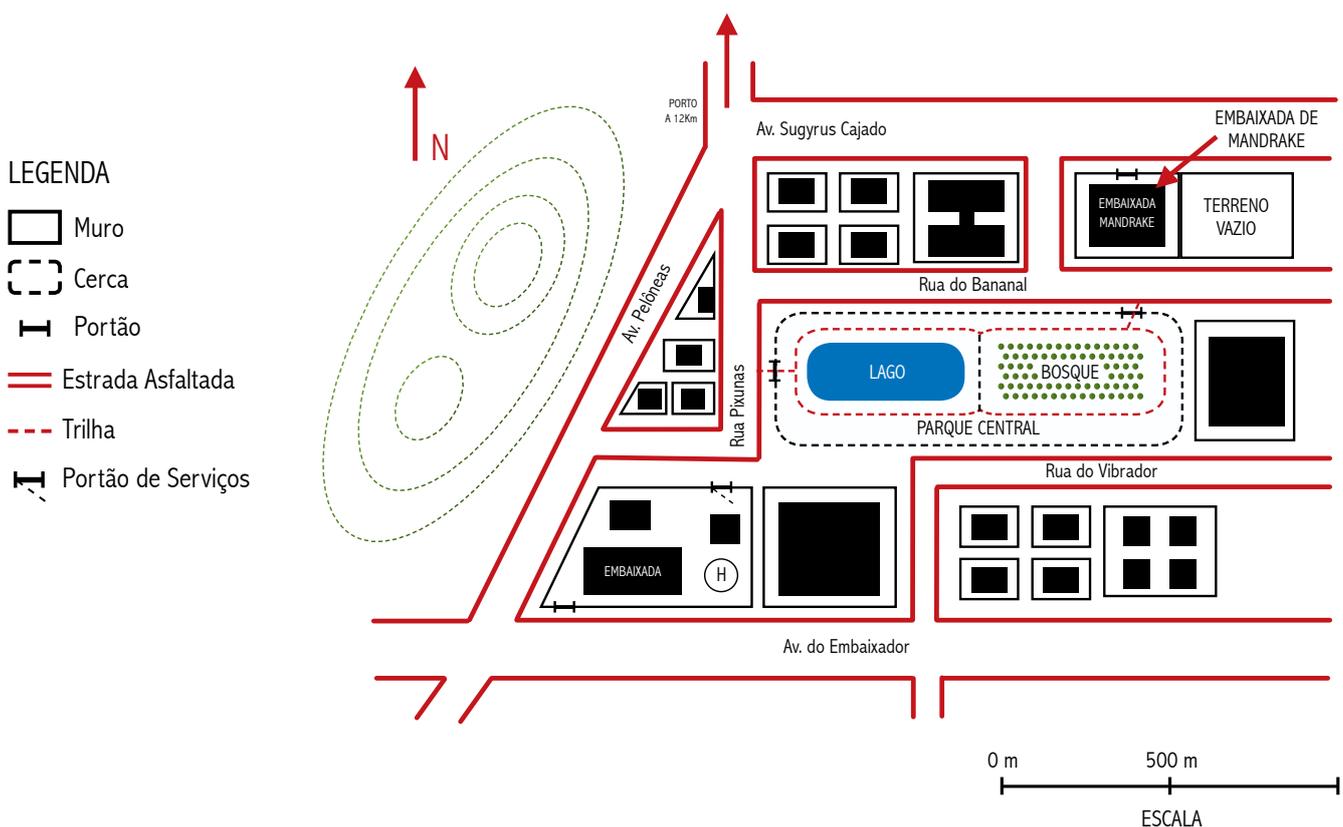
Na ESBOSLÁVIA, há pouco mais de dois meses, as Forças Revolucionárias Esboslavianas (FoREs) aumentaram suas ações na capital ESBOL, desafiando as forças governamentais e forçando a deposição do governo atual. Além disso, incentivam a população a apoiá-los e hostilizam pessoas de outras nacionalidades, acusando-os de “espoliadores” de sua nação. Diante do cenário apresentado, foi acionada a FER do ComOpNav, com o 1º BtlInfFuzNav nucleando o Grupo de Combate Terrestre (GCT) da UAnf para realizar uma Operação de Evacuação de Não Combatentes (OpENC), a fim de salvaguardar a vida de nossos nacionais naquele país.

O Senhor é o comandante da Unidade de Escolta, nucleada pela 2ª CiaFuzNav(-)(Ref) (menos o 3º PelFuzNav), apoiada pelo 2º PelCLANf (12 CLANf TP) e por um GpPion. Sua tarefa é evacuar os nacionais (aproximadamente 50 pessoas) da ARE (EMBAIXADA) para o CCE, localizado no Porto de ESBOL. Após realizar a triagem dos nacionais na ARE, o Embaixador solicita que você auxilie na evacuação de 20 cidadãos do país MANDRAKE, os quais estão refugiados na embaixa-

da daquele país, distante dois quarteirões da nossa embaixada, sem condições de abandonar o local, devido à presença de manifestantes e paramilitares das FoREs em frente à embaixada, que começam a forçar sua entrada.

Neste momento, o Destacamento de Comando Avançado (DCA) não se encontra mais na nossa embaixada e você não consegue mais contato com o GCT. As forças adversas no local são de aproximadamente 50 manifestantes em frente à nossa embaixada, na Av do Embaixador, e de 100 manifestantes em frente à embaixada de MANDRAKE, na Av SUGYRUS CAJADO. Estima-se que existam 30 paramilitares das FoREs entre os manifestantes. Não foram observados armamentos com elementos da população local. Elementos das FoREs foram vistos utilizando camuflado e portando fuzis AK-47 e pistolas 9mm. Não há indícios de armamentos AC.

Diante da situação apresentada, com base nos fatores da decisão, organize suas forças e descreva como o senhor procederia diante desta situação. Caso necessário, apresente um calco para sua decisão.





## CBC, EMPRESA ESTRATÉGICA DE DEFESA

Empresa Estratégia de Defesa, a CBC é pautada pelo compromisso de contribuir com as operações e missões das Forças Armadas Brasileiras, e para defesa da Soberania Nacional.

Todo o conhecimento da CBC obtido em seus quase 90 anos de história, é aplicado no desenvolvimento e fabricação de seus produtos, com domínio tecnológico de toda cadeia produtiva, resultando em constante capacidade de mobilização.

O portfólio CBC abrange uma grande variedade de munições, incluindo uma série de produtos inovadores, desenvolvidos com tecnologia própria.



O Grupo CBC é líder mundial na fabricação de munições para armas curtas e um dos maiores fornecedores de munições para os países da OTAN na Europa. A confiabilidade de seus produtos é atestada por mais de 130 países, nos cinco continentes.



[www.cbc.com.br](http://www.cbc.com.br)

